

**FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO
FECAP**

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO

PROGRAMA DE MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ERIC YAMAGUTE PEREIRA

**COMUNICAÇÃO CONTÁBIL INTERLINGUAL:
ESCOLHAS TRADUTÓRIAS NA VERSÃO AO INGLÊS DE
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS**

**São Paulo
2023**

ERIC YAMAGUTE PEREIRA

**COMUNICAÇÃO CONTÁBIL INTERLINGUAL:
ESCOLHAS TRADUTÓRIAS NA VERSÃO AO INGLÊS DE
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Contábeis do Centro Universitário Álvares Penteado - FECAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

**Orientadora: Profa. Dra. Elionor Farah Jreige
Weffort**

**São Paulo
2023**

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO – FECAP

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO

Prof. Dr. Edison Simoni da Silva
Reitor

Prof. Dr. Ronaldo Fróes de Carvalho
Pró-reitor de Graduação

Prof. Dr. Alexandre Sanches Garcia
Pró-reitor de Pós-Graduação

FICHA CATALOGRÁFICA

P436c	<p>Pereira, Èric Yamagute</p> <p>Comunicação contábil interlingual: escolhas tradutórias na versão ao inglês de demonstrações financeiras em IFRS/ Èric Yamagute Pereira. - - São Paulo, 2023.</p> <p>130 f.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Elionor Farah Jreige Weffort</p> <p>Dissertação (mestrado) – Fundação de Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP – Centro Universitário Álvares Penteado – Programa de Mestrado em Ciências Contábeis.</p> <p>1. Contabilidade - Normas. 2. Comunicação em Contabilidade. 3. Balanço (Contabilidade).</p> <p>CDD: 657.0218</p>
-------	--

ERIC YAMAGUTE PEREIRA

**COMUNICAÇÃO CONTÁBIL INTERLINGUAL: ESCOLHAS TRADUTÓRIAS NA
VERSÃO AO INGLÊS DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM IFRS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Ciências Contábeis do Centro Universitário Álvares Penteado - FECAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

COMISSÃO JULGADORA:

Prof. Dr. Eduardo da Silva Flores
Universidade de São Paulo - USP

Profa. Dra. Verônica de Fátima Santana
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP

Profa. Dra. Elionor Farah Jreige Weffort
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP
Professora Orientadora - Presidente da Banca Examinadora

São Paulo, 29 de agosto de 2023.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a meus pais, Regina (*in memoriam*) e Jesus, e minhas avós, Jandira (*in memoriam*) e Vitória (*in memoriam*) por sempre terem me incentivado nos estudos. Sem o apoio deles, jamais teria conseguido percorrer o caminho que me trouxe a este momento.

Agradeço imensamente ao meu marido, Ravel, que me “aguentou” durante todo o processo. Ofereceu-me compreensão, mostrou-me quando parar um pouco para respirar e respeitou todos os momentos em que precisei me concentrar nos estudos.

À minha orientadora, Profa. Dra. Elionor Weffort, meu agradecimento mais do que especial por ter aceitado meu tema de pesquisa e me ajudado ao longo dessa caminhada.

Agradeço também aos professores da banca, Prof. Dr. Eduardo Flores e Profa. Dra. Verônica Santana, por terem aceitado participar desse processo e pelos comentários enriquecedores no exame de qualificação.

Aos colegas do mestrado, agradeço a cooperação, a troca de ideias, as discussões. Agradecimento especial à Ana, ao Bruno e ao Raphael, colegas que viraram amigos.

Registro aqui meu agradecimento à minha irmã, Carla, a meus familiares, amigos e colegas de trabalho, cuja compreensão foi de extrema importância para mim.

Last but not least, agradeço à minha cachorrinha, Odete, que ficou sempre ao meu lado, mesmo quando meu humor não estava dos melhores.

Resumo

Pereira, Èric Yamagute. (2023). *Comunicação contábil interlingual: Escolhas tradutórias na versão ao inglês de demonstrações financeiras em IFRS* (Dissertação de Mestrado). Centro Universitário Álvares Penteado, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, São Paulo, SP, Brasil.

Este trabalho consiste em um estudo interdisciplinar qualitativo e exploratório entre Contabilidade e Tradução, com enfoque na comunicação contábil interlingual. Pesquisas anteriores indicam a complexidade do processo de tradução em contabilidade, ainda que essa questão receba pouca atenção de profissionais e acadêmicos da área contábil. Nesta pesquisa, buscou-se verificar as escolhas tradutórias na versão ao inglês de demonstrações financeiras preparadas em IFRS e publicadas por empresas brasileiras listadas no mercado de capitais. Para isso, a pesquisa contou com três etapas. Na primeira, elaborou-se um glossário bilíngue com 456 termos (incluindo repetições) a partir da terminologia definida nas IAS/IFRS, tanto em inglês quanto em sua tradução oficial ao português, e os termos correspondentes encontrados nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC. Na segunda, com o intuito de investigar o processo tradutório em contabilidade, entrevistaram-se tradutores profissionais que se dedicam à versão de demonstrações financeiras à língua inglesa. Na terceira, com base nos termos coletados na primeira etapa e selecionados pelos tradutores na segunda, analisaram-se as escolhas tradutórias nas notas explicativas das empresas selecionadas para o estudo. Para a análise das entrevistas e dos termos coletados, adotou-se a análise de conteúdo e, como ferramenta, o software NVivo. Das 1.356 traduções extraídas das demonstrações financeiras analisadas, 52,36% estão de acordo com as IFRS. Verificou-se, ainda, que a tradução ao inglês de termos com aparência menos técnica se distanciou mais da terminologia definida nas IFRS. Nesse sentido, observou-se a necessidade de se estabelecer uma comunicação mais estreita entre contadores e tradutores com o intuito de melhorar a comunicação contábil interlingual, além de mitigar um possível risco de imagem que pode não ser percebido pelas empresas.

Palavras-chave: Contabilidade. Estudos da Tradução. IFRS. Terminologia. Comunicação contábil interlingual.

Abstract

Pereira, Èric Yamagute. (2023). *Interlingual accounting communication: Translation choices in IFRS financial statements translated into English* (Dissertação de Mestrado). Centro Universitário Álvares Penteado, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP, São Paulo, SP, Brasil.

This is a qualitative and exploratory interdisciplinary study between Accounting and Translation Studies, with a focus on interlingual accounting communication. Previous research indicates the complexity of the translation process in accounting, while this issue seems to receive little attention from accounting professionals and academics. This research aimed to investigate the translation choices in IFRS financial statements translated into English and published by Brazilian companies listed on the capital market. Three steps were defined. In the first one, a bilingual glossary was built with 456 terms (including repetitions) based on the terminology defined in the IAS/IFRS, both in English and in their official translations into Brazilian Portuguese, and the corresponding terms found in the accounting pronouncements issued by the Brazilian FASB (CPC). In the second one, with a view to investigating the translation process in accounting, interviews were conducted with professional translators dedicated to translating financial statements into English. In the third one, based on the terms collected in the first step and selected by the translators in the second, the translation choices in the notes to financial statements of the companies selected for this study were analysed. The interviews and collected terms were analysed through content analysis, using the NVivo software as a tool. Of the 1,356 translations extracted from the analysed financial statements, 52.36% are in accordance with the IFRS. It was also found that the translation into English of terms that appear to be less technical was less proximate to the terminology defined in the IFRS. In this sense, there seems to be a need for closer communication between accountants and translators in order to improve interlingual accounting communication, in addition to mitigating a possible image risk that may not be perceived by companies.

Keywords: Accounting. Translation Studies. IFRS. Terminology. Interlingual accounting communication.

Lista de figuras

Figura 1. Processo de tradução oficial da IFRS Foundation.....	22
Figura 2. Modelo do sistema de comunicação geral de Shannon (1948).....	38
Figura 3. Modelo do sistema geral de Shannon (1948) aplicado à comunicação interlingual	39
Figura 4. Desenho da pesquisa.....	42
Figura 5. Glossário bilíngue elaborado a partir da terminologia definida nas IFRS (em inglês e em português) e correspondência nos CPC.	44

Lista de tabelas

Tabela 1. Modalidades de tradução e exemplos.....	34
Tabela 2. Termos não encontrados nos pronunciamentos contábeis.....	45
Tabela 3. Entrevistados em relação aos critérios estabelecidos.....	48
Tabela 4. Roteiro da entrevista realizada	50
Tabela 5. Termos a serem analisados nas demonstrações financeiras em IFRS	52
Tabela 6. Definição dos termos selecionados conforme CPC e IAS/IFRS	54
Tabela 7. Empresas por setor econômico e de listagem	59
Tabela 8. Empresas após aplicação dos critérios (i) a (x)	61
Tabela 9. Empresas selecionadas	62
Tabela 10. Referências coletadas a partir das demonstrações financeiras	64
Tabela 11. Traduções encontradas para “cliente”.....	81
Tabela 12. Traduções encontradas para “coligada”.....	83
Tabela 13. Traduções encontradas para “desreconhecimento”.....	84
Tabela 14. Traduções encontradas para “perda de crédito esperada”	85
Tabela 15. Traduções encontradas para “data de início do arrendamento”	87
Tabela 16. Traduções encontradas para “participação de não controladores”	88
Tabela 17. Traduções encontradas para “provisão”	89
Tabela 18. Traduções encontradas para “remuneração”	90
Tabela 19. Traduções encontradas para “resultado contábil”	91
Tabela 20. Traduções encontradas para “vencido”	92
Tabela 21. Termos <i>proximate</i> e <i>non-proximate</i>	93
Tabela 22. Termos <i>proximate</i> e <i>non-proximate</i> por empresa	94

Lista de Abreviaturas e Siglas

Abrasca	Associação Brasileira das Companhias Abertas
Apimec	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
ASBE	<i>Accounting Standard for Business Enterprises</i>
BACEN	Banco Central do Brasil
BMV	<i>Bolsa Mexicana de Valores</i>
BYMA	<i>Bolsa y Mercados Argentinos</i>
CAT	<i>Computer-Assisted Translation</i>
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DGT	<i>Directorate-General for Translation</i>
DSO	<i>Days Sales Outstanding</i>
EBITDA	<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation</i>
EUA	Estados Unidos da América
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
Fipecafi	Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>
GoB	<i>Grundsätze ordnungsmäßiger Buchführung</i>
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
KPI	Key Performance Indicators
NYSE	<i>New York Stock Exchange</i>
PDF	<i>Portable Document Format</i>
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i>
SoF	<i>Substance over Form</i>
Susep	Superintendência de Seguros Privados
TRC	<i>Translations Review Committee</i>
UK	<i>United Kingdom</i>
US	<i>United States</i>

Sumário

1 Introdução	11
2 Referencial teórico	16
2.1 Estudos recentes sobre tradução em contabilidade	16
2.2 Questões linguísticas e culturais no processo de convergência para as IFRS ...	21
2.2.1 Tradução das IAS e IFRS.....	21
2.2.2 Pronunciamentos contábeis no Brasil	23
2.3 Estudos da tradução	24
2.3.1 Equivalência em tradução	25
2.3.2 Teoria do propósito	29
2.3.3 Modalidades de tradução	30
2.4 Língua e comunicação contábil.....	35
3 Metodologia da pesquisa.....	42
3.1 Campo de estudo	42
3.2 Coleta de dados	43
3.2.1 Elaboração de glossário bilíngue com terminologia IFRS	43
3.2.2 Entrevista com tradutores profissionais.....	46
3.2.2.1 Escolha dos entrevistados.....	46
3.2.2.2 Realização das entrevistas.....	49
3.2.2.3 Termos escolhidos	51
3.2.3 Demonstrações financeiras em IFRS	58
3.2.3.1 Coleta dos termos selecionados nas demonstrações financeiras	62
3.3 Tratamento e análise dos dados	64
4. Análise dos resultados	66
4.1 Terminologia IFRS x CPC	66
4.2 Processo tradutório	68
4.2.1 Propósito da tradução	68
4.2.2 Interação entre tradutor e profissional contábil.....	70
4.2.3 Distinção entre funções	72
4.2.4 Desafios tradutórios	74
4.2.5 Equivalência em tradução	76
4.2.6 Inglês como língua estrangeira	77
4.2.7 Recursos para adequação terminológica	79
4.3 Demonstrações financeiras	81
4.3.1 Cliente	81
4.3.2 Colheita	83
4.3.3 Coligada	83

4.3.4 Desreconhecimento	84
4.3.5 Perda de crédito esperada	85
4.3.6 Evento subsequente.....	86
4.3.7 Data de início do arrendamento	86
4.3.8 Participação de não controladores	88
4.3.9 Provisão	88
4.3.10 Remuneração.....	90
4.3.11 Resultado contábil.....	90
4.3.12 Valor residual	91
4.3.13 Vencido	91
4.3.14 Termos proximate e non-proximate.....	92
4.4 Discussão dos resultados.....	94
5 Conclusão	98
Referências	101
Apêndice A - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	111
Apêndice B - Glossário bilíngue com termos definidos nas IAS/IFRS e nos pronunciamentos contábeis do CPC	112

1 Introdução

Um dos obstáculos enfrentados no processo de comunicação das informações contábeis entre países consiste nas diferenças linguísticas e culturais existentes (Evans, 2004, 2018; González, 2019; Hellmann & Patel, 2021; Kettunen, 2017; Laaksonen, 2021; Nobes & Stadler, 2018; Zeff, 2007). O presente trabalho investiga a terminologia utilizada na versão ao inglês de demonstrações financeiras de empresas brasileiras elaboradas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) com um olhar que parte dos Estudos da Tradução. Essa interdisciplinaridade costuma ser tratada na literatura principalmente no que diz respeito à tradução das IFRS a outras línguas, motivo pelo qual os trabalhos nesse sentido são mais numerosos (ex., Evans, 2004; Evans, Baskerville, & Nara, 2015; Hellmann & Patel, 2021; Huerta, Petrides, & Braun, 2013; Kettunen, 2017; Laaksonen, 2021; Nobes, 2021).

O processo de convergência dos padrões contábeis brasileiros com as IFRS teve início, no Brasil, com a Lei n. 11.638 (2007). A partir dela, obrigou-se a adoção, por parte das empresas (sobretudo as de capital aberto), de pronunciamentos contábeis baseados em normas contábeis internacionais (J. A. Costa, Theóphilo, & Yamamoto, 2012). Essa convergência tende a facilitar a comunicação e oferecer transparência aos investidores, sejam estes brasileiros ou estrangeiros.

Em 2018, das 166 jurisdições identificadas pela IFRS Foundation, 144 exigiam o uso das normas internacionais (IFRS, 2018). Dentre elas, o Brasil. O art. 1º da Instrução n. 457, de 13 de julho de 2007, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), prevê a obrigatoriedade da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de empresas de capital aberto de acordo com as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) a partir do exercício findo em 2010 (Instrução CVM n. 457, 2007). Isso significa que as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, nome que nelas deve constar, devem ser elaboradas “com base em pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais, emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC e referendados pela CVM.” (Instrução CVM n. 457, 2007, p. 1).

Traduzir informações contábeis não é um processo simples (Evans, 2004; Hellmann & Patel, 2021; Huerta et al., 2013; Kettunen, 2017; Laaksonen, 2021, 2022; Nobes, 2021; Nobes & Stadler, 2018). As questões abordadas em estudos nesse

sentido vão desde as relacionadas à equivalência de significado para um determinado termo contábil em línguas diferentes (Evans, 2004; Nobes, 2021; Nobes & Stadler, 2018) e à construção de significados como um processo necessariamente conjunto entre tradutores e revisores técnicos (profissionais contábeis da língua de chegada) (Kettunen, 2017) até discussões sobre hegemonia linguística e cultural por meio da tradução (Laaksonen, 2022).

Há estudos que indicam que os pesquisadores da área contábil, diferentemente de outras áreas do conhecimento, como o direito e a medicina, parecem não enxergar a tradução como uma possível fonte de ruído (Evans, 2018; Evans et al., 2015), apesar do crescente número de pesquisas que mostram que há diferença de interpretação e de conteúdo na transferência da informação de uma língua a outra (Evans, 2004; Huerta et al., 2013; Nobes, 2021; Nobes & Stadler, 2018; Pan & Patel, 2018). Há evidências, inclusive, de que problemas relacionados à tradução de demonstrações financeiras (não necessariamente erros) são levados a bases de dados, o que pode fazer com que pesquisadores cheguem a conclusões em seus estudos com base em informações não precisas (Nobes & Stadler, 2018). Nobes e Stadler (2018), por exemplo, identificaram casos em que as versões em inglês das demonstrações financeiras das empresas pesquisadas trazem a ideia de *impairment* de outra forma que não pelo uso do termo em si, resultando em dados faltantes (*missing*) na base Worldscope, ainda que a ideia de *impairment* possa ser recuperada no texto.

Os tradutores profissionais de relatórios contábeis, apesar de não sofrerem por falta de competência linguística, podem enfrentar problemas na transferência do registro profissional¹ de uma língua para o de outra (Archer & McLeay, 1991). Para enfrentar esse obstáculo, podem adotar procedimentos, ou estratégias, em busca de uma tradução mais adequada (Archer & McLeay, 1991; Pym, 2017). Tais procedimentos incluem desde ações próprias do tradutor (Aubert, 1998; González, 2019; Pym, 2017; Vinay & Dalbernet, 1995) até a construção de conceitos na língua de chegada juntamente com os profissionais da área contábil (Kettunen, 2017; Pym, 2017; Vermeer, 2004).

Estudar esse processo tradutório em contabilidade pode ser uma forma de reduzir a lacuna existente entre a academia e a prática profissional, sobretudo no sentido de conscientização de que nem sempre é possível assumir que não haverá modificação alguma entre texto de partida e de chegada (ex., Evans et al., 2015; Laaksonen, 2021; Nobes & Stadler, 2018). No entanto, a tradução parece se fazer

possível, ainda que se privilegiem alguns aspectos em detrimento de outros (Pym, 2007) e, nesse sentido, os Estudos da Tradução podem servir como base para que a comunicação contábil entre línguas ocorra de forma a reduzir possíveis ruídos.

Refletir sobre o traduzir como parte da comunicação contábil permite que todas as partes interessadas nessa comunicação mitiguem possíveis fontes de ruído. A comunicação pode ser entendida como um processo social (Sousa, 2006) em que indivíduos (emissor e receptor) trocam mensagens codificadas. Para isso, é necessário que ambos compartilhem o mesmo código. Um modelo de processo de comunicação já utilizado na área contábil (ex., Dias & Nakagawa, 2001) é o de Shannon (1948). Segundo esse modelo, uma mensagem é transformada em um sinal por um emissor (ou transmissor) e esse sinal chega ao receptor, que o decodifica e o transforma na mensagem inicial. No processo de envio da mensagem, entretanto, é possível que o sinal sofra alguma interferência, isto é, haja alguma forma de ruído.

Quando se pensa na comunicação contábil interlingual, a possibilidade de ruído é ainda maior. Realiza-se um processo completo (com a devida possibilidade de ruído) quando da preparação e apresentação das demonstrações financeiras na língua vernácula. Preparador e usuário atuam, respectivamente, como emissor e receptor. Caso essas demonstrações sejam vertidas a uma língua estrangeira, o processo ocorre novamente a partir desse ponto, atuando, muitas vezes, o tradutor como emissor e o usuário do relatório em língua estrangeira como receptor.

Considerando que as demonstrações financeiras de empresas brasileiras elaboradas de acordo com as IFRS e vertidas ao inglês possam ter como intuito oferecer transparência e comparabilidade a investidores estrangeiros (Al Obaidani, 2018; Jeanjean, Stolowy, Erkens, & Yohn, 2015), é razoável que se dê atenção ao processo de tradução. Além disso, Kettunen (2017) e Nobes e Stadler (2018) sugerem que a maior parte das pesquisas relacionadas à tradução em contabilidade, ainda modestas (Evans, 2018; Laaksonen, 2021; Pan & Patel, 2018), se dá na seara regulatória e que mais atenção poderia ser dada às demonstrações financeiras.

Diante do exposto, o objetivo geral de pesquisa é **investigar as escolhas tradutórias na versão ao inglês de demonstrações financeiras de empresas listadas no mercado de capitais brasileiro elaboradas de acordo com as IFRS**. Definiram-se três objetivos específicos:

- a) Identificar os termos em português, nos pronunciamentos contábeis e na tradução oficial das IFRS, para aqueles encontrados e definidos nas normas internacionais em inglês;
- b) Entrevistar tradutores profissionais acerca do processo de versão de demonstrações financeiras à língua inglesa;
- c) Verificar as escolhas adotadas na versão ao inglês das notas explicativas em demonstrações financeiras de empresas brasileiras preparadas de acordo com as IFRS para termos encontrados e definidos nas normas internacionais.

A adoção das IFRS, além de mostrar comprometimento para que haja maior transparência aos usuários das demonstrações financeiras (IFRS, 2020) tende a aumentar os investimentos estrangeiros nas empresas brasileiras (Jeanjean et al., 2015; Silva, Brugni, Nossa, & Beiruth, 2020). Caso haja ruído na comunicação das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e vertidas ao inglês, isto é, caso as informações não estejam de acordo com o que é conhecido ou esperado pelo leitor, este pode vir a tomar decisões de investimento com base em informações equivocadas (Evans, 2004).

Com base no exposto, o presente trabalho justifica-se tanto no contexto acadêmico quanto no profissional. No acadêmico, verifica-se que há pesquisas que se dedicam a discutir a tradução em contabilidade em periódicos internacionais, mas, em busca realizada nas bases EBSCO, Scopus e Spell em outubro de 2021, percebe-se que o tema ainda é pouco explorado em periódicos nacionais. Alguns estudos internacionais discutem a tradução de termos contábeis ao português brasileiro (Nobes, 2021; Nobes & Stadler, 2018), mas se debruçam apenas sobre a discussão do significado. O presente estudo avança no sentido de trazer à discussão a interdisciplinaridade entre contabilidade e estudos da tradução no contexto brasileiro.

No contexto profissional, conforme mencionado anteriormente, a adoção das IFRS na elaboração das demonstrações financeiras tende a aumentar a participação de investimentos estrangeiros nas empresas brasileiras (Silva et al., 2020). Além disso, refletir sobre a terminologia adequada às normas internacionais pode evitar que os investidores tomem decisões com base em informações equivocadas (Evans, 2004). Ao trazer questões relacionadas aos estudos da tradução para a contabilidade, espera-se contribuir com essa reflexão e, de certa forma, reduzir possíveis ruídos na comunicação interlingual e assimetrias da informação.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos, referências e dois apêndices. O primeiro capítulo consiste nesta introdução. O segundo traz o referencial teórico que serviu de base para as escolhas metodológicas, análise e discussão dos resultados. O terceiro capítulo consiste no desenho dos procedimentos metodológicos e o quarto dedica-se à análise e discussão dos resultados obtidos. No quinto, apresenta-se a conclusão. No Apêndice A, apresenta-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado para as entrevistas. Espera-se que sirva de exemplo para pesquisas futuras. O Apêndice B traz o glossário compilado como parte desta pesquisa.

2 Referencial Teórico

A seguir, apresenta-se o referencial teórico que fundamentou as escolhas metodológicas do estudo e com base no qual serão realizadas a análise e a discussão dos resultados. Inicia-se o capítulo com algumas pesquisas mais recentes (a partir de 2017) que se dedicam ao estudo da tradução em contabilidade e que serviram de inspiração para esta dissertação. Em seguida, o capítulo conta com a seguinte estrutura: (i) questões linguísticas e culturais no processo de convergência para as IFRS, incluindo como se realiza a tradução das IFRS a outras línguas; (ii) estudos da tradução, em que se apresentam pesquisas relacionadas à ideia de equivalência e às modalidades de tradução; e, por fim, (iii) língua e comunicação contábil, com estudos que discutem a ideia de que existem características comuns entre língua e contabilidade, o funcionamento do processo de comunicação contábil e a possibilidade de ruídos, além do uso da língua inglesa como ferramenta para essa comunicação.

2.1 Estudos recentes sobre tradução em contabilidade

Ainda que aparentemente pouco explorada no cenário nacional nos últimos anos (conforme pesquisa realizada nas bases EBSCO, Spell e Scopus em outubro de 2021), a tradução em contabilidade tem se mostrado como um assunto em ascensão em periódicos internacionais, como o *Accounting, Auditing and Accountability Journal* e o *Accounting, Organizations and Society*. São comuns as discussões sobre equivalência entre os textos de partida e de chegada (Evans, 2004, 2018; Laaksonen, 2021; Nobes, 2021; Nobes & Stadler, 2018), mas há estudos em que se abordam a forma com que a tradução das IAS e IFRS pode afetar a tomada de decisão (Hellmann & Patel, 2021; Lin, Yeh, & Yen, 2019; Pan & Patel, 2018), a hegemonia por meio da tradução (Laaksonen, 2022) e o impacto das traduções nas pesquisas contábeis (Evans, 2018; Evans et al., 2015; Kamla & Komori, 2018; Nobes & Stadler, 2018).

Kettunen (2017) investiga como se dá a tradução das IFRS do inglês (língua de partida) ao finlandês (língua de chegada) e como os problemas relacionados à equivalência linguística que surgem durante o ato tradutório são tratados tanto no contexto social quanto no institucional. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas com 11 integrantes do Comitê Revisor das Traduções (em inglês, *Translations Review Committee - TRC*) finlandês, incluindo um tradutor do próprio comitê e um outro da Diretoria Geral de Traduções (em inglês, *Directorate-General for Translation - DGT*)

da União Europeia, em Bruxelas. Além disso, a pesquisadora teve acesso a registros como a política a ser seguida para a tradução, as atas das reuniões do TRC, minutas das traduções, sugestões de melhoria feitas e e-mails trocados sobre as traduções. Como resultado, a autora mostra que a equivalência terminológica na língua de chegada é construída em um trabalho conjunto entre tradutores e os profissionais contábeis. Há uma tentativa de se manter a mesma tradução utilizada para um determinado termo ao longo do processo de tradução das normas (consistência) e de se buscar termos que estejam de acordo com outros dispositivos legais a fim de que as traduções sejam mais bem aceitas.

Outra pesquisadora que também se debruça sobre a tradução das IFRS ao finlandês é Laaksonen (2022). Para isso, teve acesso aos registros do processo tradutório das IFRS, como atas de reuniões do comitê revisor e e-mails trocados para discussão terminológica, sobretudo entre outubro de 2007 e novembro de 2019. A autora, com base na obra de Lawrence Venuti (2019, 2021), teórico dos estudos da tradução, discute a não neutralidade da tradução. Esta é, antes, uma “atividade intercultural que desempenha um papel substancial na formação e na manutenção das hegemonias linguística e cultural.” (Laaksonen, 2022, p. 2, tradução nossa). Apresentam-se os conceitos de domesticação (tradução domesticadora) e estrangeirização (tradução estrangeirante): esta ocorre quando as traduções tentam quebrar padrões dominantes e incluir diferenças; aquela, quando as traduções não questionam questões de hegemonia e impõem elementos linguísticos e culturais da língua considerada dominante (Venuti, 2021).

A pesquisa realizada por Laaksonen (2022) é de ordem qualitativa com base na leitura do material a que teve acesso e na obra de Venuti. Durante a análise da tradução da terminologia, observaram-se quatro principais noções: *user orientation*, *establishedness*, *advocacy* e *institutional constraints*. Segundo o coordenador do comitê revisor, a lealdade do trabalho do comitê está com os usuários das traduções (*user oriented*). Além disso, verifica-se se as soluções propostas para as traduções já estão estabelecidas no contexto de chegada (*establishedness*), isto é, se os termos escolhidos apresentam fluência na língua de chegada ou se encontram em outros textos (como dispositivos legais). No que diz respeito à noção de *advocacy*, a preocupação se encontra na “inclusão de traços linguísticos minoritários e compreensão de conceitos contábeis ou disposição à aderência às formas dominantes de pensamento e linguagem contábeis.” (Laaksonen, 2022, p. 12,

tradução nossa). A última noção (*institutional constraints*) está relacionada à limitação imposta pela política da tradução oficial. Como resultado, a pesquisadora demonstra a importância desse trabalho de discussão do comitê revisor para a tradução das IFRS ao finlandês e como a política de tradução das normas consiste em uma fonte de desigualdade e uma forma de tentativa de hegemonia.

Em outro trabalho, Laaksonen (2021) discute o conceito de equivalência tradutória utilizado em pesquisas de autores da área contábil que discutam a tradução no contexto da harmonização das normas contábeis internacionais. Como embasamento teórico para a discussão, a pesquisadora utiliza o modelo de Anthony Pym (2007), que estabelece uma divisão entre equivalência natural e direcional, e o de Eugene Nida (1977), segundo quem a dicotomia se dá em correspondência formal e equivalência dinâmica. Os artigos utilizados na pesquisa abrangem um período de 30 anos (1989-2018). Como resultado, encontram-se diversas inconsistências teóricas: “os estudos podem tanto utilizar a ideia de correspondência completa preexistente entre línguas e culturas quanto reconhecer que, pelo menos para as IFRS traduzidas, a interpretação e a aplicação locais são de vital importância.” (Laaksonen, 2021, pp. 158–159, tradução nossa). Observou-se que, em geral, deposita-se maior confiança na equivalência natural, muitas vezes juntamente com a formal. Além disso, a autora verifica que mais atenção deveria ser dada à equivalência dinâmica, dada a necessidade de construção de significados no contexto da língua de chegada.

Nobes e Stadler (2018) discutem a tradução do termo *impairment*, trazido pela IAS 36, em 19 línguas. Analisam o termo a partir de seu significado geral na língua inglesa e o que desse significado foi levado à contabilidade. Como resultado, verificam que a maioria das traduções não inclui o sentido de “dano ao ativo”, presente em *impairment*. No caso do português brasileiro, redução ao valor recuperável, entendem que a tradução leva em consideração “o efeito contábil em vez do dano que o causou” (Nobes & Stadler, 2018, p. 1997, tradução nossa), mas que, ainda assim, é bastante informativa. No mesmo estudo, os autores verificam como esses termos encontrados nas traduções voltam ao inglês em demonstrações financeiras de 11 países, dentre os quais o Brasil, elaboradas de acordo com as IFRS, entre 2005 e 2013. Constatam que 13% dos termos encontrados nos relatórios analisados referentes ao período mais anterior são *non-proximate*, isto é, não incluem o termo *impairment* em inglês.

Segundo os autores, isso pode levar a problemas em estudos que utilizem bases de dados como o Worldscope, já que os pesquisadores não teriam a informação real.

Nobes (2021) discute a tradução do significante *goodwill*, conforme verificado nas normas internacionais de contabilidade, em oito línguas. Segundo o autor, além do significado original, bíblico, há três significados para esse significante dentro da contabilidade: gerado internamente, adquirido como parte dos ativos de uma empresa, e adquirido como parte de uma empresa. No caso do português brasileiro, Nobes (2021) menciona que os CPCs 04 e 15 trazem “ágio por expectativa de rentabilidade futura” para *goodwill*, como forma de explicitação. Para o autor, é importante estabelecer uma distinção entre os termos já que, em alguns países, há diferença no tratamento tributário e no período de amortização desse ativo.

Lin et al. (2019), ao compararem as IAS e as IFRS com as normas traduzidas ao chinês, identificam casos em que existem diferentes expressões em inglês (*possible* e *likely*) para uma única expressão em chinês e outros em que existe uma única expressão em inglês (*remote*) para mais de uma expressão em chinês. Os autores realizam um estudo quantitativo sobre a percepção dessas expressões por parte de estudantes de graduação em contabilidade do terceiro e quarto anos em Taiwan. Como um dos resultados, obtêm que há diferença estatisticamente significativa na percepção entre os termos em inglês e as traduções correspondentes. Além disso, mostram que melhorar o conhecimento contábil ou a fluência na língua inglesa pode reduzir a variação no julgamento dessas expressões.

Pan e Patel (2018) discutem a influência da língua no julgamento de divulgações financeiras arrojadas (*aggressive financial reporting*). Nesse estudo quantitativo, os autores identificam que a percepção de “controle” por parte de estudantes de graduação em contabilidade varia de acordo com a língua utilizada (inglês ou chinês simplificado). Quando solicitados a trabalhar com o inglês, os participantes parecem mais confiantes e tendem a recomendar mais investimentos em empresas do que quando a língua é o chinês. Na discussão, mostram que, apesar de o intuito das IFRS ser apresentar uma certa forma de padronização, a língua para a qual as normas são traduzidas influencia a tomada de decisão. Além disso, o uso da tradução de normas baseadas em princípios (*principles-based*), como as IFRS, em um país com tradição contábil baseada em regras (*rules-based*) também é um fator que deve ser considerado. Segundo os autores, há limitações nessa tradução, já que a equivalência dos textos dificilmente é alcançada sem que haja alteração dos

significados. Ressalta-se que os participantes da pesquisa contam com nível de conhecimento de língua inglesa considerado bom e que, no curso, há disciplinas ministradas nas duas línguas.

Ainda com relação à influência exercida pela língua na aplicação da contabilidade em diferentes países, Hellmann, Patel e Tsunogaya (2021) investigam a percepção de *fair value* por parte de contadores profissionais do Reino Unido e da Alemanha tanto no inglês quanto na tradução utilizada em alemão nas normas (*Beizulegender Zeitwert*). Como instrumento de coleta de dados, os autores lançaram mão da técnica de diferencial semântico, em que se apresentam pares de adjetivos opostos em escala Likert (sete pontos nesse estudo) para que os participantes posicionem sua percepção sobre determinado conceito. Nesse caso, o quarto ponto da escala indica neutralidade. Os resultados indicam que *fair value* e *Beizulegender Zeitwert* são percebidos de formas diferentes e que a língua influencia a percepção de conceitos contábeis. Os autores chamam a atenção para o fato de que a aplicação das IFRS nos países requer a tradução das normas para as línguas locais, mas que, considerando essa influência que a língua exerce, a interpretação e a aplicação consistente das normas podem ser prejudicadas.

Nessa mesma linha de que a língua pode influenciar o processo de harmonização, tem-se o estudo de Alexander et al. (2018). Os autores baseiam-se na filosofia da linguagem de Searle e de Wittgenstein. Daquele, trazem a ideia de fatos sociais como sendo uma intencionalidade coletiva. Isso significa que as realidades construídas, como é o caso da contabilidade por exemplo (Alexander et al., 2018; Hines, 1988; Parker, 1994), para que sejam comunicadas, devem fazer parte de um acordo coletivo, de uma intencionalidade coletiva sobre essa realidade. De Wittgenstein, trazem que o significado dos conceitos varia de acordo com o uso a eles dado. Assim, os conceitos estão atrelados ao contexto, podendo seu significado diferir em contextos diferentes. Isso quer dizer que “é necessário observar o que acontece com um conceito em contextos diferentes em vez de assumir que um conceito tem uma essência fixa e estável.” (Alexander et al., 2018, pp. 1960–1961, tradução nossa). Com essa lente, discutem a tradução do princípio *Substance over Form* (SoF) em sete países (Áustria, França, Alemanha, Itália, Polônia, Romênia e Reino Unido). Identificam que a redação dada ao princípio difere entre os países por conta da influência cultural, sobretudo no sentido de os legisladores de países que adotam o direito romano tenderem a apresentar uma definição mais precisa de *substance*, seja

com o acréscimo de um adjetivo, seja com o uso de termos diferentes. Nesse caso, busca-se uma tradução funcional, em vez de formal.

Hellmann e Patel (2021) discutem a importância de demonstrações financeiras comparáveis para fins de tomada de decisão. No entanto, um dos problemas para a aplicação das IFRS nas diversas jurisdições que as adotam consiste exatamente no fato de elas serem traduzidas, já que os significados podem ser perdidos no processo. A questão, nesse caso, não está necessariamente em erros de tradução, mas sim na carga cultural que acompanha cada língua.

2.2 Questões linguísticas e culturais no processo de convergência para as IFRS

2.2.1 Tradução das IAS e IFRS

A língua utilizada nas reuniões do *International Accounting Standards Committee* (IASC) e na publicação das IAS era a inglesa (Dahlgren & Nilsson, 2012; Doupnik & Richter, 2003; Zeff, 2012). Isso, de certa forma, deixava os não nativos em uma posição de desvantagem nas discussões realizadas, visto que eles tinham uma língua estrangeira como ferramenta para discutir conceitos que não necessariamente existiam em seus vernáculos. Há de se considerar, por exemplo, a carga cultural que conceitos carregam, como *true and fair view* e controle, explorados em pesquisas anteriores (Evans, 2004; Pan & Patel, 2018). Além disso, cada um dos países-membro traduzia as IAS para aplicação local, de forma que seriam possíveis versões diversas em uma mesma língua, isto é, a padronização das ideias refletidas nas normas poderia estar comprometida.

Em 1997, em uma tentativa de controlar a apresentação das IAS em outras línguas que não a inglesa, o IASC realizou a primeira tradução oficial de uma norma para o alemão (Dahlgren & Nilsson, 2012; Doupnik & Richter, 2003; González, 2019; Huerta et al., 2013; Kettunen, 2017). A partir de então, para que a aplicação das normas ocorresse de forma consistente nos países que as adotam, a Fundação expressou essa necessidade de que cada país contasse com traduções de alta qualidade em seu vernáculo (IFRS, 2020) e estabeleceu uma política de tradução oficial, indicando os procedimentos a serem seguidos. Apesar de coordenado pela Fundação, o processo conta com a cooperação de parceiros de tradução (*translating partners*), isto é, “normatizadores, órgãos reguladores, órgãos contábeis e entidades qualificadas.” (IFRS, 2020, p. 11, tradução nossa).

O processo, sintetizado na Figura 1, envolve o trabalho de tradutores profissionais e de um comitê revisor formado por especialistas em divulgação financeira (*financial reporting*) indicados pelo parceiro de tradução, com a aprovação da Fundação. Primeiramente, os termos chave das normas são extraídos pela Fundação, podendo o comitê revisor incluir termos adicionais. Os tradutores, então, traduzem esses termos e o resultado é analisado pelo comitê. Em seguida, os tradutores, utilizando os termos já acordados, traduzem as normas por meio de ferramentas de tradução assistida por computador (*computer-assisted translation tools – CAT tools*). Os materiais, já na língua de chegada, são revisados pelo comitê e aprovados pela Fundação para publicação.

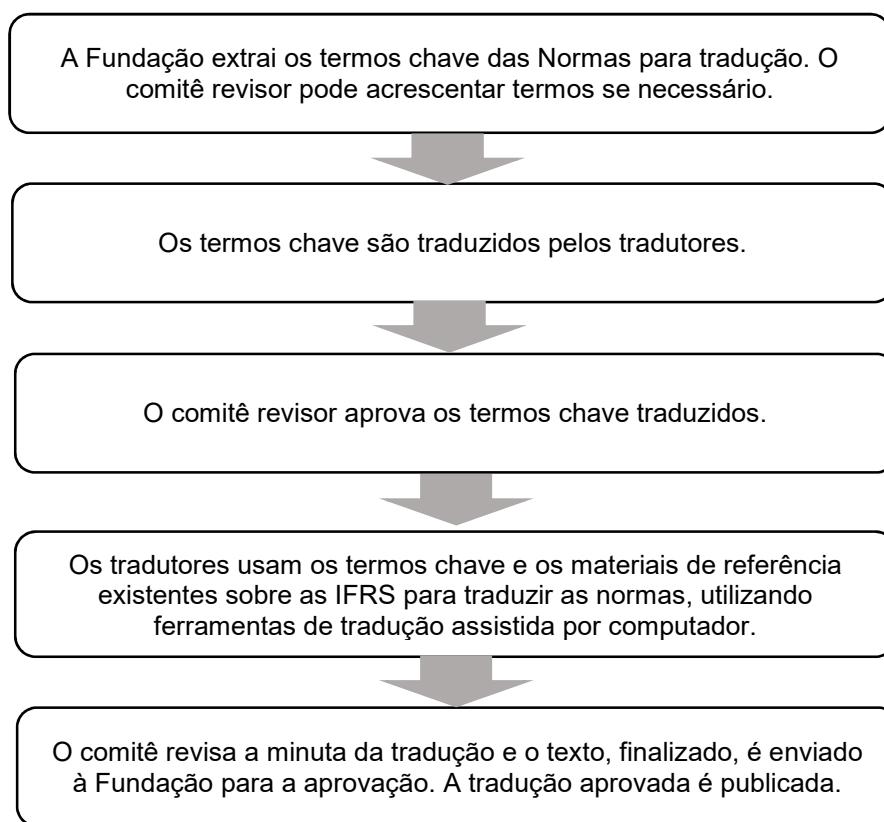


Figura 1. Processo de tradução oficial da IFRS Foundation

Fonte: Adaptado de “Licensing policy for translation and reproduction of IFRS standards for adoption”, IFRS Foundation, 2020.

Como resultado desse processo, a Fundação espera um texto que seja, basicamente, a transposição na língua de chegada do que está escrito em inglês, sem qualquer tipo de interpretação ou explicação. Conforme a política, “isso significa que os tradutores e o comitê revisor não podem acrescentar, retirar ou alterar a substância

e o conteúdo das normas conforme aprovadas pelo Conselho. São aceitáveis adaptações gramaticais e sintáticas para melhorar a legibilidade do texto traduzido.” (IFRS, 2020, p. 12, tradução nossa). Este é um ponto levantado nas pesquisas sobre tradução em contabilidade (Kettunen, 2017; Laaksonen, 2022), como será discutido mais adiante neste trabalho.

A orientação da Fundação é a de que, para jurisdições que compartilhem uma mesma língua, haja ao menos um representante de cada jurisdição no processo de tradução. Com isso, seria possível a aceitação internacional da norma traduzida (IFRS, 2020). Entretanto, apesar da política de haver apenas uma tradução para cada língua, observa-se que, para o português, há tanto a versão do português europeu quanto do brasileiro. Para o português brasileiro, o parceiro de tradução é o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2.2 Pronunciamentos contábeis no Brasil

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado por meio da Resolução CFC n. 1.055, de 07 de outubro de 2005 e tem como objetivo

o estudo, o preparo e a emissão de documentos técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais. (Resolução CFC n. 1.055, 2005, p. 3)

O art. 2º da Resolução, alterado pela Resolução CFC n. 1.567 (2019, p. 2), determina que a composição do comitê contará com dois representantes de cada uma das entidades a seguir: 1) Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca); 2) Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec Nacional); 3) B3 Brasil Bolsa Balcão; 4) Conselho Federal de Contabilidade (CFC); 5) Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon); 6) Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi); 7) Entidades representativas de investidores do mercado de capitais. O quórum para as reuniões é de 50% dos membros do comitê e são necessários os votos de no mínimo 2/3 (dois terços) dos presentes para a aprovação dos pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações (Resolução CFC n. 1.055, 2005). Em seguida, os documentos são colocados em audiência pública para contribuições de outras entidades interessadas.

Vale ressaltar que os documentos emitidos pelo comitê não têm força de norma, mas servem de base para que as entidades reguladoras as emitam (Oliveira & Lemes, 2011). Para as instituições financeiras, por exemplo, as normas são emitidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN); para as seguradoras, resseguradoras, entidades abertas de previdência complementar e sociedades de capitalização, as normas são emitidas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). No caso das companhias abertas, a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas deve ter como base os pronunciamentos emitidos pelo CPC e referendados pela CVM (Instrução CVM n. 457, 2007).

O CPC estuda as normas internacionais e adequa a tradução (cuja permissão é concedida ao IBRACON) à legislação brasileira por meio de pronunciamentos que se aplicam tanto às demonstrações financeiras individuais quanto às consolidadas (J. A. Costa et al., 2012). Apesar da recomendação da IFRS Foundation de que não haja alterações no processo de tradução para adoção local, tais adequações são comuns, em maior ou menor nível (Nobes & Zeff, 2016). Ainda assim, a Fundação pode entender que a adoção se dá de acordo com as IFRS como elas se encontram no inglês.

Em um estudo realizado por J. A. Costa et al. (2012) sobre a aderência dos pronunciamentos do CPC (emitidos de 2007 a 2011) às normas internacionais, a partir de pesquisa documental e análise de conteúdo, verificou-se a existência de diferenças, as quais foram organizadas em quatro categorias: diferenças em função da legislação brasileira; diferenças em relação às opções adicionais oferecidas pelo IASB na adoção inicial; diferenças de caráter geral entre o CPC e o IASB (como preferências e exigências manifestadas por um dos dois órgãos); e normas do IASB não emitidas pelo CPC entre 2007 e 2011. Apesar disso, os autores concluem que demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os pronunciamentos contábeis podem ser entendidas como de acordo com as IFRS.

2.3 Estudos da tradução

Definir “tradução” é uma tarefa um tanto quanto complexa. Pode ela ser entendida como um processo que permite a não falantes de uma determinada língua ter acesso a um conteúdo nesta veiculado, mas em seu vernáculo ou em língua que lhe seja de conhecimento (Bassnett, 2016; C. E. P. Costa, 2020; Pan, Patel, & Mala, 2015). De uma forma mais simplista, como sugere a IFRS Foundation (2020), seria,

ao menos no que diz respeito à tradução das normas, a transposição na língua de chegada do que está escrito na língua de partida, sem qualquer tipo de interpretação ou explicação. Entretanto, a ideia de não interpretar o que se traduz parece não ser possível (Bassnett, 2016; Evans, 2018; Jakobson, 2001; Laaksonen, 2021; Pym, 2017; Venuti, 2021). Além disso, o ato parece depender do objetivo que o tradutor tem em mente (Berman, 2002; Pym, 2017; Vermeer, 2004).

Em alguns casos, busca-se algum nível de equivalência de uma determinada mensagem em outra língua (Nida, 1977; Nobes & Stadler, 2018; Pym, 2017; Vinay & Dalbernet, 1995). Em outros, faz-se presente a ideia de interpretação dos signos verbais ou até mesmo a reconstrução textual entre línguas e entre culturas, sem que se deixem de lado elementos extralingüísticos (Jakobson, 2001; Laaksonen, 2021). Há de se considerar, ainda, que o processo e o resultado do ato tradutório dependem do que Berman (2002) chama de “drama do tradutor”, isto é, um *continuum* entre entregar ao leitor um texto demasiadamente apegado ao autor, que pode beirar o ininteligível na língua de chegada, e entregar um texto que se concentre excessivamente na compreensão do leitor, com o risco de se deixar de lado alguma informação no meio do caminho. Nesse *continuum*, também se encontra a ideia de invisibilidade do tradutor: quanto mais fluência se encontra em um texto traduzido, mais invisível o tradutor (Venuti, 2021).

Para que se discuta a ideia de equivalência, é importante que se conheça o conceito de signo linguístico. Este é formado por duas faces, como uma moeda: de um lado, o conceito, a ideia que se deseja expressar (significado); do outro, a imagem acústicaⁱⁱ (significante) relacionada (Saussure, 2001). Esse laço que une significado e significante e, consequentemente, forma o signo linguístico, apesar de forte, é arbitrário (Saussure, 2001). Não há nada na sequência de sons que formam o significante “árvore”, por exemplo, que guarde relação com o conceito “árvore”. A atribuição de um significante a um significado é arbitrária, imotivada, mas parece resultar de uma convenção social, necessária para que se estabeleça a comunicação (Alexander et al., 2018; Hines, 1988; Jakobson, 2001; Merkl-Davies & Brennan, 2017; Sousa, 2006).

2.3.1 Equivalência em tradução

De uma língua para outra, os signos podem trazer recortes de mundo diferentes (Pym, 2007). Como exemplo, tem-se as palavras *pig* e *pork* em inglês, ambas

referindo-se a *porco*, mas aquela representando o animal, enquanto esta, a carne do animal. Em português, o mesmo significante dá conta dos dois significados, o que implica, no caso de uma tradução, a necessidade de interpretação do signo (Laaksonen, 2021), algo que vai além de uma simples consulta ao dicionário. Outro exemplo de recorte feito nos países de língua inglesa é a *sexta-feira 13*, considerado como um dia de azar. Nos países de língua espanhola, o dia de azar costuma ser *terça-feira 13* (Pym, 2007, 2017). Nesse caso, o tradutor talvez tenha de escolher entre dar ênfase ao dia da semana e ao dia considerado de azar. Isso depende do contexto em que o signo está inserido, do objetivo estabelecido para o texto de chegada e de até que nível de estranheza o tradutor considera adequado para o leitor de seu trabalho (Berman, 2002; Pym, 2017). Em um contexto contábil, Nobes e Stadler (2018) trazem o significante *impairment*, cujo significado tem em si a ideia de dano ao ativo e a de que, como resultado, tem-se uma redução em seu valor recuperável. Nas traduções pesquisadas, verificaram que a ênfase se deu somente em algum aspecto do significado do termo, como necessidade de registrar a redução ao valor recuperável, no caso do português brasileiro, que deixou de lado o dano ao ativo.

Ainda que se encontrem termos com denotação equivalente em línguas diferentes, é possível que haja diferença no teor emocional de seu uso (Pan et al., 2015). Pan et al. (2015), em um experimento *within-subjects* com estudantes do último do curso de Ciências Contábeis de uma universidade chinesa, com bom conhecimento em língua inglesa, constatam que o significante “controle” em inglês parece ter um significado diferente do significante “controle” em chinês. Este está bastante vinculado à cultura chinesa, em que o controle (do governo em relação às pessoas, dos pais em relação aos filhos) está fortemente presente. Para a definição de “controle”, utilizaram-se a IAS 27 e a norma equivalente em chinês simplificado, a *Chinese Accounting Standard for Business Enterprises* (ASBE) 33. Os autores indicam que esta é tradução palavra por palavra daquela. Essas evidências de pesquisas anteriores parecem indicar que buscar a equivalência perfeita, sobretudo no nível da palavra, transformaria a tradução em uma atividade impossível de ser realizada (Evans, 2004; Pym, 2017).

Nos estudos da tradução, Nida (1977) e Pym (2007) abordam a questão da equivalência e apresentam dicotomias que indicam essa dificuldade de encontrar equivalentes perfeitos. Pym (2007, 2017) sugere dois subparadigmas que

representam abordagens diferentes quanto ao ato tradutório: equivalência natural e direcional. A equivalência natural talvez seja a ideia mais comum sobre o que seria uma tradução, sobretudo por parte de quem solicita o trabalho. Nela, pressupõe-se que um conceito, uma ideia, um significado existe e está disponível para verbalização por usuários de todas as línguas. Na tradução, da língua de partida, desverbaliza-se o texto, faz-se referência a esse conceito (chamado *tertium comparationis*), que é, então, reverbalizado na língua de chegada (Pym, 2007). O próprio conceito de desverbalização corrobora a ideia de que se deve esquecer a forma do texto de partida, além de levar em consideração elementos extralingüísticos, como contexto e cultura, para que o *tertium comparationis* seja reverbalizado (Pagura, 2012; Pym, 2017).

A equivalência natural costuma estar presente principalmente nas traduções realizadas para as ciências naturais, como elementos químicos, termos matemáticos e biologia (Pym, 2017). Assumindo-se a equivalência natural, faz-se possível o *back translation*, isto é, a tradução de um texto para a língua de chegada e, desta, de volta para a língua anterior, de forma que o texto original e o que foi retraduzido sejam iguais. Esse é um procedimento bastante comum nas pesquisas, principalmente na tradução de instrumentos de coleta de dados, como questionários (Laaksonen, 2021; Pym, 2017).

Diferentemente da bidirecionalidade da equivalência natural, na direcional, entende-se que a tradução adota um sentido único. A relação entre as línguas de partida e de chegada é assimétrica (Evans, 2018) e o tradutor desempenha um papel bem mais ativo, tomando decisões sobre como tornar possível a comunicação interlingual e transcultural (Pym, 2017). Em geral, elegem-se alguns aspectos a serem transferidos para a língua de chegada em detrimento de outros dada a impossibilidade de se fazer referência ao *tertium comparationis*. Assim, dificilmente duas traduções, feitas por tradutores diferentes, serão iguais. Assume-se que a equivalência pode ser obtida de maneiras diversas, mas nenhuma delas completa e simétrica como no caso da equivalência natural (Evans, 2018).

Nas ciências sociais, como é o caso da contabilidade, a terminologia técnica tende a conter uma carga cultural, o que deixa o processo tradutório mais complexo e pode requerer uma direcionalidade na busca de equivalência. Há estudos que abordam o conceito de *true and fair view*, que nem sempre é entendido da mesma forma pelos profissionais (Evans, 2004; Jreige, 1998), expressões de incerteza, como

probable, *reasonably probable* e *remote* (Doupnik & Richter, 2003; Lin et al., 2019) e o efeito de um mesmo termo em línguas diferentes (Huerta et al., 2013; Pan et al., 2015; Pan & Patel, 2018). Alguns conceitos, inclusive, podem simplesmente não ser compreendidos na língua de chegada, apesar de terem sido traduzidos com palavras dessa língua (Dahlgren & Nilsson, 2012; Zeff, 2007). Em busca de equivalência na tradução de conceitos, princípios contábeis, como *Substance over Form* (SoF), os tradutores podem fazer escolhas na redação para que a tradução se adapte à cultura e legislação locais, que podem ter como base, por exemplo, o direito romano ou o consuetudinário (Alexander et al., 2018).

Em uma abordagem mais prática, Nida (1977), cujos trabalhos se concentram principalmente na tradução bíblica, apresenta a dicotomia correspondência formal e equivalência dinâmica. Pelo princípio da correspondência formal, a tradução tem como enfoque o texto de partida e suas características formais, como quantidade ou ordem das palavras, sentenças, parágrafos (Nida & Taber, 1982). O interesse é que o leitor se sinta o mais próximo possível do texto de partida, como se nele estivesse lendo (Laaksonen, 2021), ainda que isso lhe possa causar algum nível de estranheza. O próprio exemplo da tradução de *impairment* ao português europeu, *imparidade*, parece indicar a importância dada à equivalência formal. Atribuiu-se a um significante já existente na língua (que significa algo único, ímpar, ou indica desigualdade, falta de paridade) o significado encontrado na IAS 36.

A equivalência dinâmica, por outro lado, tem como objetivo comunicar, na tradução, o conteúdo cognitivo do texto, sem que haja preocupação excessiva com a estética, ou, ainda, produzir no leitor do texto de chegada a mesma resposta que um leitor do texto de partida teria (Nida, 1977; Nida & Taber, 1982). Pode haver alterações com relação à estrutura gramatical utilizada e a preocupação centra-se na relação entre texto de chegada e leitor. Inclusive, este não precisa ter conhecimento sobre a cultura ou a língua do texto de partida (Laaksonen, 2021). Evans (2004) discute a tradução de *Grundsätze ordnungsmäßiger Buchführung* (GoB) ao inglês. Em geral, traduz-se GoB como *German GAAP*, embora uma tradução mais direta pudesse ser *principles of orderly accounting*. Apesar de haver alguns pontos em comum entre GoB e GAAP, GoB representa uma estrutura de regras conceitualmente diferentes (Evans, 2004), já que a contabilidade alemã tem uma base tributária bastante forte. A tradução *principles of orderly accounting*, apesar de não ser perfeita, seria útil ao leitor de língua inglesa no sentido de indicar que o termo pertence a um outro contexto, mostrando-

Ihe que, ao menos, há diferenças com relação aos US ou UK GAAP. Por outro lado, em uma visão mais dinâmica de equivalência, apesar de tais nuances não serem comunicadas, *German GAAP* facilita a recepção da ideia pelo leitor (Evans, 2004; Laaksonen, 2021).

Em um estudo que teve como *corpus* artigos acadêmicos relacionados à questão linguística no processo de harmonização das IFRS, Laaksonen (2021) discute a visão de equivalência (embasando-se nas dicotomias equivalência natural x direcional e correspondência formal x equivalência dinâmica) apresentada pelos pesquisadores da área de contabilidade. Verifica-se uma expectativa pouco realista, por parte dos acadêmicos, de que a equivalência natural em contabilidade (por vezes, juntamente com a correspondência formal) possa ser obtida por meio da tradução, muito embora, na discussão, indique-se a necessidade de que a tradução das normas deva permitir sua aplicação local, dentro do contexto social da língua de chegada, ideia essa presente na equivalência dinâmica.

2.3.2 Teoria do propósito

A teoria do propósito (*skopos theory*), desenvolvida por Hans J. Vermeer (Vermeer, 2004), traz uma visão mais funcionalista da tradução e há um entendimento de que sua aplicação se dá predominantemente nas traduções não literárias (como em contabilidade ou direito) (Evans, 2018), embora possa ser aplicada também à literária (Bassnett, 2016). O ato de traduzir é direcionado pelo propósito, pelo objetivo do texto de chegada, que pode ser diferente do texto de partida (Evans et al., 2015; Pym, 2017; Vermeer, 2004). Devem-se tomar decisões, por exemplo, sobre que informações do texto de partida serão levadas ao texto de chegada, como elas serão levadas (isto é, por meio de que estratégias), quem serão os leitores da tradução e o propósito do texto final. Faz sentido dizer que os fins justificam os meios (Vermeer, 2004). Pela teoria do propósito, a cultura e o texto de chegada ganham força em detrimento do texto e da cultura de partida (Evans et al., 2015; Kettunen, 2017; Vermeer, 2004).

Enxerga-se a tradução como uma forma de interação comunicacional, em geral iniciada por quem contrata o tradutor (Chidlow, Plakoyiannaki, & Welch, 2014). O propósito da tradução pode ser definido tanto pelo tradutor quanto por quem a solicitou. Apesar de continuar sendo o especialista para a realização da comunicação interlingual, o tradutor deixa de ser necessariamente o único participante do processo

(Pym, 2017; Vermeer, 2004). Pode receber, do solicitante, instruções específicas sobre como realizar a tradução, ou pode realizar discussões com algum especialista da área para qual a tradução é feita a fim de que se chegue a um consenso sobre um determinado termo (ex., Kettunen, 2017). Avaliar se uma tradução é boa ou ruim significa avaliar se os objetivos comunicacionais foram atingidos, isto é, se o propósito definido foi levado à cultura de chegada da forma definida (Chidlow et al., 2014).

2.3.3 *Modalidades de tradução*

Em busca de uma tradução que observe algum nível de equivalência, o tradutor pode lançar mão de estratégias que o ajudem a preencher lacunas na língua de chegada. Vinay e Dalbernet (1995) condensaram diversas estratégias em sete procedimentos técnicos (emprestimo, decalque, tradução literal, transposição, modulação, correspondência e adaptação) com o objetivo de construir uma referência didática e contribuir com a formação de tradutores (Aubert, 1998). Em ordem crescente de dificuldade (Vinay & Dalbernet, 1995), esses procedimentos partem de um grau zero de tradução (emprestimo) até atingirem o distanciamento do texto de partida (adaptação). Dentre os pesquisadores brasileiros, tais procedimentos ganharam popularidade e permitiram a geração de dados quantitativos nos estudos da tradução (Aubert, 1998).

Reformulando os procedimentos de Vinay e Dalbernet (1995) para fins de estudos descritivos, Aubert (1998) sugere que, ao conjunto, se dê o nome de modalidades de tradução. Na reformulação, acrescentou sete modalidades (omissão, transcrição, explicitação/implicitação, tradução intersemiótica, erro, correção e acréscimo) e retirou uma (correspondência). Nas traduções, elas podem aparecer de forma pura (individual) ou híbrida (em conjunto com outras) (Aubert, 1998; Pym, 2017; Vinay & Dalbernet, 1995). A seguir, apresenta-se cada uma das modalidades.

Omissão: ocorre quando alguma informação do texto de partida não pode ser recuperada no texto de chegada (Aubert, 1998). Diferencia-se da implicitação, por exemplo, no sentido de que, nesta, apesar de não presente no texto de chegada, a informação pode ser recuperada, seja pelo contexto, seja uso de elementos culturais. Dentre os motivos para a omissão, encontram-se a censura, limitação de espaço físico e irrelevância da informação para os fins da tradução (que podem não coincidir com os objetivos do texto de partida) (Aubert, 1998).

Transcrição: a transcrição se dá nos casos em que não há uma tradução *per se*. O que se encontra no texto de partida é transcrito para o texto de chegada (Aubert, 1998). É comum para fórmulas, elementos químicos e expressões que não pertençam nem à língua de partida nem à de chegada, como o latim.

Empréstimo: é considerada a forma mais simples de tradução (Vinay & Dalbernet, 1995). Diferentemente da transcrição, nesta modalidade, utilizam-se segmentos da própria língua de partida para preencher alguma lacuna no texto de chegada, ou para fins estilísticos, ainda que não haja indicação de marcadores específicos de empréstimo, como itálico (Aubert, 1998; Vinay & Dalbernet, 1995). Algumas siglas como o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation*) e KPI (*Key Performance Indicators*) são exemplos de empréstimo. Além disso, nomes próprios (ex., razão social das empresas) e alguns topônimos também são considerados empréstimos, bem como elementos da cultura do texto de partida trazidos diretamente ao texto de chegada (ex., nomes de comida, feriados específicos). Alguns empréstimos, depois de um tempo, podem chegar a se tornar parte do vocabulário da língua de chegada, ganhando, por vezes, novo significado. Em português brasileiro, por exemplo, *outdoor* indica uma forma de propaganda de grandes dimensões exposta ao ar livre. Em inglês, esse significado teria *billboard* como significante. Nesses casos, esses elementos deixam de ser considerados empréstimos (Aubert, 1998; Vinay & Dalbernet, 1995).

Decalque: é uma espécie de empréstimo que passou por alterações gráficas ou morfológicas a fim de se adaptar à língua de chegada (Aubert, 1998; Vinay & Dalbernet, 1995). Para Aubert (1998), a tradução resultante, em geral, não se encontra registrada nos principais dicionários da língua de chegada. Vinay e Dalbernet (1995) não trazem essa restrição sobre registro nos dicionários e dividem a modalidade em duas categorias: lexical e estrutural. Na primeira, introduz-se o novo elemento, mas respeita-se a estrutura sintática da língua de chegada. Como exemplos, *mandatório* (em inglês, *mandatory*), no sentido de obrigatório, e *subsidiária* (em inglês, *subsidiary*), no sentido de controlada. No caso do decalque estrutural, apresenta-se a construção da língua de partida na língua de chegada. Como exemplo, *em ou depois de 1 de janeiro de 2021* (em inglês, *on or after 1 January 2021*), no sentido de a partir de 1º de janeiro de 2021. Tanto na definição de Aubert (1998) quanto na de Vinay e Dalbernet (1995), observa-se que se força a adaptação da

vocabulário ou da estrutura da língua de partida na língua de chegada, o que pode causar certa estranheza ao leitor comum.

Tradução literal: a tradução literal ou palavra por palavra consiste na transferência direta do texto de partida no de chegada, de modo que o resultado seja gramatical e idiomaticamente adequado na língua de chegada (Vinay & Dalbernet, 1995). Aubert (1998) indica que, para que a tradução seja considerada literal, devem-se observar quatro elementos: i) mesmo número de palavras; ii) mesma ordem sintática; iii) mesmas categorias gramaticais, e iv) “opções lexicais que, no contexto específico, podem ser tidas por sinônimos interlingüísticos” (Aubert, 1998, p. 106). Encontra-se, nesta modalidade, uma bidirecionalidade, no sentido de que, dada sua estrutura, a tradução reversa (*back translation*) se faz possível.

Exemplo: *The company is located in Brazil.*



Transposição: ocorre quando, na tradução, altera-se a classe gramatical de um segmento, sem que se altere o conteúdo da mensagem (Vinay & Dalbernet, 1995). Ampliando essa definição, Aubert (1998) entende que a modalidade ocorre quando algum dos quatro elementos da tradução literal não está presente. Assim, por exemplo, verifica-se a transposição quando há desdobramento de uma palavra em duas ou mais (*equity* > patrimônio líquidoⁱⁱⁱ), alteração na ordem das palavras (*Company's subsidiary* > controlada da Empresa) ou alteração de classe gramatical (*our procedures include auditing the financial statements...* > nossos procedimentos incluem a **auditoria** das demonstrações financeiras...).

Explicitação/implicitação: esta modalidade consiste em explicitar, no texto de chegada, informações implícitas do texto de partida e vice-versa (Aubert, 1998). O objetivo pode ser evitar redundâncias ou auxiliar o leitor do texto de chegada a obter uma informação que, para o leitor do texto de partida, esteja clara, embora implícita. Como exemplo, Aubert (1998, p. 107) traz “Brasília, *the Federal Capital of the country*”. Na tradução do português ao inglês, parece fazer sentido explicitar a informação de que Brasília é a capital do Brasil, visto que isso pode ser necessário para melhor compreensão do texto e pode não ser de conhecimento dos leitores do texto de

chegada. Caso esse mesmo trecho fosse traduzido ao português brasileiro, tal indicação poderia não ser necessária, sugerindo-se, então, aplicar a implicitação.

Modulação: na modulação, altera-se a forma da mensagem, com deslocamento da estrutura semântica de superfície (um segmento positivo se transforma em um negativo, por exemplo), mas o sentido geral ou efeito esperado mantém-se equivalente (Aubert, 1998; Vinay & Dalbernet, 1995). Como exemplo, como cumprimento por um relatório muito bem elaborado, um gestor pode dizer “Muito bom!” em português ou “*Not bad!*” em inglês. Mantém-se o efeito do cumprimento, apesar da mudança no significado (positivo > negativo). Por vezes, a alteração na estrutura pode ser tamanha que nada existe na estrutura de superfície (segmento) que lembre a efetiva equivalência tradutória (Aubert, 1998). Esta deve ser percebida pelo contexto. Como exemplo, tem-se, em inglês, *Articles of Organization*, cuja forma em nada se assemelha a Contrato Social, em português.

Adaptação: é considerada um extremo na tradução, em que alguma situação mencionada no texto de partida não existe ou é desconhecida na cultura do texto de chegada (Vinay & Dalbernet, 1995). Nesse caso, o tradutor deve tentar manter, ainda que parcialmente, o sentido dessa situação ou elemento do texto de partida, afastando qualquer expectativa sobre equivalência perfeita (Aubert, 1998). Como exemplo, tem-se *sheriff*, que, embora conte com uma palavra em língua portuguesa (xerife), não encontra função idêntica no Brasil. *Sheriff* poderia ser adaptado para Delegado de Polícia, por exemplo. Na área contábil, o uso de GAAP para indicar GoB (Alemanha), discutido por Evans (2004), também pode ser entendido como um ato de adaptação.

Tradução intersemiótica: ocorre quando há necessidade de indicar, no documento traduzido, elementos, como figuras e ilustrações, presentes no texto de partida (Aubert, 1998). Bastante comum em traduções juramentadas, essa modalidade consiste na descrição desses elementos por meio de palavras, geralmente entre colchetes. Ex.: [No cabeçalho, canto superior esquerdo, logomarca da empresa.]

Erro: esta modalidade não inclui o que pode ser considerado como inadequado, mas sim, casos claros de erro (Aubert, 1998). Como exemplo, indica-se a troca indevida de datas (31 de dezembro de 2021 e 2020 > *December 31, 2020 and 2019*) ou até terminologia contábil (Os ativos financeiros da Companhia > *The Company's financial liabilities*).

Correção: o erro (fatual ou linguístico) pode já estar presente no texto de partida. Caso o tradutor opte por ajustar a informação no texto de chegada, lançará mão da correção (Aubert, 1998). O mesmo exemplo da troca indevida de datas pode ser utilizado no caso da correção.

Acréscimo: a modalidade acréscimo é utilizada quando o tradutor julga como necessária ou útil a inclusão de alguma informação (Aubert, 1998). Não se confunde com a explicitação, já que não há algo implícito no texto. Como exemplo, citam-se as notas de tradução, utilizadas quando o tradutor decide explicar algum fato. Nas demonstrações financeiras traduzidas, é comum o acréscimo de uma mensagem indicando o fato de elas terem sido traduzidas (indicação de *free translation*, por exemplo).

Correspondência: esta modalidade talvez seja a menos provável de se encontrar na tradução das demonstrações financeiras. Consiste principalmente na busca de equivalência de onomatopeias e provérbios da língua de partida na língua de chegada (Vinay & Dalbernet, 1995).

A Tabela 1, a seguir, traz exemplos para cada uma das modalidades apresentadas, exceto para correspondência e tradução intersemiótica, modalidades essas que não se espera encontrar no presente trabalho.

Tabela 1
Modalidades de tradução e exemplos

Categorias	Descrição	Exemplo
Empréstimo	A unidade de registro que se encontra no texto de chegada pertence ao universo linguístico da língua de partida.	<i>Goodwill</i> > <i>Goodwill</i>
Decalque	Lexical: a unidade de registro consiste em elemento da língua de partida, mas com alterações gráficas ou morfológicas a fim de se adaptar à língua de chegada. Estrutural: apresenta-se a construção sintática da língua de partida na língua de chegada.	<i>Reportable segment</i> > Segmento reportável <i>Events after the reporting period</i> > Eventos após o período de relatório
Tradução literal	A unidade de registro deve apresentar (em relação à língua de partida): i) mesmo número de palavras; ii) mesma ordem sintática; iii) mesmas categorias gramaticais, e iv) “opções lexicais que, no contexto específico, podem ser tidas por sinônimos interlingüísticos.” (Aubert, 1998).	<i>Highly probable</i> > Altamente provável

Continua

Categorias	Descrição	Exemplo	Conclusão
Transposição	Na unidade de registro, em relação à língua de partida, ao menos um dos quatro elementos da tradução literal não está presente.	<i>Tax expense (tax = substantivo) > Despesa tributária (tributária = adjetivo)</i>	
Modulação	Em relação à língua de partida, altera-se a estrutura semântica de superfície da unidade de registro.	<i>Property, plant and equipment > Ativo imobilizado</i>	
Adaptação	A unidade de registro representa um elemento da cultura da língua de chegada, que é diferente na cultura da língua de partida.	<i>International Financial Reporting Standards (IFRS) (IAS 1) > Práticas contábeis brasileiras (CPC 26 (R1))</i>	
Explicitação	A unidade de registro explica, no texto de chegada, alguma informação que está implícita no texto de partida.	<i>Participants > Participantes (em um plano de pensão)</i>	
Implicitação	A unidade de registro torna implícita, no texto de chegada, alguma informação que está explícita no texto de partida.	<i>Multi-employer (benefit) plans > Planos multiempregadores</i>	
Erro	A unidade de registro apresenta algum erro (fatual ou linguístico) na língua de chegada. Não se confunde com inadequação.	<i>At December 31, 2019 (para demonstrações de 2021)</i>	
Correção	O texto de partida apresenta algum erro (fatual ou linguístico) que é corrigido pelo tradutor na unidade de registro na língua de chegada.	<i>Em 31 de dezembro de 2020 > At December 31, 2021 (para demonstrações de 2021)</i>	
Acréscimo	Inclusão de informação considerada necessária ou útil pelo tradutor.	<i>Free translation from Portuguese into English</i>	

2.4 Língua e comunicação contábil

É difundida a ideia de que a contabilidade é a língua dos negócios (Belkaoui, 1978; Bloomfield, 2008; Riahi-Belkaoui, 1995). Existem pesquisas que defendem que a contabilidade deve ser considerada uma língua por ela contar com regras específicas que a estruturam (que funcionariam como a sintaxe), além de regras lexicais, isto é, vocabulário que lhe é próprio (ex., ativo, passivo, receita) (Belkaoui, 1978, 1980; Ijiri, 1967; Riahi-Belkaoui, 1995). A metáfora tem como base a Hipótese de Sapir-Whorf, segundo a qual a língua influencia tanto a percepção quanto o comportamento, linguístico ou não, de seus usuários (Belkaoui, 1978; Evans, 2004).

Argumenta-se, por exemplo, que aqueles que conseguem fazer algumas distinções lexicais na contabilidade, em relação aos que não o fazem, tendem a conseguir resolver problemas mais facilmente e realizar tarefas (não relacionadas à língua) mais rapidamente (Belkaoui, 1978). Além disso, conhecer a prática na qual se baseia a contabilidade, as partidas dobradas, leva o contador a uma forma diferente

de pensar, sempre em busca de uma relação de causalidade para os eventos observados (Ijiri, 1967).

No mesmo sentido de pensar na contabilidade como língua, Hendriksen e Van Breda (1992) indicam que ela pode ser pensada por meio da pragmática (efeito), da semântica (significado) e da sintaxe (lógica, construção). Pensando-se em terminologia contábil, é possível verificar o efeito que ela tem em que a lê, o significado que ela carrega e como ela se relaciona com outros termos a fim de comunicar uma informação. A importância da semântica se encontra no fato de a informação financeira carregar um conteúdo que é compartilhado entre quem a produz e quem a utiliza; da sintática, no fato de as informações estarem relacionadas logicamente entre si (Hendriksen & Van Breda, 1992).

Entretanto, a metáfora de que a contabilidade é uma língua, apesar de haver pesquisas que assim o indiquem, deve ser vista com olhos cuidadosos. Para Parker (2000), há um entendimento equivocado sobre a natureza da língua. Esta “não consiste em conjuntos de regras impostas por regulamentação e que mudam somente quando os reguladores assim orientam.” (Parker, 2000, p. 53, tradução nossa). Outro ponto é que a comunicação da informação contábil se dá por meio de línguas naturais (Evans, 2004), desde os lançamentos até a elaboração das demonstrações financeiras. O léxico especial da contabilidade (Belkaoui, 1978; Riahi-Belkaoui, 1995) consiste em um recorte, um registro profissional de uma língua natural (Evans, 2004).

Ijiri (1967) trabalha com um sistema de representação no qual se dá o nome de *surrogate* (substituto) ao fenômeno que representa algo e, ao que é representado, *principal*. Nesse sentido, a língua natural pode ser entendida como *surrogate* da contabilidade. A título de exemplo, pensando-se nos resultados operacionais e posição financeira de uma empresa (*principal*), as demonstrações financeiras podem ser consideradas *surrogate*, já que são elas que representam o *principal*. O principal uso dos *surrogates*, segundo o autor, consiste em permitir que se discriminem os *principals* e que os resultados dessa discriminação sejam comunicados a outras pessoas.

A relação de representação é considerada perfeita quando cada *principal* é discriminado por apenas um *surrogate* (ideia semelhante à de equivalência natural), ou um *surrogate* representa mais de um *principal* desde que os *principals* estejam dentro de uma mesma classe (Ijiri, 1967). Caso haja algum *principal* sem *surrogate* ou um *surrogate* represente *principals* de classes diferentes, tem-se uma representação

imperfeita. Este último encontra exemplos na literatura, como o uso de *depreciation (surrogate)* tanto na classe “inglês do dia a dia” (perda de valor) quanto na classe “terminologia contábil” (alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil) (Nobes, 2021). O significado contábil pode não ser compreendido por quem não é da área, apesar de o significante ser igual ao da língua do dia a dia.

Em relação ao argumento de que a informação financeira carrega um conteúdo compartilhado entre quem a produz e quem a utiliza (Hendriksen & Van Breda, 1992; Ijiri, 1967), considerando-se, no entanto, o uso de línguas naturais como meio, pode-se refletir sobre o processo de comunicação que ocorre para que o usuário da informação tenha acesso a ela. Bedford e Baladouni (1962) sugerem o estabelecimento de um modelo comunicacional específico para a contabilidade. Segundo os autores, esse processo de comunicação seria dividido em duas dimensões: a de observação e a de produção. Na primeira, incluem-se o recebimento das informações sobre eventos econômicos das empresas, a interpretação ou decodificação das informações e a seleção de que informações comunicar (nas demonstrações financeiras, por exemplo). Na segunda, dimensão da produção, incluem-se a codificação das informações em forma de mensagem e a transmissão dessa mensagem ao destinatário (Bedford & Baladouni, 1962).

Em pesquisas nacionais em contabilidade (Dias, 2000; Dias & Nakagawa, 2001), verifica-se a adoção do modelo de comunicação de Shannon (1948) (Figura 2), formado por mensagem, emissor, canal, receptor e destinatário. De acordo com o modelo, uma mensagem é transformada em um sinal por um emissor (ou transmissor) e esse sinal chega ao receptor, que o decodifica e o transforma na mensagem inicial. Pensando-se na comunicação contábil, preparador e usuário atuam, respectivamente, como emissor e receptor. Entretanto, pode ocorrer de, no processo de envio da mensagem, o sinal sofrer alguma interferência, isto é, alguma forma de ruído na comunicação (Bedford & Baladouni, 1962; Jakobson, 2001; Shannon, 1948; Sousa, 2006).

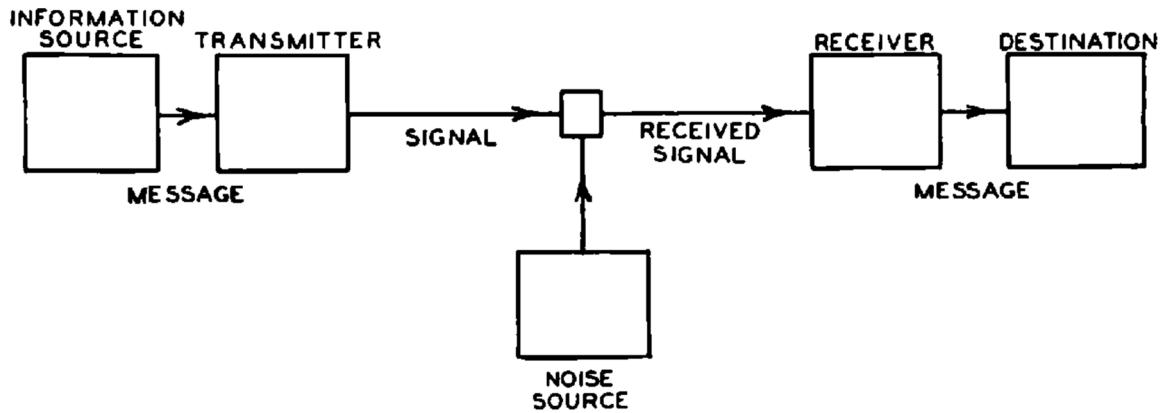


Figura 2. Modelo do sistema de comunicação geral de Shannon (1948)

Nota. Fonte: De “A Mathematical theory of communication” de C. E. Shannon, 1948, *Bell System Technical Journal*, p. 381. doi:10.1002/j.1538-7305.1948.tb01338.x

A comunicação consiste em um processo social em que indivíduos trocam mensagens codificadas (Sousa, 2006). Para isso, é necessário que emissor e receptor compartilhem o mesmo código linguístico (Bedford & Baladouni, 1962). Isso, porém, não basta. Para que a comunicação tenha essa característica social, os significados, criados por indivíduos de uma mesma cultura, precisam ser compartilhados entre emissor e receptor (Alexander et al., 2018; Sousa, 2006).

Nesse sentido, aparecem discussões sobre ruídos existentes na literatura contábil em relação a determinados termos. Como exemplo, tem-se a ideia de que as demonstrações financeiras deveriam apresentar a *true and fair view* da situação das empresas, conforme exigido pela legislação inglesa a partir de 1948 (Jreige, 1998). Argumenta-se que o conceito, que não encontra definição expressa, isto é, não necessariamente conta com significado compartilhado, pode levar a diferentes julgamentos dependendo dos interesses, por exemplo, dos usuários e dos diretores (Jreige, 1998). Estes, dada a ambiguidade do conceito, poderiam apresentar justificativas das mais diversas nas demonstrações financeiras.

Retomando a pesquisa de Pan et al. (2015) e a ideia de que o significado da mensagem transmitida no processo de comunicação deve ser criado por um grupo social, verifica-se que, apesar de “controle” encontrar a mesma definição técnica em inglês na IAS 27 e, em chinês, na ASBE 33, o código, a língua utilizada parece implicar respostas diferentes no receptor da mensagem. Em Pan e Patel (2018), “controle”

também provocou respostas diferentes em inglês (divulgações financeiras mais arrojadas) e chinês (menos arrojadas). Esses exemplos indicam que, além da fonte de ruído que se encontra no processo de comunicação entre preparadores e usuários da informação contábil, há mais uma fonte na versão das demonstrações financeiras a uma língua estrangeira, processo este que teria o tradutor como emissor e o usuário da informação na língua de chegada como receptor. Nos termos de Ijiri (1967), a representação de uma representação (*surrogate* de um *surrogate*). Duplica-se, assim, o processo de comunicação de Shannon (1948), conforme a Figura 3.

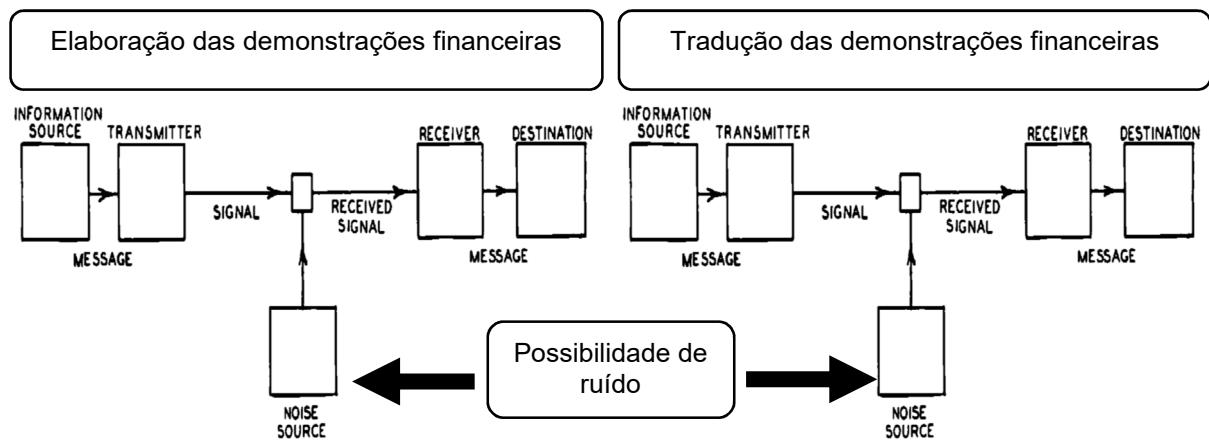


Figura 3. Modelo do sistema geral de Shannon (1948) aplicado à comunicação interlingual

Fonte: Adaptado de “A Mathematical theory of communication” de C. E. Shannon, 1948, *Bell System Technical Journal*, p. 381. doi:10.1002/j.1538-7305.1948.tb01338.x.

Considerando que a fonte de ruído da comunicação interlingual da informação contábil seja de ordem linguística, o ruído pode ocorrer tanto por falta de conhecimento da língua de chegada quanto por falta de conhecimento do registro profissional da área (Archer & McLeay, 1991). Archer e McLeay (1991) argumentam que o comunicador das informações pode não contar com a mesma competência na língua de chegada que em seu vernáculo. Essa barreira linguística pode resultar em baixa qualidade redacional (Flores, Monsen, Shafron, & Yust, 2023), menor precisão em análises (Cho, Muslu, & Koo, 2020) e até mesmo menor credibilidade (Appelman & Schmierbach, 2018). Além disso, é possível que falte ao comunicador competência linguística no vernáculo, conforme pesquisas que indicam a necessidade de melhoria da competência comunicacional tanto para contadores quanto para alunos dos cursos de Ciências Contábeis (Dale-Jones, Hancock, & Willey, 2013; Rahman, Mohamed, Saidin, & Nasir, 2019; Riley & Simons, 2016). No que diz respeito ao registro

profissional, este parece ser o caso de tradutores profissionais de relatórios contábeis, a quem, em teoria, não faltaria competência nas línguas com que trabalha (Archer & McLeay, 1991). No caso deste estudo, o par linguístico refere-se ao português e ao inglês.

O inglês é a língua mais utilizada como língua de chegada na versão das demonstrações financeiras (Parker, 2001) e está se tornando cada vez mais popular em países que não o têm como vernáculo (Jeanjean et al., 2015). A publicação das demonstrações em inglês apresenta associação positiva com investimentos estrangeiros, além de uma associação negativa com a assimetria informacional (Jeanjean et al., 2015). No entanto, seu uso pode, como apresentado no item anterior, causar ruídos, seja pela falta de domínio da língua por parte de quem elabora as demonstrações financeiras, seja por falta de domínio do registro profissional da área contábil por parte dos tradutores profissionais (Archer & McLeay, 1991).

Um ponto a ser observado na versão das demonstrações financeiras ao inglês é que este pode não ser o mesmo utilizado na elaboração das IFRS. Em uma pesquisa com países europeus, Parker (2000, 2001) verifica que, na tradução das demonstrações financeiras ao inglês, há uma preferência pelo inglês dos EUA, em cuja terminologia se baseiam as IAS, mas outras formas também são usadas. Como exemplo, o autor mostra que “estoque” foi vertido como *inventories* (inglês dos EUA), termo adotado nas IAS, por Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Grécia, Itália, Holanda, Espanha, Suécia, Islândia, Noruega e Suíça; já Dinamarca, Finlândia e Portugal (além de Irlanda e Reino Unido) traduziram o termo como *stocks* (inglês britânico) (Parker, 2001).

Além dos EUA e do Reino Unido, outros países têm o inglês como língua oficial, como Austrália, Canadá e África do Sul, cada um com suas particularidades. Além disso, assim como a contabilidade, o inglês é considerado a língua dos negócios (Jeanjean et al., 2015), ultrapassando as fronteiras dos países em que consta como língua oficial e, com isso, sofrendo algumas alterações (Rajagopalan, 2012). A esse fenômeno linguístico, isto é, a essa língua utilizada como meio de comunicação, que contém elementos que ainda permitem sua identificação como inglês, mas com adaptações feitas pelos usuários com base em seu histórico cultural e linguístico, dá-se o nome de *World English* (Rajagopalan, 2012). Observa-se que o *World English*, diferentemente do inglês britânico e dos EUA, não conta com nativos. Por isso a ideia de que pertence ao mundo.

Quando se pensa em uma empresa brasileira que apresenta suas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS tanto em português quanto em inglês, tem-se um processo linguístico complexo. Tem-se: (i) as IFRS, elaboradas com base no inglês britânico e dos EUA (Parker, 2001); (ii) sua tradução oficial ao português brasileiro disponibilizada pela IFRS Foundation; (iii) a versão publicada em CPC, também em português brasileiro; (iv) a elaboração das demonstrações financeiras em português brasileiro, com base no entendimento que os preparadores têm dos pronunciamentos, mas não necessariamente utilizando a terminologia contida nos CPC; e (v) versão das demonstrações ao inglês, feita ou não por tradutores profissionais, podendo-se adotar o *World English*. É difícil uma mensagem ser codificada por um emissor e decodificada pelo receptor com total fidelidade (Bedford & Baladouni, 1962). Em um processo comunicacional que envolve mais de uma língua, a possibilidade de ruído pode ser ainda maior.

Ao analisarem demonstrações financeiras em inglês apresentadas por 393 empresas de 11 países, Nobes e Stadler (2018) constataram que, no primeiro ano pesquisado, 13% dessas empresas utilizaram o que os autores chamaram de termos *non-proximate*, isto é, termos ou frases que não incluíram *impairment* (termo pesquisado em relação ao ativo imobilizado). Um dos problemas resultantes dessa constatação é a possibilidade de pesquisadores que utilizam bases de dados como o Worldscope não encontrarem as informações que desejam por conta desses termos *non-proximate* (Nobes & Stadler, 2018).

Os autores afirmam, ainda, que as demonstrações financeiras que contêm esses termos *non-proximate* não são passíveis de comparação com outras demonstrações em língua inglesa e que os tradutores devem tentar, o máximo possível, utilizar termos *proximate* em suas traduções, isto é, utilizar a terminologia trazida pelas IFRS (Nobes & Stadler, 2018). Essa, de acordo com Nobes e Stadler (2018, p. 1984, tradução nossa), seria uma forma de “minimizar a ambiguidade e transmitir a mensagem de forma bem-sucedida.” Com entendimento diferente, Laaksonen (2021) argumenta que acusar as traduções *non-proximate* (isto é, traduções que não adotam a terminologia definida nas IAS/IFRS) de serem ruins não ajuda em nada na discussão sobre a lacuna existente entre as pesquisas e a prática profissional. Segundo a autora, o que ajudaria a reduzir tal lacuna seria estudar os processos, isto é, como as traduções são feitas.

3 Metodologia da pesquisa

Este capítulo dedica-se ao desenho dos procedimentos metodológicos adotados, resumidos na Figura 4, de acordo com os objetivos propostos.

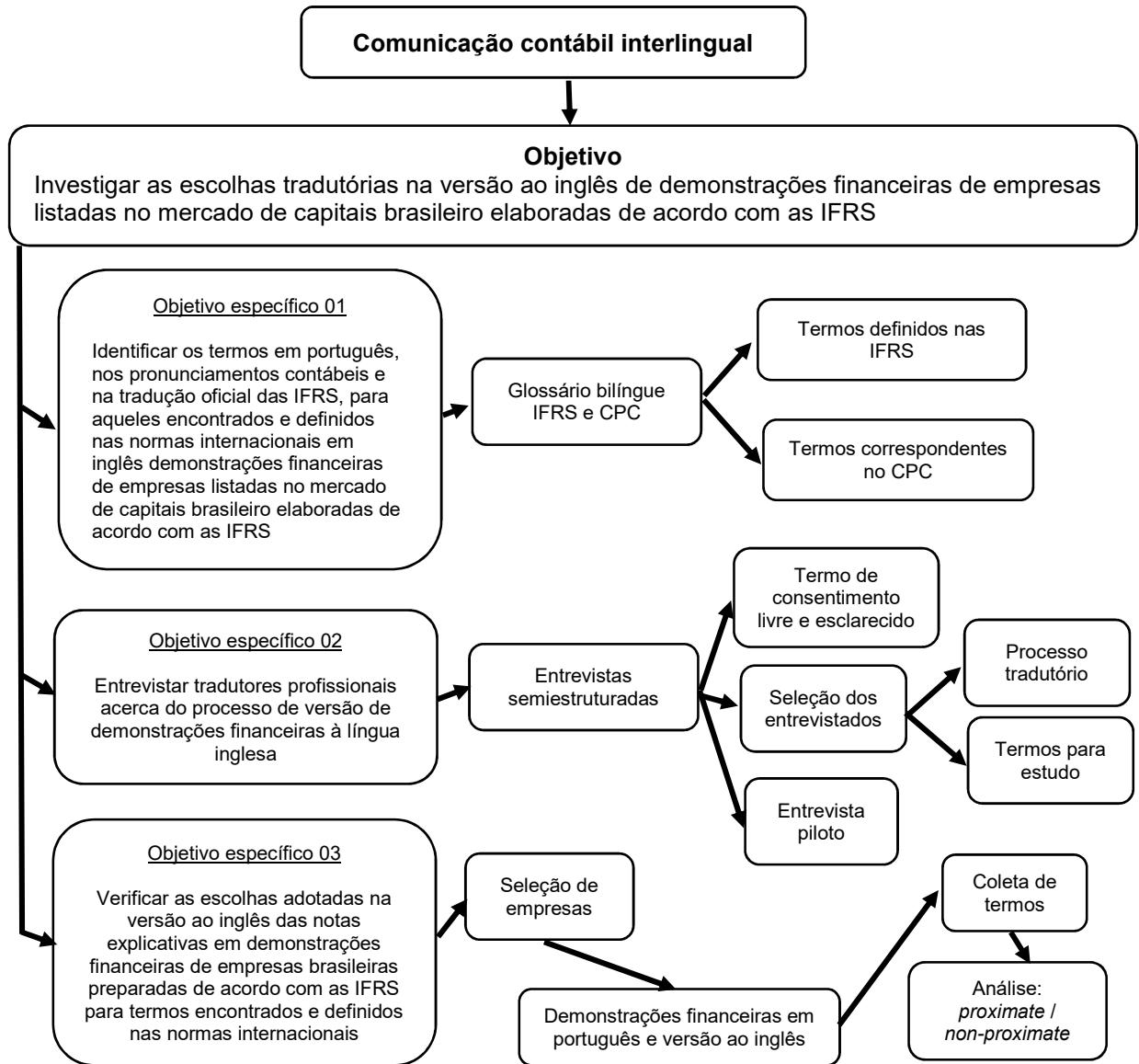


Figura 4. Desenho da pesquisa

Esta pesquisa é exploratória, documental e qualitativa. A seguir, apresentam-se o campo de estudo, a forma da coleta e o tratamento de dados.

3.1 Campo de estudo

A presente pesquisa tem como objetivo investigar as escolhas tradutórias na versão ao inglês de demonstrações financeiras de empresas listadas no mercado de capitais brasileiro elaboradas de acordo com as IFRS. Como campo de estudo,

elegeu-se a comunicação contábil entre línguas, à luz dos estudos da tradução, assunto ainda pouco explorado nas pesquisas em contabilidade (Evans, 2018; Laaksonen, 2021; Pan & Patel, 2018).

Evans (2018) afirma que a tradução é bastante negligenciada na contabilidade, tanto na prática profissional quanto nas pesquisas acadêmicas. Observa-se tal negligência inclusive em pesquisas na área contábil, ainda que elas próprias tenham sido traduzidas e publicadas em língua inglesa em periódicos nacionais e internacionais (Pan et al., 2015). Uma possibilidade para isso talvez seja a adoção da ideia de equivalência total, isto é, assume-se que a tradução seja um procedimento simples de transferência de significados por meio da troca dos termos de uma língua pelos de outra (Evans, 2018), além da questão da invisibilidade do tradutor (Venuti, 2021). Laaksonen (2021) sugere que mais pesquisas devam ser feitas sobre o processo de tradução em contabilidade, como é o caso desta dissertação, a fim de que tanto pesquisadores quanto contadores profissionais compreendam que nem sempre a equivalência total pode ser atingida.

3.2 Coleta de dados

A coleta de dados ocorre em três etapas macro: (i) coleta dos termos definidos nas IFRS (inglês e português) e seus correspondentes nos pronunciamentos do CPC; (ii) entrevista com tradutores profissionais com o intuito de obter informações sobre o processo de tradução e verificar quais desses termos têm maior probabilidade de causar ruído na versão das demonstrações financeiras à língua inglesa; e (iii) busca dos termos escolhidos nas notas explicativas de demonstrações financeiras de empresas brasileiras elaboradas de acordo com as IFRS e vertidas ao inglês. A seguir, detalha-se cada uma das etapas.

3.2.1 Elaboração de glossário bilíngue com terminologia IFRS

Estudos anteriores investigaram a diferença entre significados e significantes atribuídos à terminologia IFRS em inglês e outra língua para a qual ela tenha traduzida. Dentre os termos escolhidos, estão *control* (Pan et al., 2015), *depreciation*, *amortization* e *impairment* (Nobes & Stadler, 2018) e *goodwill* (Nobes, 2021). Observa-se que os pesquisadores se detiveram a um termo específico a fim investigar diferenças de entendimento ou de significado. Nesta pesquisa, também serão analisados termos encontrados nas normas internacionais e que possam causar

ruídos nas demonstrações financeiras em IFRS vertidas ao inglês. Nesse sentido, elaborou-se um glossário bilíngue a partir dos termos definidos (i) nas normas internacionais, (ii) em sua tradução oficial ao português e (iii) nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC.

Tomaram-se como base os glossários monolíngues disponíveis gratuitamente no site da IFRS Foundation tanto em inglês (referente ao conjunto de normas de 2022) quanto em português brasileiro (referente ao conjunto de normas de 2021)^{iv}. Nesses glossários monolíngues, para cada termo, há indicação da respectiva IAS ou IFRS em que ele se encontra, além da definição em si. O glossário em inglês está organizado em ordem alfabética; o em português segue a mesma ordem do arquivo em inglês, o que dificulta a busca dos termos. A partir da indicação de item das IFRS, buscou-se o termo definido nos pronunciamentos contábeis correspondentes emitidos pelo CPC, também disponíveis de forma gratuita no site do comitê. Elaborou-se um arquivo em Excel, exemplificado na Figura 5.

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IFRS 9.A	Modification gain or loss	IFRS 9.A	Ganho ou perda na modificação	CPC 48	Ganho ou perda na modificação
IAS 38.8	Monetary assets	IAS 38.8	Ativos monetários	CPC 04	Ativo monetário
IAS 21.8	Monetary items	IAS 21.8	Itens monetários	CPC 02	Itens monetários
IAS 29.12	Monetary items	IAS 29.12	Itens monetários	CPC 42	Itens monetários
IFRS 13.A	Most advantageous market	IFRS 13.A	Mercado mais vantajoso	CPC 46	Mercado mais vantajoso
IAS 19.8	Multi-employer (benefit) plans	IAS 19.8	Planos (de benefícios) multipatrocinados	CPC 33	Planos multiempregadores
IFRS 3.A	Mutual entity	IFRS 3.A	Entidade mútua	CPC 15	Entidade de mútuo
IAS 26.8	Net assets available for benefits	IAS 26.8	Ativos líquidos disponíveis para benefícios	CPC 49	Ativo líquido disponível para benefício
IAS 19.8	Net defined benefit liability (asset)	IAS 19.8	Passivo (ativo) de benefício definido líquido	CPC 33	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido

Figura 5. Glossário bilíngue elaborado a partir da terminologia definida nas IFRS (em inglês e em português) e correspondência nos CPC.

Nota. Cada termo é apresentado com o documento correspondente (IAS, IFRS) seguido pelo item (em caso de número) ou apêndice (em caso de letra) em que se encontra a definição. No caso do CPC, o item ou apêndice é o mesmo das IFRS. Como exemplo de leitura, nas IFRS em inglês, o termo *mutual entity* encontra-se na IFRS 3, apêndice A; nas IFRS em português, *entidade mútua* também se encontra na IFRS 3, apêndice A; no CPC, o termo correspondente, *entidade de mútuo*, encontra-se no CPC 15 (R1), também no apêndice A.

Coletaram-se 456 termos definidos nas IAS/IFRS, incluindo repetições, isto é, casos em que um mesmo termo encontra definição em mais de uma norma. Ao remover as células duplicadas, chega-se a 376 termos em inglês. Para fins deste estudo, no entanto, serão utilizados todos os termos, incluindo repetições, pois alguns apresentam traduções diferentes em português. A título de exemplo, o termo *International Financial Reporting Standards (IFRS)* (IAS 1, 2007; IAS 8, 2003; IFRS 1, 2008) foi traduzido pela Fundação por meio de transposição e empréstimo como

Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Já no CPC, a tradução se deu por meio de modulação e empréstimo, *Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)* (Pronunciamento Técnico CPC 37 (R1), 2010), e adaptação, *Práticas contábeis brasileiras* (Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1), 2011).

Nem todos os termos definidos nas IFRS em inglês encontraram correspondência nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, conforme se demonstra na Tabela 2. Por esse motivo, não farão parte da análise.

Tabela 2

Termos não encontrados nos pronunciamentos contábeis

IAS/IFRS			CPC	
IFRS 6.A	Exploration and evaluation assets	Ativos de exploração e avaliação	CPC 34	Não editado
IFRS 6.A	Exploration and evaluation expenditures	Gastos de exploração e avaliação	CPC 34	Não editado
IFRS 6.A	Exploration for and evaluation of mineral resources	Exploração e avaliação de recursos minerais	CPC 34	Não editado
IFRS 9.A	Fair value	Valor justo		Não localizado
IFRS 14.A	First IFRS financial statements	Primeiras demonstrações financeiras de acordo com as IFRS		Sem correspondência
IFRS 14.A	First-time adopter	Adotante pela primeira vez		Sem correspondência
IAS 8.5	International Financial Reporting Standards (IFRS)	Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS)		Não localizado
IFRS 14.A	Previous GAAP	PCGAs anteriores		Sem correspondência
IFRS14.A	Rate-regulated activities	Atividades com tarifas reguladas		Sem correspondência
IFRS14.A	Rate regulation	Regulamentação de tarifas		Sem correspondência
IFRS14.A	Rate regulator	Regulador de tarifas		Sem correspondência
IFRS14.A	Regulatory deferral account balance	Saldo de conta regulatória de diferimento		Sem correspondência

O glossário elaborado, apresentado no Apêndice B, serviu de parâmetro não somente para verificar como as IFRS foram traduzidas ao português, mas também como base para o caminho inverso. A partir dos termos em português é que se verifica se as demonstrações financeiras em IFRS vertidas à língua inglesa contam com termos *proximate* (tal qual nas IFRS em inglês) ou *non-proximate* (sem o termo trazido pelas IFRS em inglês), constructos esses definidos por Nobes e Stadler (2018). Além do objetivo de auxiliar nesta pesquisa, o glossário poderá servir como ferramenta de pesquisa para tradutores que se dediquem a textos de contabilidade ou aos profissionais contábeis que venham a revisar materiais traduzidos.

3.2.2 Entrevista com tradutores profissionais

As entrevistas, realizadas com tradutores profissionais com experiência na versão de demonstrações financeiras, cumprem dois objetivos: (i) obter informações sobre o processo tradutório e (ii) determinar, com base na opinião dos participantes, que termos podem causar alguma espécie de ruído e que, por conseguinte, seriam analisados nas demonstrações financeiras vertidas ao inglês. Para o primeiro objetivo, elaborou-se um roteiro de entrevista semiestruturada que se baseou em construtos construídos a partir da literatura apresentada anteriormente. Para o segundo, do glossário elaborado, preparou-se uma lista com 384 termos não repetidos do CPC, a qual foi enviada aos tradutores para que indicassem quais desses termos poderiam causar ruído na versão de demonstrações financeiras à língua inglesa. Tais escolhas foram discutidas durante a própria entrevista.

A entrevista consiste em um meio de coleta de dados primários que permite ao pesquisador compreender ou obter conhecimento sobre a perspectiva que outras pessoas tenham do mundo (Crouch & McKenzie, 2006; Qu & Dumay, 2011). No caso desta pesquisa, buscou-se uma forma de obter informações sobre o processo tradutório a fim de que os profissionais de contabilidade possam ter acesso à visão dos tradutores quanto à atividade de versão de demonstrações financeiras ao inglês. Escolheu-se a entrevista semiestruturada por ela permitir que os sujeitos expressem livremente suas ideias e pensamentos de acordo com sua visão de mundo em relação ao objeto social, mas a partir de perguntas temáticas previamente elaboradas pelo pesquisador de acordo com a literatura base (Qu & Dumay, 2011).

3.2.2.1 Escolha dos entrevistados

O objetivo das entrevistas realizadas não é permitir a generalização das informações obtidas, mas sim promover o ponto de vista de um profissional que, de certa forma, é responsável pela redação das demonstrações financeiras em língua inglesa apesar de não necessariamente ter formação em Ciências Contábeis. Nesse sentido, a escolha foi direcionada a participantes experientes que pudessem gerar informações sobre o processo tradutório das demonstrações financeiras (Crouch & McKenzie, 2006; Minayo, 2017). Com isso, foi necessário o estabelecimento de alguns critérios para a seleção dos entrevistados. São eles:

Experiência profissional com tradução: para evidenciação de experiência profissional como tradutor, optou-se por participantes que trabalhem como Tradutor em regime CLT com experiência mínima de cinco anos no ofício. Excluem-se os tradutores empresários ou *freelancers* por não ser possível verificar quanto de seu tempo é dedicado ao ofício de tradutor, já que trabalhos podem ser esporádicos.

Conhecimento da língua inglesa: como forma de evidenciação, os participantes devem ter estudado a língua inglesa no ensino formal. Excluem-se os tradutores que tenham somente cursos extracurriculares de língua inglesa; cujo contato com a língua, no ensino formal, tenha sido apenas por meio da disciplina *língua inglesa*; ou cujo conhecimento tenha sido obtido somente por vivência no exterior.

Dedicação à versão de demonstrações financeiras: como forma de evidenciar conhecimento sobre o tema desta pesquisa, os participantes devem dedicar ao menos 50% (cinquenta por cento) de sua carga de trabalho à versão de demonstrações financeiras à língua inglesa, sobretudo as elaboradas em IFRS.

Considerando-se esses critérios, entrou-se em contato com o departamento de tradução de uma *Big Four*. Ao todo, a equipe conta com um coordenador (também tradutor), sete tradutores e uma assistente responsável pelo recebimento e distribuição dos trabalhos. Participaram da pesquisa seis tradutores (entre eles o coordenador) que cumpriram os critérios acima estabelecidos, conforme a Tabela 3.

Dos entrevistados, quatro são do gênero feminino e dois do masculino. Cinco dos participantes têm formação em nível superior relacionada à língua inglesa. A Entrevistada 02, graduada em Administração, teve seus estudos do ensino fundamental realizados em uma escola britânica, o que lhe permitiu o conhecimento aprofundado da língua inglesa. Os Entrevistados 05 e 06 fizeram graduação e especialização (pós-graduação *Lato Sensu* em Tradução) em universidades públicas.

Tabela 3
Entrevistados em relação aos critérios estabelecidos

Entrevistado	Gênero	Experiência profissional com tradução*	Conhecimento da língua inglesa	Dedicação à versão de demonstrações financeiras
Entrevistado 01	Masculino	09 anos	Graduação em Letras Português-Inglês Ensino fundamental em escola britânica	90%-95%**
Entrevistada 02	Feminino	20 anos	Graduação em Tradução Português-Inglês	90%-95%**
Entrevistada 03	Feminino	16 anos	Graduação em Tradução Português-Inglês	90%-95%**
Entrevistada 04	Feminino	12 anos	Graduação em Tradução Português-Inglês	90%-95%**
Entrevistado 05	Masculino	16 anos	Graduação em Letras Português-Inglês	90%-95%**
Entrevistada 06	Feminino	12 anos	Graduação em Tradução Português-Inglês	90%-95%**

Nota. (*) Tempo de trabalho como tradutor em regime de CLT na própria firma de auditoria. (**) A porcentagem foi mencionada por alguns entrevistados e corroborada pelo coordenador do departamento.

O critério relacionado à experiência profissional também foi cumprido. Todos os entrevistados são contratados em regime CLT e já contam com o período mínimo estabelecido de cinco anos na própria empresa. Os Entrevistados 02 e 05 já haviam trabalhado como tradutores em outras firmas de auditoria antes da atual. A Entrevistada 02, além de tradutora, atuou como revisora em outra *Big Four*. Segundo ela, esse foi um grande passo em sua carreira:

Eu comecei como revisora de texto inglês e... o objetivo de todo o revisor, pelo menos na empresa onde eu trabalhava, era ser um tradutor. E aí eu fui chamada pra... [firma de auditoria], para ser uma tradutora. E aí foi assim, foi o auge, né? (Entrevistada 02).

O Entrevistado 05, além de experiência com tradução em auditoria, conta com conhecimentos complementares obtidos em outras áreas ao longo de sua carreira, como consultoria tributária e previdência:

Eu fiquei de 96 a 98 na... Big Five na época... outubro de 98, fui para [firma de auditoria], só que... eu fui para ser tradutor de consultoria tributária... Em junho de 2002, eu aí eu mudei de ramo: fui trabalhar [como tradutor] com seguros e

previdência... é... depois da [empresa de previdência], eu fui convidado a vir trabalhar na [firma de auditoria atual]. (Entrevistado 05)

No que diz respeito ao último critério, a versão de demonstrações financeiras à língua inglesa corresponde a 90%-95% da carga de trabalho, informação corroborada pelos Entrevistados 03, 04 e 05. Verifica-se, assim, que todos os participantes cumprem os critérios estabelecidos para um tradutor profissional experiente.

3.2.2.2 Realização das entrevistas

As entrevistas foram conduzidas remotamente, via Teams, da Microsoft, em junho de 2023. A ferramenta foi escolhida por permitir a gravação e disponibilização de uma transcrição básica logo após cada entrevista, além de ser conhecida e utilizada pelos entrevistados. A fim de confirmar sua concordância com a gravação e a participação na pesquisa, solicitou-se que os tradutores assinassem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), enviado a eles via WhatsApp por meio de um *link* gerado a partir da ferramenta ZapSign. Esta permite que o participante da pesquisa leia e assine o termo na própria tela do celular. Ao concluir a assinatura, tanto o participante quanto o pesquisador recebem uma via assinada do documento.

O roteiro da entrevista foi elaborado com base em constructos construídos a partir da literatura. A Tabela 4 traz as perguntas, os constructos relacionados e os autores tidos como base. No início da entrevista, com o intuito de fazer com que os participantes se sentissem mais à vontade, pediu-se que comentassem sobre sua trajetória acadêmica e profissional. No final, antes de prosseguir para a discussão da lista de termos, perguntou-se também se gostariam de comentar alguma coisa a mais que não tivesse sido perguntada. Todos pareceram à vontade para fazer comentários.

Tabela 4
Roteiro da entrevista realizada

	Pergunta	Constructo	Autores
01	Como é o processo de quando você toma conhecimento de que terá uma demonstração financeira para traduzir até o momento em que aquela tradução deixa fazer parte de sua programação?	Interação entre tradutor e profissional contábil	(Kettunen, 2017; King, Blayney, & Sweller, 2021)
02	Quando você vê demonstrações financeiras ao inglês, que meios você usa para verificar a terminologia adequada?	Recursos para adequação terminológica	(González, 2019; Kettunen, 2017)
03	Em sua opinião, qual o propósito de as demonstrações financeiras serem vertidas ao inglês?	Propósito da tradução	(Vermeer, 2004)
04	Quais suas preocupações com a língua ao verter demonstrações financeiras à língua inglesa?	Inglês como língua estrangeira	(Evans, 2004; King et al., 2021; Parker, 2001; Rajagopalan, 2012)
05	Na sua opinião, como tradutor(a), quais os maiores desafios ao verter demonstrações financeiras ao inglês?	Desafios tradutórios	(Evans, 2004; Evans & Kamla, 2018; Laaksonen, 2021; Pan & Patel, 2018)
06	O que você entende por 'equivalência' em tradução?	Equivalência em tradução	(Aubert, 1998; Evans, 2004; Laaksonen, 2021; Nida, 1977; Nobes, 2021; Nobes & Stadler, 2018; Pym, 2007, 2017; Vinay & Dalbarnet, 1995)
07*	Antes de passarmos à lista, o que você, como profissional de tradução, gostaria que os profissionais de contabilidade levassem em consideração ou soubessem na hora de solicitar ou fazer a própria tradução/versão de demonstrações financeiras?	Distinção entre funções	(Archer & McLeay, 1991; IFRS, 2020; Kettunen, 2017; King et al., 2021)

Nota. (*) Questão incluída após a realização da entrevista piloto.

A lista foi enviada por e-mail aos participantes antes da entrevista. Consistia em um arquivo em Word com 384 termos do CPC incluídos no glossário elaborado, excluindo-se repetições. A partir dela, os entrevistados indicaram, em sua opinião, quais termos poderiam causar algum tipo de ruído ou dificuldade na versão à língua inglesa no contexto de demonstrações financeiras em IFRS.

A fim de verificar possíveis problemas, realizou-se uma entrevista piloto (pré-teste) no início de junho com outra tradutora. Esta tem graduação em Tradução Inglês-Português (critério de conhecimento de língua) e, apesar de atuar com tradução há mais de 20 anos, trabalha em regime CLT há aproximadamente um ano, de forma que não cumpre totalmente o critério de experiência profissional. À época, cumpria também o critério de dedicação à versão de demonstrações financeiras. A partir da

entrevista piloto, verificou-se a possibilidade de um novo constructo (distinção entre funções), para o qual se elaborou a pergunta 07 da Tabela 4.

Todas as entrevistas, com o consentimento dos participantes, foram gravadas para facilitar a transcrição futura. Ao fim da sessão, tanto pesquisador quanto entrevistado tinham acesso à gravação e a uma transcrição automática básica feita pelo Teams. Vale observar que a gravação permite ao pesquisador assistir à entrevista de fora, o que pode lhe trazer novas perspectivas sobre a discussão (Alsharari & Al-Shboul, 2019). Depois de transcritas, as entrevistas foram anonimizadas, isto é, retiraram-se informações que poderiam identificar o participante ou a empresa em que trabalha. Em seguida, antes de iniciar a análise, enviou-se a cada participante, por e-mail, o arquivo anonimizado de sua entrevista (Godoy, 2005).

3.2.2.3 Termos escolhidos

A fim de extrair os termos mencionados nas entrevistas, utilizou-se o software NVivo, verão 14. Criou-se o código “Termos escolhidos”, o qual foi alimentado manualmente com os termos mencionados por cada tradutor a partir da leitura das transcrições. Como resultado, obtiveram-se 68 termos. Alguns deles apareceram mais como uma questão de curiosidade ou dúvida pessoal do que como necessariamente uma fonte de ruído. Por esse motivo, decidiu-se que fariam parte dos termos selecionados aqueles que tivessem sido mencionados por dois tradutores ou mais. A relação final, com 15 termos, encontra-se na Tabela 5.

Tabela 5
Termos a serem analisados nas demonstrações financeiras em IFRS

TERMOS CPC	CPC	IFRS	ENTREVISTADOS						TOTAL
			01	02	03	04	05	06	
Cliente	CPC 47	IFRS 15.A	X				X		2
Colheita	CPC 29	IAS 41.5	X	X			X		3
Coligada	CPC 18 (R2)	IAS 28.3		X			X	X	3
Data de início do arrendamento	CPC 06 (R2)	IFRS 16.A	X	X					2
Desreconhecimento	CPC 48; CPC 00 (R2)	IFRS 9.A; CF.5.26	X			X			2
Evento subsequente	CPC 24	IAS 10.2		X				X	2
Participação de não controladores	CPC 15 (R1); CPC 36 (R3)	IFRS 3.A; IFRS 10.A	X	X					2
Perda de crédito esperada	CPC 48	IFRS 9.A		X		X			2
Perda de crédito esperada para 12 meses	CPC 48	IFRS 9.A			X		X		2
Planta portadora	CPC 27; CPC 29	IAS 16.6; IAS 41.5					X	X	2
Provisão	CPC 25	IAS 37.10		X	X	X		X	4
Remuneração	CPC 05 (R1)	IAS 24.9	X	X			X		3
Resultado contábil	CPC 32	IAS 12.5		X		X			2
Valor residual	CPC 04 (R1); CPC 27	IAS 38.8; IAS 16.6	X				X		2
Vencido	CPC 48	IFRS 9.A	X	X					2

Excluiu-se *Perda de crédito esperada para 12 meses* da seleção por já estar coberto por *Perda de crédito esperada*. Assim, 14 termos foram analisados no total. *Provisão* foi o termo mais mencionado (quatro vezes), seguido por *Remuneração*, *Coligada* e *Colheita* (três vezes). Os demais termos foram mencionados duas vezes. Os comentários dos participantes sobre os termos serão apresentados em capítulo posterior.

A seguir, apresenta-se a definição de cada um dos termos selecionados pelos tradutores tanto nas IFRS quanto nos pronunciamentos contábeis:

Tabela 6

Definição dos termos selecionados conforme CPC e IAS/IFRS

CPC	IAS/IFRS
Cliente (CPC 47, 2016) Parte que contratou com a entidade a obtenção de bens ou serviços, que constituem um produto das atividades normais da entidade, em troca de contraprestação.	Customer (IFRS 15, 2014) <i>A party that has contracted with an entity to obtain goods or services that are an output of the entity's ordinary activities in exchange for consideration.</i>
Colheita (CPC 29, 2009) Colheita é a extração do produto de ativo biológico ou a cessação da vida desse ativo biológico.	Harvest (IAS 41, 2001) <i>Harvest is the detachment of produce from a biological asset or the cessation of a biological asset's life processes.</i>
Coligada (CPC 18 (R2), 2012) Coligada é a entidade sobre a qual o investidor tem influência significativa.	Associate (IAS 28, 2014) <i>An associate is an entity over which the investor has significant influence</i>
Data de início do arrendamento (CPC 06 (R2), 2017) É a data em que o arrendador disponibiliza o ativo subjacente para uso pelo arrendatário.	Commencement date of the lease (commencement date) (IFRS 16, 2016) <i>The date on which a lessor makes an underlying asset available for use by a lessee.</i>
Desreconhecimento (CPC 48, 2016) A retirada de ativo financeiro ou passivo financeiro, anteriormente reconhecido, do balanço patrimonial da entidade. (CPC 00 (R2), 2019) Desreconhecimento é a retirada de parte ou da totalidade de ativo ou passivo reconhecido do balanço patrimonial da entidade.	Derecognition (IFRS 9, 2014) <i>The removal of a previously recognised financial asset or financial liability from an entity's statement of financial position.</i> (Conceptual Framework, 2018) <i>Derecognition is the removal of all or part of a recognised asset or liability from an entity's statement of financial position.</i>

Continua

CPC	IAS/IFRS
Evento subsequente (CPC 24, 2009)	Events after the reporting period (IAS 10, 2003)
Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:	<i>Events after the reporting period are those events, favourable and unfavourable, that occur between the end of the reporting period and the date when the financial statements are authorised for issue. Two types of events can be identified:</i>
(a) os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes);	<i>(a) those that provide evidence of conditions that existed at the end of the reporting period (adjusting events after the reporting period); and</i>
(b) os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).	<i>(b) those that are indicative of conditions that arose after the reporting period (non-adjusting events after the reporting period).</i>
Participação de não controladores (CPC 15 (R1), 2011; CPC 36 (R3), 2012)	Non-controlling interest (IFRS 3, 2008; IFRS 10, 2011)
É a parte do patrimônio líquido de controlada não atribuível direta ou indiretamente à controladora (anteriormente denominados “minoritários”).	<i>The equity in a subsidiary not attributable, directly or indirectly, to a parent.</i>
Perda de crédito esperada (CPC 48, 2016)	Expected credit losses (IFRS 9, 2014)
A média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações.	<i>The weighted average of credit losses with the respective risks of a default occurring as the weights.</i>
Planta portadora (CPC 27, 2009; CPC 29, 2009)	Bearer plant (IAS 16, 2003; IAS 41, 2001)
Planta portadora é uma planta viva que:	<i>A bearer plant is a living plant that:</i>
(a) é utilizada na produção ou no fornecimento de produtos agrícolas;	<i>(a) is used in the production or supply of agricultural produce;</i>
(b) é cultivada para produzir frutos por mais de um período; e	<i>(b) is expected to bear produce for more than one period; and</i>
(c) tem uma probabilidade remota de ser vendida como produto agrícola, exceto para eventual venda como sucata.	<i>(c) has a remote likelihood of being sold as agricultural produce, except for incidental scrap sales.</i>

CPC	IAS/IFRS
<p>Provisão (CPC 25, 2009)</p> <p>Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.</p>	<p>Provision (IAS 37, 1998)</p> <p><i>A provision is a liability of uncertain timing or amount.</i></p>
<p>Remuneração (CPC 05 (R1), 2010)</p> <p>Remuneração inclui todos os benefícios a empregados e administradores (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados), inclusive os benefícios dentro do alcance do Pronunciamento Técnico CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações. Os benefícios a empregados são todas as formas de contrapartida paga, a pagar, ou proporcionada pela entidade, ou em nome dela, em troca de serviços que lhes são prestados. Também inclui a contrapartida paga em nome da controladora da entidade em relação à entidade. A remuneração inclui:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) benefícios de curto prazo a empregados e administradores, tais como ordenados, salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis dentro do período de doze meses após o encerramento do exercício social) e benefícios não monetários (tais como assistência médica, habitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para os atuais empregados e administradores; (b) benefícios pós-emprego, tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego; (c) outros benefícios de longo prazo, incluindo licença por anos de serviço ou licenças sabáticas, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, benefícios de invalidez de longo prazo e, se não forem pagáveis na totalidade no período de doze meses após o encerramento do exercício social, participação nos lucros, bônus e remunerações diferidas; (d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (e) remuneração baseada em ações. 	<p>Compensation (IAS 24, 2009)</p> <p><i>Compensation includes all employee benefits (as defined in IAS 19 Employee Benefits) including employee benefits to which IFRS 2 Share-based Payment applies. Employee benefits are all forms of consideration paid, payable or provided by the entity, or on behalf of the entity, in exchange for services rendered to the entity. It also includes such consideration paid on behalf of a parent of the entity in respect of the entity. Compensation includes:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>(a) short-term employee benefits, such as wages, salaries and social security contributions, paid annual leave and paid sick leave, profit-sharing and bonuses (if payable within twelve months of the end of the period) and non-monetary benefits (such as medical care, housing, cars and free or subsidised goods or services) for current employees;</i> <i>(b) post-employment benefits such as pensions, other retirement benefits, post-employment life insurance and post-employment medical care;</i> <i>(c) other long-term employee benefits, including long-service leave or sabbatical leave, jubilee or other long-service benefits, long-term disability benefits and, if they are not payable wholly within twelve months after the end of the period, profit-sharing, bonuses and deferred compensation;</i> <i>(d) termination benefits; and</i> <i>(e) share-based payment.</i>

CPC	IAS/IFRS
Resultado contábil (CPC 32, 2009) Resultado contábil é o lucro ou prejuízo para um período antes da dedução dos tributos sobre o lucro.	Accounting profit (IAS 12, 1996) <i>Accounting profit is profit or loss for a period before deducting tax expense.</i>
Valor residual (CPC 04 (R1), 2010; CPC 27, 2009) É o valor estimado que a entidade obteria com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.	Residual value (IAS 38, 2004; IAS 16, 2003) <i>The residual value... is the estimated amount that an entity would currently obtain from disposal of the asset, after deducting the estimated costs of disposal, if the asset were already of the age and in the condition expected at the end of its useful life.</i>
Vencido (CPC 48, 2016) Ativo financeiro encontra-se vencido quando a contraparte deixou de efetuar o pagamento no vencimento estipulado pelo contrato.	Past due (IFRS 9, 2014) <i>A financial asset is past due when a counterparty has failed to make a payment when that payment was contractually due.</i>

Nota. As definições aqui encontradas foram retiradas dos pronunciamentos contábeis ou normas internacionais indicados entre parênteses.

Os termos que se encontram na coluna IAS/IFRS serão os considerados *proximate* (isto é, tal qual aparecem nas normas internacionais) no capítulo sobre análise das notas explicativas em relação às escolhas tradutórias.

3.2.3 Demonstrações financeiras em IFRS

Nobes e Stadler (2018) percorreram a trilha do termo *impairment* a partir da IAS até a tradução da norma em 19 línguas. Em seguida, buscaram como a ideia de *impairment* foi apresentada nas demonstrações financeiras publicadas em língua inglesa por empresas de onze países. Entretanto, apesar de os autores, ao longo do estudo, afirmarem ter trabalhado com a tradução ao inglês de relatórios anuais, não há menção, na seção sobre a amostra coletada, de que eles tenham sido realmente traduzidos à língua inglesa. Menciona-se que foram incluídas empresas que contavam com relatórios anuais em inglês, o que pode ser problemático no sentido de demonstrar a trilha do termo estudado das IFRS para a língua de um determinado país e desta de volta para o inglês^v (Laaksonen, 2021).

Para esta pesquisa, utilizaram-se empresas brasileiras cujas demonstrações financeiras em IFRS tivessem sido publicadas na data base de 31 de dezembro de 2022 e cujas ações fossem negociadas na B3. Para obter a relação, realizou-se uma busca no site *Economática* em 30 de maio de 2023 com os seguintes critérios: (i) ações negociadas na B3 (Bovespa); (ii) balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2022; (iii) registro ativo na CVM; (iv) sede da empresa no Brasil; (v) método de contabilização em IFRS; e (vi) eliminação de empresas repetidas (casos em que há mais de um tipo de ação para a mesma empresa). Com a aplicação desses critérios, obteve-se uma relação de 368 empresas, distribuídas conforme a Tabela 7.

Tabela 7
Empresas por setor econômico e de listagem

Setor econômico	Tradicional	MB	DR3	MA	M2	N1	N2	NM	Total
Bens industriais	21	4		1	1	2	4	25	58
Comunicações	2			1		1		5	9
Consumo cíclico	23			3		2	2	57	87
Consumo não cíclico	7			2		1	19		29
Farmacêutico e Higiene					1				1
Financeiro	10	1	3			2	2	20	38
Materiais básicos	9	1	1	1		8	2	7	29
Petróleo gás e biocombustíveis						1	10		11
Saúde	2			2				19	23
Tecnologia da informação				2				17	19
Utilidade pública	24	2		1	1	3	7	14	52
Outros	4	8							12
Total	102	16	4	13	3	18	19	193	368

Nota. MB: Cia. Balcão Organizado Tradicional; DR3: BDR Nível 3; MA: Cia. Bovespa Mais; M2: Cia. Bovespa Mais Nível 2; N1: Cia. Nível 1 de Governança Corporativa; N2: Cia. Nível 2 de Governança Corporativa; NM: Cia. Novo Mercado.

A partir da relação obtida, adotaram-se critérios adicionais para a seleção das empresas cujas demonstrações financeiras seriam estudadas. São eles: (vii) demonstrações financeiras anuais com data base de 31 de dezembro de 2022; (viii) demonstrações disponíveis em português e inglês no site da empresa; (ix) confirmação nas notas explicativas de que as demonstrações foram preparadas de acordo com as IFRS; (x) informação de que as demonstrações em inglês são traduções.

Como apontado por Laaksonen (2021), para que se realize um estudo sobre a tradução de demonstrações financeiras, é necessário que elas tenham sido traduzidas, o que só é possível verificar se houver alguma indicação no próprio documento, o que já configura uma modalidade de tradução (acríscimo). Nessa mesma linha, a Entrevistada 06 indica que ela e os colegas incluem a informação de que a demonstração se trata de uma tradução livre (*free translation*) com o intuito de facilitar a leitura de usuários em outros países. Segundo ela, incluir tal mensagem é uma forma de o leitor saber que houve um profissional (em oposição a uma máquina) que realizou a tradução, com escolhas feitas a partir de reflexão. Além disso, é uma forma de os tradutores se salvaguardarem, visto que, apesar de serem convededores da língua, nem todos têm conhecimento técnico da área contábil, em linha com o indicado por Archer e McLeay (1991).

Acho essencial [incluir a mensagem de tradução livre] primeiro para demonstrar o nosso trabalho... indica que houve um tradutor que... dispensou o tempo para fazer aquela tradução... que não foi simplesmente jogada numa ferramenta eletrônica. Então, foi alguém que pensou sobre aquela tradução, que refletiu e que procurou fazer um trabalho adequado de tradução... E também é uma free translation. A gente tem que se salvaguardar, né? Como o tradutor tem que se salvaguardar de que nós fizemos o nosso melhor nesse caso. (Entrevistada 06).

A busca das demonstrações financeiras no site das empresas ocorreu entre 30 de maio de 2023 e 20 de junho de 2023. Do total, três sites não foram localizados e outros sete apresentaram problemas de acesso, de forma que foram eliminados da seleção. Das 358 restantes, para 25 não foram encontradas as demonstrações anuais com data base de 31 de dezembro de 2022, sendo também eliminadas. As demonstrações em português estavam disponíveis para as 333 empresas restantes, mas 179 delas não disponibilizaram demonstrações em língua inglesa, motivo pelo qual foram eliminadas da seleção. Uma dessas empresas não incluiu expressamente nas notas a informação de que suas demonstrações haviam sido preparadas de acordo com as IFRS e, por isso, foi eliminada. Das 153 empresas que continuam na seleção, 44 não indicaram que as demonstrações em inglês se tratavam de traduções e foram eliminadas. Percebeu-se que havia casos em que somente o relatório do auditor continha a mensagem de tradução livre. Como não foi possível inferir que as demonstrações em si também haviam sido traduzidas, mantiveram-se na seleção apenas as empresas que traziam a mensagem de tradução livre fora do relatório de auditoria, ou em cujo relatório de auditoria havia menção de tradução livre das demonstrações financeiras. Das 368 empresas iniciais, 73 cumpriram todos os critérios estabelecidos e formaram o universo das empresas estudadas nesta pesquisa.

Observa-se que a maior parte das empresas que cumpriram os critérios são as classificadas como Novo Mercado. Além disso, das 153 demonstrações financeiras em inglês, apenas 73, pouco menos da metade, apresentam a informação de que elas foram traduzidas, o que pode indicar que as demonstrações financeiras foram preparadas diretamente em inglês; corroborar a ideia de os profissionais contábeis não enxergarem a tradução como possível fonte de ruído (Evans, 2018; Evans et al., 2015); ou corroborar, ainda, a ideia de invisibilidade do trabalho do tradutor (Venuti, 2021).

Tabela 8

Empresas após aplicação dos critérios (i) a (x)

Setor econômico	Tradisional	N1	N2	NM	Total
Bens industriais	1	1	9	11	
Comunicações			2	2	
Consumo cíclico		1	1	15	17
Consumo não cíclico				5	5
Financeiro		1		7	8
Materiais básicos		1	1		2
Petróleo gás e biocombustíveis			1	4	5
Saúde				7	7
Tecnologia da informação				7	7
Utilidade pública	2	2	1	4	9
Total	3	5	5	60	73

Nota. N1: Cia. Nível 1 de Governança Corporativa; N2: Cia. Nível 2 de Governança Corporativa; NM: Cia. Novo Mercado.

Para viabilidade da análise dos termos escolhidos pelos tradutores, optou-se pela seleção de empresas com nível de negociabilidade mais relevante, motivo pelo qual se adotou o Índice Brasil 50 (IBRX 50) da B3, que corresponde às ações com maior negociação na bolsa de valores. Entende-se que, dado o volume de negociação das ações, a leitura das demonstrações financeiras dessas empresas seja frequente. Utilizou-se a carteira teórica IBrX 50 para o quadrimestre de 09/2022 a 12/2022, que compreende a data base das demonstrações financeiras estudadas. Do universo de 73 empresas que cumpriram os critérios (i) a (x), apresentam-se, na Tabela 9, as 12 cujas ações fazem parte da carteira teórica IBrX 50 para o quadrimestre selecionado e que, por conseguinte, fazem parte deste estudo:

Tabela 9
Empresas selecionadas

	Empresas	Setor econômico	Segmento de listagem	Bolsa
1	BB Seguridade Participações S.A.	Financeiro	Novo Mercado	B3
2	BRF S.A.	Consumo não cíclico	Novo Mercado	B3 e NYSE
3	CCR S.A.	Bens industriais	Novo Mercado	B3
4	Hapvida Participações e Investimentos S.A.	Saúde	Novo Mercado	B3
5	Localiza Rent a Car S.A.	Consumo cíclico	Novo Mercado	B3
6	Locaweb Serviços de Internet S.A.	Tecnologia da informação	Novo Mercado	B3
7	Magazine Luiza S.A.	Consumo cíclico	Novo Mercado	B3
8	Petróleo Brasileiro S.A.	Petróleo gás e biocombustíveis	Nível 2	B3, BMV, BYMA e NYSE
9	Raia Drogasil S.A.	Saúde	Novo Mercado	B3
10	Sendas Distribuidora S.A.	Consumo não cíclico	Novo Mercado	B3, BMV e NYSE
11	TOTVS S.A.	Tecnologia da informação	Novo Mercado	B3
12	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	Materiais básicos	Nível 1	B3

Nota: B3 – Brasil, Bolsa, Balcão; BMV – Bolsa Mexicana de Valores; BYMA – Bolsa y Mercados Argentinos; NYSE – New York Stock Exchange

3.2.3.1 Coleta dos termos selecionados nas demonstrações financeiras

Utilizou-se o software NVivo, versão 14, na coleta dos termos selecionados pelos tradutores nas 24 demonstrações financeiras (12 em inglês e 12 em português). Todas elas foram carregadas em PDF no programa. Procedeu-se à coleta nas notas explicativas de uma empresa por vez por meio da leitura paralela das demonstrações financeiras em inglês e em português. Para cada termo, criou-se um código, no qual foram sendo incluídos trechos de extensão considerada suficiente para mostrar seu

contexto de uso. É o que Bardin (2021) chama de unidade de contexto. A ideia de que um termo não deveria ser analisado sozinho foi mencionada pelo Entrevistado 01, segundo quem é pelo contexto que se verifica o uso adequado da terminologia:

Eu acho que a preocupação que eu tenho maior sempre se dá com relação a contextos assim. Se a terminologia que eu estou usando está adequada para o contexto em que eu tô... traduzindo, né? (Entrevistado 01).

No total, coletaram-se 2.784 referências divididas conforme a Tabela 10. *Provisão* contou com o maior número de trechos selecionados (860). Planta portadora, por outro lado, não apresentou ocorrência alguma. Como cada referência foi selecionada em ambas as demonstrações das empresas (português e inglês), esses números devem ser lidos como metade em cada língua. Assim, das 2.784 referências, 1.392 são em português e 1.392 em inglês. A mesma ideia deve ser aplicada a cada um dos termos.

Vale ressaltar que uma mesma referência pode ter sido incluída em mais de um código, já que os termos podem ocorrer juntos ou próximos um ao outro, como *provisão para perdas de crédito esperada*, por exemplo, incluído tanto no código “provisão” quanto em “perda de crédito esperada”. Além disso, uma referência pode trazer mais de uma vez o mesmo termo, o que ocorreu, por exemplo, com parágrafos que apresentavam informações sobre *contas a receber de clientes* e os parágrafos sobre *provisão*. Outro ponto a considerar é que nem sempre os termos apareceram tal qual apresentados nas definições do CPC. Para *desreconhecimento (derecognition)*, o termo *baixa* também foi considerado.

Em seguida, observou-se que as unidades de contexto (referências) selecionadas incluíam os termos buscados, mas que não estavam necessariamente de acordo com a definição encontrada nas normas. “Remuneração” (Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), 2010), por exemplo, compreende os benefícios a empregados e administradores, incluindo pagamento baseado em ações. Nas referências coletadas, entretanto, encontraram-se outros contextos, como remuneração de aplicações financeiras e de empréstimos, os quais foram excluídos para fins de análise. Por esse motivo, o número de traduções extraídas pode não estar de acordo com o número de referências.

Tabela 10

Referências coletadas a partir das demonstrações financeiras

Código (termo)	Arquivos	Referências	Traduções extraídas
Cliente	24	276	168
Colheita	2	6	3
Coligada	20	142	97
Data de início do arrendamento	16	46	23
Desreconhecimento	24	416	220
Evento subsequente	16	16	8
Participação de não controladores	18	52	33
Perda de crédito esperada	24	238	110
Planta portadora	0	0	0
Provisão	24	860	483
Remuneração	24	300	137
Resultado contábil	6	6	3
Valor residual	22	52	31
Vencido	24	374	40
Total		2.784	1.356

As traduções extraídas correspondem ao par linguístico. Assim, “perda de crédito esperada>*expected credit loss*” corresponde a uma unidade de tradução extraída. No total, coletaram-se 1.356 traduções, conforme a Tabela 10.

3.3 Tratamento e análise dos dados

Tanto as entrevistas quanto as demonstrações financeiras foram investigadas por meio da análise de conteúdo de Bardin (2021, p. 44), definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.” Como ferramenta, utilizou-se o software NVivo, versão 14, que “consiste num sistema de indexação e de categorização de dados não-estruturados, o que possibilita a descoberta e a exploração dos sentidos das informações alfanuméricas.” (Mozzato, Grzybowski, & Teixeira, 2017). Com ele, entende-se que é possível organizar os dados de fontes diversas por meio das categorias previamente estabelecidas.

Laaksonen (2021) indica a importância de se analisar o processo da tradução para que se avance no diálogo entre pesquisa e prática profissional, reduzindo-se, assim, a lacuna de conhecimento existente. No caso das entrevistas, buscou-se

analisar, a partir da fala dos tradutores participantes, elementos que se enquadrasssem em categorias (constructos) previamente estabelecidas. São elas: (i) interação entre tradutor e profissional contábil (Kettunen, 2017; King et al., 2021); (ii) recursos para adequação terminológica (González, 2019; Kettunen, 2017); (iii) propósito da tradução (Vermeer, 2004); (iv) inglês como língua estrangeira (Evans, 2004; King et al., 2021; Parker, 2001; Rajagopalan, 2012); (v) desafios tradutórios (Evans, 2004; Evans & Kamla, 2018; Laaksonen, 2021; Pan & Patel, 2018); (vi) equivalência em tradução (Aubert, 1998; Evans, 2004; Laaksonen, 2021; Nida, 1977; Nobes, 2021; Nobes & Stadler, 2018; Pym, 2007, 2017; Vinay & Dalbernet, 1995); e (vii) distinção entre funções (Archer & McLeay, 1991; IFRS, 2020; Kettunen, 2017; King et al., 2021).

São de interesse na análise do conteúdo das demonstrações financeiras as escolhas tradutórias nelas contidas. Para isso, utilizaram-se os termos selecionados pelos tradutores que participaram das entrevistas. Buscou-se investigar se a versão dos termos ao inglês está de acordo com as IFRS, isto é, se são *proximate* (incluem o item que se encontra nas IFRS) ou *non-proximate* (não incluem o item que se encontra nas IFRS) (Nobes & Stadler, 2018).

4 Análise dos resultados

Este capítulo dedica-se à análise e à discussão dos resultados obtidos a partir da compilação do glossário bilíngue, das entrevistas e dos termos coletados nas demonstrações financeiras.

As próximas três subseções tratam dos objetivos específicos da pesquisa, a saber: 4.1 - identificar os termos em português, nos pronunciamentos contábeis e na tradução oficial das IFRS, para aqueles encontrados e definidos nas normas internacionais em inglês; 4.2 - entrevistar tradutores profissionais acerca do processo de versão de demonstrações financeiras à língua inglesa; e 4.3 - verificar as escolhas adotadas na versão ao inglês das notas explicativas em demonstrações financeiras de empresas brasileiras preparadas de acordo com as IFRS para termos encontrados e definidos nas normas internacionais.

4.1 Terminologia IFRS x CPC

Coletaram-se 456 termos em inglês definidos nas IFRS, incluindo-se repetições. Montado o glossário bilíngue, observou-se uma literalidade maior na tradução das normas em comparação com os termos encontrados no CPC. Como exemplo, tem-se *accounting profit* (IAS 12, 1996), traduzido como “lucro contábil” na mesma norma em português e como “resultado contábil” no Pronunciamento Técnico CPC 32 (2009). De fato, analisando-se definição trazida na norma internacional, observa-se que o termo não se limita ao lucro, conforme a IAS e sua tradução, mas também pode incluir o prejuízo antes do tributo sobre o lucro. Assim, entende-se que o uso da modulação na tradução do termo pelo CPC, “resultado”, é mais abrangente e inclui a ideia de lucro e prejuízo.

No Excel, compararam-se as colunas em português dos pronunciamentos do CPC e da tradução oficial das IFRS. Para 12 termos não foram encontradas correspondências no CPC. Verificou-se que 187 dos 444 termos remanescentes (42,12%) apresentaram variação. Algumas dessas diferenças consistiam apenas no uso do singular/plural ou inclusão ou uso de artigos. Esses casos não foram incluídos na comparação. Como resultado, identificaram-se 117 termos (26,35% do total) em que a diferença não se limitou às mencionadas anteriormente. Observa-se que há concordância na tradução da maior parte dos termos. Desconsiderando-se os 117 casos com variação, 327 (73,65%) não trazem alterações significativas.

Em 22 casos, observou-se o uso a modalidade empréstimo no CPC: o termo em inglês foi incluído logo após uma tradução ao português, como em “teto de ativo (*asset ceiling*)”. Outros exemplos são *goodwill*, *input*, *hedge*, *joint venture* e IFRS. Isso pode ser indicativo de uma necessidade encontrada pelo comitê de fazer referência aos termos utilizados nas IFRS para aqueles cuja tradução seja menos clara no português. Entende-se que a utilização do empréstimo facilita a padronização das demonstrações financeiras vertidas ao inglês, já que o tradutor tem acesso direto à terminologia considerada *proximate* (Nobes & Stadler, 2018) ainda que a pesquisa se dê nas normas em português. Além disso, o termo colocado em inglês pode auxiliar no entendimento dos preparadores das demonstrações financeiras convededores da língua. Considerando-se que a equivalência natural nem sempre é possível, pode o preparador inferir aspectos nas IFRS não necessariamente incluídos nos termos em português, complementando, assim, seu entendimento (Hellmann & Patel, 2021; Huerta et al., 2013; Lin et al., 2019; Nobes, 2021; Nobes & Stadler, 2018).

Observou-se também o termo “demonstrações financeiras” na tradução das IFRS e “demonstrações contábeis” nos pronunciamentos. Há uma escolha deliberada pela qual o comitê coloca ênfase na contabilidade, o que pode estar relacionado ao propósito da tradução (Vermeer, 2004). O uso de “contábeis” no lugar de “financeiras” pode indicar um questionamento do padrão imposto pelas normas internacionais, que muda o foco da contabilidade para algo mais abrangente (Laaksonen, 2022; Venuti, 2019, 2021). A mesma ideia parece aplicar-se a “Demonstração da posição financeira de abertura de acordo com as IFRS” (IFRS) e “Balanço patrimonial de abertura em IFRSs” (CPC). O termo encontrado no pronunciamento, além de manter o foco na contabilidade, questionando, de certa forma o imposto pela norma internacional, adapta-se à legislação já existente no Brasil (Kettunen, 2017; Laaksonen, 2022).

Os termos utilizados para *impairment*, estudado por Nobes e Stadler (2018), também variam e trazem enfoques distintos. A IFRS em português traz “perda por redução ao valor recuperável”, enquanto o CPC traz “perda por desvalorização”. Esta indica que há uma perda de valor; aquela, além da perda, indica até que ponto o valor deve ser reduzido. A existência de mais de um termo para indicar o mesmo conceito pode levar à não utilização de termos considerados *proximate* na versão das demonstrações financeiras ao inglês (González, 2019; Nobes & Stadler, 2018). Isso, além de reduzir a comparabilidade das demonstrações com outras, pode resultar na

não inclusão de informações em bases de dados como verificado por Nobes e Stadler (2018).

4.2 Processo tradutório

Utilizaram-se sete constructos a partir dos quais se coletaram, por meio de entrevistas, informações sobre o processo tradutório. Todos eles estão, de certa forma, interconectados. Entretanto, para fins deste estudo, serão tratados separadamente.

4.2.1 Propósito da tradução

A teoria do propósito, ou *Skopos Theory*, propõe que conhecer o propósito de uma tradução é relevante no sentido de que, a partir desse conhecimento, o tradutor pode fazer as escolhas que o guiarão ao longo de seu trabalho (Vermeer, 2004). Observou-se que os entrevistados têm uma ideia geral do motivo pelo qual as demonstrações financeiras são vertidas ao inglês, mas não certeza. Utilizam expressões como “entendo que” (Entrevistado 01), “eu imagino que” (Entrevistada 02), “eu acredito que” (Entrevistada 03), “eu creio” (Entrevistada 04), “minha percepção é” (Entrevistada 06). Isso indica que eles têm discernimento e conhecimento de mundo no qual se basear para pensar em um propósito, seja pela leitura do material traduzido, seja pelas pesquisas que fazem durante o trabalho.

Os Entrevistados 01, 02 e 03 indicam que essa reflexão ainda não fazia parte de seu processo tradutório, seja porque nunca se fizeram essa pergunta, seja porque nunca lhes foi dito explicitamente o porquê da tradução. A Entrevistada 06 afirmou, ainda, não ter uma ideia “totalmente formada”, o que pode ser indicativo de que já tenha havido alguma reflexão nesse sentido.

O Entrevistado 05 foi o mais assertivo com relação ao propósito. Segundo ele, é por meio da tradução que as empresas controladas no Brasil fornecem informações econômico-financeiras para as controladoras, normalmente “sediadas no chamado primeiro mundo”. Menciona o português como sendo “a última flor do Lácio”^{vi} (isto é, a última língua derivada do latim), belo e um tanto quanto exótico aos olhos estrangeiros. Por isso, o conteúdo produzido nesta língua deve ser traduzido para outras mais difundidas a fim de que as informações e os conhecimentos sejam compartilhados: “então... o que nós produzimos aqui no idioma português precisa encontrar vazão é... em idiomas assim que são mais difundidos no mundo, né, como

é o caso do... inglês e do espanhol." (Entrevistado 05). Essa ideia de traduzir as demonstrações financeiras à língua inglesa a fim de atingir mais pessoas está de acordo com González (2019), Jeanjean et al. (2015) e Parker (2001).

Com exceção do Entrevistado 05, todos os outros mencionaram que a versão ao inglês das demonstrações financeiras pode ser útil aos investidores estrangeiros. Além disso, pode ser uma questão de exigência de órgãos reguladores (Entrevistados 01 e 03), de *accountability* em relação a investidores e controladoras (Entrevistadas 02 e 04) e de informação para fins de negociação de ações na bolsa de outros países (Entrevistadas 04 e 06), o que também está de acordo com Al Obaidani (2018), González (2019), Jeanjean et al. (2015) e Merkl-Davies e Brennan (2017).

Como procedimento, com o intuito de saber se o propósito da tradução não viola as regras de independência a que a firma de auditoria está sujeita, o Entrevistado 05 afirma que os clientes internos que solicitam a tradução de documentos relacionados a uma empresa específica devem preencher um formulário em que listam "absolutamente todas as relações empresariais que aquela empresa... tem e mantém." Para clientes sujeitos às regras da *Securities and Exchange Commission* (SEC), por exemplo, o departamento não pode realizar a tradução, pois a firma de auditoria não pode ser identificada como "*primary source of information*, ou seja, uma fonte primária de informações." (Entrevistado 05). Isso demonstra, segundo ele, a relevância da tradução no processo de comunicação contábil interlingual:

É importante destacar isso, a questão da Independência, porque isso corrobora a afirmação de que tradução não é brincadeira. É um trabalho sério, é um trabalho que não pode depender, é... de arroubos profissionais... de solicitantes, e não pode depender exclusivamente de algoritmos de tradução, porque os algoritmos de tradução não pensam, eles simplesmente resolvem, em fração de segundos, uma resposta para aquele desafio de tradução que que com o qual você se deparou. (Entrevistado 05).

Vale ressaltar que, nos paradigmas relacionados à equivalência, os tradutores têm liberdade para escolher a forma de traduzir que julgarem mais adequada (Nida, 1977; Pym, 2007). Esse pode ser o caso quando o tradutor não tem um direcionamento dado por quem solicita a tradução. Já segundo a teoria do propósito, o tradutor deixa de ser o único profissional envolvido (Vermeer, 2004). Há um direcionamento por parte do solicitante, podendo, inclusive, haver revisão por parte de um profissional técnico, como no caso estudado por Kettunen (2017) e sugerido na

política de tradução da IFRS Foundation (2020). Essa interação será tratada no tópico a seguir.

4.2.2 Interação entre tradutor e profissional contábil

Aos tradutores, com o intuito de verificar a interação entre eles e os profissionais contábeis, perguntou-se sobre o processo desde o momento em que tomam conhecimento de que a eles será incumbida a tradução de demonstrações financeiras ao inglês até essa tradução deixar de ser sua responsabilidade. Em geral, as respostas indicam que o contato ocorre apenas no envio, por e-mail, do arquivo traduzido. Quem tem contato maior com os solicitantes são a assistente e o coordenador do departamento. Estes interagem com o solicitante, determinam prazo e quantidade de texto a ser traduzido e enviam essas informações aos tradutores por e-mail. Segundo o Entrevistado 01, os solicitantes são clientes internos da firma de auditoria, isto é, não há contato com o cliente final.

Pensando-se no modelo do sistema de comunicação de Shannon (1948), adaptado à comunicação interlingual na Figura 3, é possível que surjam novas fontes de ruído no processo. Os clientes finais interagem com os profissionais da firma de auditoria, que interagem com a assistente ou o coordenador do departamento, que interage com os tradutores, passando-lhes informações básicas, como quantidade de texto a ser traduzido e prazo de entrega.

A fim de averiguar se haveria algum outro tipo de contato com o solicitante, perguntou-se diretamente sobre a existência da interação. As respostas foram no sentido de que esta ocorre ao longo do trabalho somente para esclarecimento, como explica o Entrevistado 01:

Bom, às vezes é o texto não está claro, ou existe alguma dúvida sobre algum conceito ali, alguma questão, né? E aí a gente acaba pontualmente entrando em contato com o cliente [solicitante] para esclarecer esse texto que não está... claro, né? (Entrevistado 01)

Nesse sentido de falta de clareza do texto, os entrevistados indicam não ser incomum encontrarem trechos que geram dúvidas de entendimento não somente pela terminologia contábil, mas também por uma questão de problemas na língua de partida (no caso, a portuguesa). Verifica-se isso na fala das Entrevistadas 02 e 03:

"Uh... e português estando é.. enrolado, bagunçado, fica muito difícil. E aí tem que entrar em contato com o solicitante, né?" (Entrevistada 02)

"eu falo, olha, eu não entendi, não está adequado,... eu acho que tem algum erro aqui no português, faltou alguma coisa aqui.... não deixo passar nada, não deduzo nada." (Entrevistada 03).

Esses comentários vão ao encontro do estudo de Archer e McLeay (1991), segundo o qual os tradutores têm o conhecimento das línguas com que trabalham, mas não necessariamente da terminologia técnica (chamada de registro profissional), esta conhecida pelos profissionais contábeis. A própria Entrevistada 02 menciona que eles, como tradutores, não têm base de contabilidade e que vão aprendendo pouco a pouco com o trabalho e as pesquisas que realizam.

A Entrevistada 03 mencionou que, nesses casos de questões linguísticas ou conceituais, prefere inserir um comentário no arquivo para que o solicitante entre em contato com ela caso ele se sinta à vontade. O Entrevistado 05 indica a utilização eventual da ferramenta Teams, que permite um contato mais ágil com o solicitante. Entretanto, para ele, é importante que a comunicação se dê por e-mail, dada a possibilidade de registrar esse processo:

É importante frisar que o e-mail... funciona como um documento... de que o processo... de fato está ocorrendo e que nós temos registro desse processo. Porque o Teams por um lado é ágil, mas por outro ele é volátil, né? (Entrevistado 05).

Observa-se, dessa forma, que a interação (ainda que assincrônica) tende a existir nos casos em que os tradutores deparam com alguma falta de clareza conceitual ou na língua de partida. Caso contrário, o contato se dá apenas no final do trabalho, quando o arquivo é enviado ao solicitante por e-mail. Essa falta de interação é percebida pelo Entrevistado 05 como um possível ponto de melhoria. Sabe que os profissionais que atendem os solicitantes costumam ter prazos apertados e que, por esse motivo, podem não ter tempo de conversar com os tradutores. Caso existisse um contato mais próximo, entretanto, o resultado seria frutífero para todas as partes:

A gente precisa dar voz para o tradutor. É importante. E a gente trabalhar de forma... mais integrada, né, com o pessoal... que a gente chama de client serving, né, de atendimento ao cliente. Quanto mais interação,... tanto mais... frutífero fica o resultado do trabalho, né? Em última análise, nós vamos... encantar o cliente. (Entrevistado 05).

Outro ponto levantado é que há a percepção de que o trabalho final dos tradutores não necessariamente passa por revisão de um profissional com conhecimento técnico, como se verifica na fala da Entrevistada 02:

A maioria [dos solicitantes] não entende [inglês]. Não quer saber, não revisa o nosso trabalho. Então,... nosso trabalho acaba saindo do jeito que a gente acha

que... é, que tá bom e seja o que Deus quiser, né? Então, tem que confiar muito.... Por isso,... a importância da pesquisa, né? (Entrevistada 02)

Assim, observa-se que a atividade do departamento está de acordo com Archer e McLeay (1991), isto é, há uma distinção de conhecimentos, mas sem necessariamente a conjunção deles por meio de interação, estabelecimento dos objetivos da tradução e revisão do trabalho do tradutor por um profissional contábil, diferentemente da situação observada em pesquisas anteriores (Kettunen, 2017; Laaksonen, 2022). Além disso, a falta de comunicação entre os profissionais pode levar a diferenças de significados, sutis ou não, ainda que os significantes encontrem semelhanças tanto na língua de partida quanto na de chegada (Evans, 2004; Hellmann, Patel, & Tsunogaya, 2021; Hellmann & Patel, 2021; Pan et al., 2015).

Como mencionado anteriormente, todos os constructos estabelecidos conversam entre si. A seguir, apresenta-se uma análise sobre a distinção de funções, já mencionada neste item.

4.2.3 Distinção entre funções

Para este constructo, observou-se que os entrevistados percebem duas questões principais: a falta de conhecimento técnico em contabilidade por parte dos tradutores e a falta de conhecimento da língua inglesa por parte dos profissionais contábeis (Archer & McLeay, 1991; King et al., 2021).

Apesar dos anos de experiência trabalhando majoritariamente com a versão de demonstrações financeiras à língua inglesa, as Entrevistadas 02 e 03 lembram que os tradutores não têm o conhecimento técnico sobre contabilidade.

Por exemplo, no meu caso, eu me considero leiga. Estou 16 anos traduzindo demonstração financeira, utilizo, tenho toda uma base, tenho conhecimento de muitos termos técnicos, mas eu sou leiga no assunto. Eu não posso falar que eu entendo de contabilidade, porque essa realidade, eu não entendo. Tem muita coisa ali que eu sei utilizar o termo técnico, mas eu não sei como é que funciona ali o processo por trás daquilo, né? (Entrevistada 03).

Como exemplo, a mesma entrevistada menciona que as siglas não desdobradas podem ser um problema. Muitas delas podem ter significados diversos e ao tradutor, não técnico, fica incumbida a tarefa de definir a qual deles a sigla se refere. Pela teoria do propósito, nesse caso o trabalho do tradutor poderia passar por revisão de um profissional com conhecimento técnico a fim de verificar se o objetivo da tradução foi atendido (Chidlow et al., 2014). Entretanto, como mencionado

anteriormente, há entrevistados que não acreditam que tal revisão ocorra, sobretudo pela suposta falta de conhecimento linguístico desses profissionais. Corrobora essa ideia o Entrevistado 05:

Tecnicamente os profissionais de contabilidade que atuam nessa, nessa produção de demonstrações financeiras são muito bons. Eles têm um bom nível, bom nível técnico. Mas o que eu gostaria de dizer é que,... do ponto de vista de de texto, que eles nos deem ouvidos..." (Entrevistado 05).

Mencionaram-se casos em que o próprio cliente ou solicitanteverte as demonstrações financeiras ao inglês e as envia para revisão. Segundo o Entrevistado 01, nesses casos, os tradutores costumam ter mais trabalho e, por vezes, acabam tendo de refazer tudo. Alguns entrevistados indicaram que deve haver atenção quando a tradução não passa pelo departamento, sobretudo com relação ao uso indiscriminado do *machine translation*, isto é, traduções automáticas que não são feitas por pessoas, mas por soluções de tecnologia. A Entrevistada 04, inclusive, menciona o risco de imagem da empresa caso erros crassos (lingüísticos ou conceituais) sejam cometidos na *machine translation* e não sejam revisados antes de o arquivo ser enviado ao cliente final. Em acordo, Appelman e Schmierbach (2018) constatam que um número elevado de erros gramaticais pode afetar a credibilidade do material redigido. Segundo a entrevistada, erros desse tipo não são incomuns.

Para a Entrevistada 02, o uso da tradução automática em si não é ruim. A grande questão é resultado não passar por alguém convedor da língua para revisão. Esse cuidado com a língua, com a comunicação escrita na língua inglesa, fica claro na fala da Entrevistada 06:

Olha, lembra que os tradutores estamos aqui, né? Estamos aqui para fazer esse trabalho. Então muitas vezes também pode ser que o profissional fale 'eu sei inglês ou eu me viro no inglês, então vou escrever direto', né? Isso pode dar muito problema porque é... em geral, essas pessoas não são especializadas em escrever em inglês. Elas não estudaram pra isso, sendo que nós tradutores estudamos para isso, né? (Entrevistada 06).

A questão do não se lembrar da existência dos tradutores é abordada por Venuti (2021). Quanto mais fluente for o texto de chegada, mais o leitor tende a enxergá-lo como se tivesse sido redigido diretamente pelo autor, ficando o tradutor cada vez mais invisível. O texto tende a ser lembrado com traduzido quando se encontram elementos que causem alguma estranheza no leitor (Venuti, 2019).

4.2.4 Desafios tradutórios

Para a questão sobre desafios enfrentados na realização do trabalho, os pontos principais constatados foram (i) a necessidade de prazo adequado e (ii) entendimento da redação em língua portuguesa.

A questão do prazo adequado e compatível é abordada pela Entrevistada 04. Segundo ela, alguns solicitantes parecem ter um entendimento no sentido de que o processo de tradução não demanda tempo, isto é, que pode ser feito rapidamente. Pensando-se na facilidade de uso do *machine translation*, discutida anteriormente, e na invisibilidade do trabalho dos tradutores (Venuti, 2021), faz sentido que os solicitantes imaginem que não há necessidade de prazos mais longos do que os por eles esperados. Entretanto, segundo os entrevistados, a tradução é um processo complexo, que exige interpretação de conceitos e pesquisa terminológica, o que requer tempo. Não é desconhecido dos entrevistados que os solicitantes também têm prazos apertados, tendo muitas vezes que trabalhar várias horas a mais em um dia para cumprir entregas, sobretudo no que a Entrevistada 04 chama de *peak* de auditoria.

Peak é o pico de de auditoria... normalmente vai de... final de fevereiro a junho mais ou menos. Que é quando as empresas... têm que arquivar as demonstrações financeiras anuais. Então essa é... uma época bastante corrida. Por isso volta o volume de de demonstração financeira, né? Porque eles têm um prazo para... arquivar essas demonstrações financeiras. (Entrevistada 04).

Combinado com o prazo, um outro desafio trazido pelos entrevistados é a qualidade da redação dos relatórios em língua portuguesa. Em tom de desabafo, a Entrevistada 02 menciona: “Bom, na nossa empresa, especificamente, português é muito mal escrito, né?... a gente precisa entender o português para traduzir para inglês. Uh... e português estando é.. enrolado, bagunçado, fica muito difícil”. Essa afirmação está de acordo com pesquisas que indicam a necessidade de profissionais e estudantes de contabilidade aprimorarem sua competência comunicacional, sobretudo a escrita (Dale-Jones et al., 2013; King et al., 2021; Rahman et al., 2019; Riley & Simons, 2016). Segundo a Entrevistada 04, os profissionais contábeis deveriam atentar-se mais à redação em língua portuguesa, pois há um risco de imagem que pode não ter sido percebido:

Porque não só... pro tradutor em si, mas... é um produto final que vai ser entregue para o [cliente] em português e inglês, né? E o... cliente... que que vai ler o relatório em português, ele também precisa entender, né? (Entrevistada 04)

O tentar compreender conceitos e ideias expressas em português escrito, com redação nem sempre clara, é um desafio mencionado pela maioria dos entrevistados. Às vezes, inclusive, falta padronização terminológica no texto de partida. O Entrevistado 01 menciona que há termos que aparecem de mais de uma forma. Como exemplo, cita *provisão para perdas de crédito esperadas*. Disse já ter visto diversas variações, algumas delas se misturando.

A não padronização terminológica no texto de partida pode levar à não padronização no texto de chegada. Fazendo-se uma conexão com os tópicos anteriores, deve-se lembrar que os tradutores não têm o conhecimento técnico para determinar se há diferenças conceituais entre os termos ou se são apenas a mesma forma de algo ser dito (Archer & McLeay, 1991) e nem sempre há a interação para a construção de um texto de chegada que cumpra o propósito da tradução (Vermeer, 2004). Um ponto sugerido pela Entrevistada 06 é que o preparador das demonstrações financeiras em português, que tem bom conhecimento técnico e experiência, volte à norma para consulta, isto é, baseie sua escrita nas normas a fim de evitar inconsistências.

Eventualmente, [o preparador das demonstrações financeiras] está se referindo a um CPC ou a uma norma internacional, e não... está usando exatamente como está na norma. Está falando do jeito dela, vamos dizer assim, entre aspas, e isso causa dificuldade porque a comunicação pode muitas vezes estar rompida e você precisa primeiro entender o que a pessoa quer dizer ali... Às vezes o profissional, assim, na minha percepção, às vezes, o profissional tem aquilo na cabeça ou já [diz] ‘lidei com essa norma tantas vezes, já... estudei isso tantas vezes, ah, vou escrever’ e começa a escrever do jeito dele, né? (Entrevistada 06).

Pensando-se no que propuseram Nobes e Stadler (2018), que os tradutores utilizassem a terminologia definida nas IFRS como base a fim de evitar desentendimentos, voltar à norma para redigir o texto das demonstrações financeiras em português pode permitir a padronização terminológica e estrutural, reduzindo-se, assim, a chance de rompimento na comunicação, isto é, ruído.

4.2.5 Equivalência em tradução

Para este constructo, perceberam-se variações na definição de equivalência. Para o Entrevistado 01, a palavra-chave é contexto. A terminologia escolhida pelo tradutor deve ser pesquisada em contextos semelhantes nas línguas de partida e de chegada. Um mesmo termo pode ter usos diferentes no contexto “língua do dia a dia” e no contexto da “terminologia contábil” (Alexander et al., 2018; Belkaoui, 1978; Huerta et al., 2013; Nobes, 2021; Riahi-Belkaoui, 1995). Termos específicos do contexto contábil, sobretudo os que se encontram nas IFRS e suas traduções oficiais, tendem a apresentar menos problemas de tradução exatamente porque contam com referências nas normas (Huerta et al., 2013). Dessa forma, segundo o entrevistado, cabe ao tradutor estabelecer essa diferença entre os contextos e buscar, na língua de chegada, o termo adequado àquele determinado contexto.

As Entrevistadas 02, 03 e 04 indicam procedimentos que se aproximam da equivalência direcional (Pym, 2007, 2017). Sendo a ciência contábil uma ciência social, as traduções lidam com elementos linguísticos e culturais específicos de cada país que podem não encontrar correspondência direta em relação à língua de partida (Evans, 2004; Laaksonen, 2021; Pan et al., 2015). Nesse sentido, para as entrevistadas, a modalidade explicitação faz-se necessária sempre que deparam com algum termo específico do Brasil, conforme fala da Entrevistada 04: “é um desafio que há muitas vezes,... a gente não consegue encontrar um termo equivalente em inglês, então a gente precisa... fazer uma explicação, na verdade, do termo.” Nas demonstrações financeiras, as entrevistadas tendem a encontrar esse tipo de situação principalmente nas notas explicativas sobre tributos e contingências.

Vale ressaltar que as demonstrações financeiras não têm apenas termos contábeis. Há notas explicativas em que as empresas descrevem processos industriais, itens vendidos, seu ativo imobilizado, nas quais a equivalência natural (Pym, 2007, 2017) pode também ser utilizada, como também menciona a Entrevistada 04 ao descrever um exemplo de busca do nome de uma determinada peça em português e inglês: “[Em busca na Internet,] você... tem que pegar a foto... da peça em português,... a foto da peça inglês pra ver se é a mesma coisa e colocar...”.

Os Entrevistados 05 e 06 apresentaram ideias de equivalência um pouco menos específicas, no sentido de que ao tradutor cabe transmitir a mensagem, o conteúdo do texto de partida ao leitor do texto de chegada. Parecem estar no que

Berman (2002) chama de “drama do tradutor”, isto é, entregar um texto que não seja demasiadamente apegado ao de partida, o que poderia causar estranheza no leitor, nem um texto que se concentre excessivamente no leitor, podendo alguma informação ser perdida na comunicação. Isso se verifica na fala do Entrevistado 05:

O que eu entendo por equivalência é você ter a capacidade de... transmitir a mensagem que consta no texto original... com competência... de uma forma que não causa estranheza e de uma forma que não deturpe o original. (Entrevistado 05).

Outro ponto levantado pelo Entrevistado 05 foi o de que, nas traduções, devem ser levados em consideração os elementos extratextuais, que dependem de conhecimentos extrínsecos ao texto. Menciona isso no contexto do uso do *machine translation*, que, segundo o entrevistado, traduz o texto que for inserido na ferramenta, deixando de lado esses elementos.

Os dois próximos itens também estão relacionados à questão da equivalência. O primeiro trata das preocupações dos tradutores com relação à língua de chegada e o segundo, dos recursos por eles utilizados a fim de garantir a adequação terminológica.

4.2.6 Inglês como língua estrangeira

Este constructo se dedica a verificar o que os entrevistados levam em consideração no que diz respeito ao inglês, língua de chegada, na versão das demonstrações financeiras. Em acordo, o departamento adota a grafia dos Estados Unidos ainda que a das IFRS seja britânica. Parker (2001) indica essa preferência pelo inglês americano nas demonstrações financeiras, sobretudo em relação à terminologia adotada. De acordo com a Entrevistada 06, essa definição em relação à grafia foi importante pois nem sempre o tradutor tem acesso a que país se destinam as demonstrações financeiras em inglês. Entretanto, menciona que é importante ter conhecimento sobre variações da língua por localidade devido à eventual necessidade de adaptação mediante solicitação.

A pesquisa terminológica apareceu como preocupação de mais de um entrevistado. O Entrevistado 01, por exemplo, procura verificar se o uso de determinado termo está adequado em relação ao contexto, o que vai além de uma busca no dicionário.

Eu acho que a preocupação que eu tenho maior sempre se dá com relação a contextos... se a terminologia que eu estou usando está adequada para o contexto em que eu tô... traduzindo, né? Eu já vi alguns comentários do tipo, ‘ah, mas isso daqui está no dicionário.’ Tá, muita coisa está no dicionário. Mas... são contextos. (Entrevistado 01).

Os comentários das Entrevistadas 02, 03 e 04 convergem no sentido de que sua maior preocupação é em relação à pesquisa e ao uso de termos técnicos. No que diz respeito à língua em si, a Entrevistada 02 menciona que o importante é “tentar passar a informação correta”. Já a Entrevistada 03 entende ser importante “transmitir a mensagem” e manter “a redação de forma bem técnica, mas com naturalidade na língua de chegada, isto é, “manter a forma que eles escrevem lá fora”. Não menciona, no entanto, a que região geográfica se refere o “lá fora”.

A ideia de que o importante da versão realizada é transmitir a informação está em acordo com Parker (2001), segundo quem existe uma língua inglesa que não se restringe aos territórios em que o inglês é considerado o idioma oficial. O *World English* é um fenômeno linguístico (isto é, uma língua utilizada como meio de comunicação) que contém elementos que ainda permitem sua identificação como inglês, mas com adaptações feitas pelos usuários com base em seu histórico cultural e linguístico (Rajagopalan, 2012). Utilizar *World* para se referir ao inglês indica a existência de uma língua elegida para a comunicação entre países, mas que não é necessariamente a mesma utilizada nos Estados Unidos, no Reino Unido ou na Austrália, por exemplo. Os nativos desses países, inclusive, podem sentir-se um tanto quanto confusos e incomodados ao ouvir ou ler algo produzido por meio desse fenômeno linguístico (Rajagopalan, 2012).

O Entrevistado 05 indica que, como decisão tradutória (Berman, 2002), busca refletir sobre a língua de forma a não causar estranheza ao leitor. Essa reflexão, segundo o entrevistado, é o que diferencia o trabalho realizado por um tradutor humano daquela tradução realizada pela máquina. Menciona que devem ser pensados elementos extratextuais, os quais advêm da vivência e da experiência de quem produz o texto em língua inglesa. Em acordo, a Entrevistada 06 afirma que a tradução é um trabalho intelectual, que exige reflexão, além de excelente conhecimento tanto da língua de partida quanto da língua de chegada. É a partir desse conhecimento de língua (Archer & McLeay, 1991) e de pesquisas realizadas que o tradutor pode oferecer clareza no texto produzido em inglês (González, 2019).

4.2.7 Recursos para adequação terminológica

Como recursos utilizados no processo de tradução a fim de que se obtenha adequação terminológica, surgiram dois tópicos principais: (i) pesquisa e (ii) uso de tecnologia. No que diz respeito à pesquisa, todos os tradutores foram unâimes em afirmar que buscam não apenas a terminologia nas IFRS, mas também o formato da redação. O Entrevistado 05 indica que as normas internacionais são a principal fonte de pesquisa:

Nós nos pautamos aqui na [firma de auditoria], basicamente, em primeiro lugar, pelas chamadas IFRS, International Financial Reporting Standards. É... o que a gente chama de authoritative literature, ou seja, é a literatura técnica... que fundamenta os conceitos contábeis que são utilizados na hora de você fazer a versão da demonstração financeira do português para o idioma de chegada. (Entrevistado 05).

Em acordo, Nobes e Stadler (2018) sugerem que os tradutores utilizem a terminologia tal qual se encontra nas IFRS (o que chamam de *proximate translation*). No entanto, nem sempre a pesquisa se dá de forma tranquila, já que um mesmo conceito pode aparecer de diversas formas em português, seja na tradução oficial das IFRS, seja no CPC, seja na escolha terminológica do preparador das demonstrações financeiras (González, 2019; Nobes & Stadler, 2018). Nesse sentido, o Entrevistado 01 indica mais uma vez a importância de procurar o contexto de uso dos termos nas próprias normas.

Outra fonte de pesquisa utilizada pelos entrevistados consiste em modelos elaborados pela própria firma de auditoria de acordo com as IFRS para vários segmentos econômicos. Os Entrevistados 01, 02, 04 e 05 afirmam utilizá-lo com frequência, visto que o texto das demonstrações financeiras costuma ser muito parecido com o do modelo, sobretudo nas notas sobre políticas contábeis. Modelos ou textos paralelos também são uma fonte válida de pesquisa terminológica, mas devem ser utilizados com cautela, visto que a terminologia nem sempre é atualizada (González, 2019). No caso dos entrevistados, o modelo com que contam é atualizado anualmente e reflete as alterações nas normas internacionais.

No que diz respeito ao uso da tecnologia, os Entrevistados 02 e 05 afirmam que são proibidos de usar o *Google Translate*, ferramenta de tradução automática (*machine translation*), por motivos de privacidade, isto é, confidencialidade das informações com que trabalham. A própria firma de auditoria conta com um tradutor automático, bem menos eficaz segundo a Entrevistada 02, mas que, em sua opinião,

ajuda a “economizar dedos”: permite que o tradutor se concentre mais no trabalho intelectual e menos no trabalho manual. Ressalva, juntamente com os Entrevistados 04 e 05, que seu uso deve ser cauteloso. A ferramenta traz uma quantidade considerável de erros, que devem ser revisados por um humano com bom conhecimento das línguas de partida e de chegada, conforme mencionado anteriormente (Evans et al., 2015).

Além da adequação, os entrevistados afirmam que é necessário manter a consistência terminológica nas traduções. No departamento, contam com uma *CAT tool* (*computer-assisted translation tool*, ou ferramenta de tradução assistida por computador) chamada Wordfast, como menciona a Entrevistada 04: “quando eu recebo a demonstração financeira aqui na na [firma de auditoria],... a gente usa uma ferramenta de tradução, que é o Wordfast.... nós temos memórias compartilhadas”. Essa memória, segundo o Entrevistado 01, consiste em um arquivo no formato .txt em que é possível ter acesso a conteúdos já traduzidos pelo departamento.

A Entrevistada 03 diz que a ferramenta busca na memória informações recorrentes, isto é, o “que está idêntico ao relatório anterior”. Nesse caso, o tradutor revisa essa informação, atentando-se a valores, datas e terminologia, e faz as alterações necessárias. O texto não idêntico a relatórios anteriores é traduzido. Uma prática mencionada pela entrevistada é deixar os textos novos traduzidos destacados para que se faça uma revisão final, que visa a manter a consistência terminológica.

O uso de *CAT tools* é exigido no processo de tradução oficial das IFRS (IFRS, 2020) e auxilia os tradutores na tarefa de manter a consistência terminológica. Vale ressaltar que eles não precisam aceitar o que a memória traz, tendo a liberdade de fazer as alterações que julgarem necessárias, seja para fins de atualização, seja para fins de correção de alguma informação (Evans et al., 2015).

Outro ponto mencionado pelos tradutores, também envolvendo tecnologia, é o uso de um glossário compartilhado, em que se registram os termos discutidos e acordados pela equipe. As discussões, que costumam ocorrer via Teams, são percebidas como positivas no sentido de fomentar o trabalho em grupo, em que um integrante da equipe ajuda o outro na busca de termos novos, além de manter o contato entre eles, como menciona a Entrevistada 03:

A gente aqui também trabalha... em grupo, trabalha para uma empresa. Então, uma coisa muito legal que a gente tem aqui é que a gente, por exemplo, apareceu um termo novo que eu nunca vi, né? Eu jogo lá no grupo, ‘olha, alguém já viu isso.... alguém já traduziu isso e tal?’. É muito legal isso. Às vezes,

o colega já fez uma pesquisa em cima daquilo, já apareceu para ele, outro pesquisou e encontrou de outra forma e a gente acaba entrando em consenso e utilizando aquele termo. (Entrevistada 03).

Para equipes pequenas, isso parece funcionar. Para grupos maiores (como no caso de tradutores que trabalham para agências de tradução), em que não há necessariamente esse contato próximo, o uso das *CAT tools* funciona como uma tentativa de manter a consistência, embora nem sempre os tradutores estejam dispostos a aceitar as traduções anteriores (Evans et al., 2015).

4.3 Demonstrações financeiras

A análise das traduções encontradas nas notas explicativas das demonstrações financeiras das 12 empresas selecionadas levou em consideração os 14 termos escolhidos pelos tradutores (com base nos pronunciamentos contábeis). Não se encontrou ocorrência de “planta portadora”, motivo pelo qual o termo não foi incluído na análise. No total, extraíram-se 1.356 traduções. A seguir, analisam-se as traduções encontradas para cada um dos termos.

4.3.1 Cliente

Encontraram-se 168 traduções para “cliente”, conforme a Tabela 11.

Tabela 11
Traduções encontradas para “cliente”

Traduções encontradas	Total	%
Cliente> <i>customer</i>	87	51,79%
Cliente> <i>client</i>	13	7,74%
Contas a receber de clientes> <i>trade receivables</i>	48	28,57%
Contas a receber de clientes> <i>trade accounts receivable</i>	16	9,52%
Cliente>vazio	2	1,19%
Prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes> <i>DSO</i>	2	1,19%
Total	168	100%

Customer (IFRS 15, 2014) conta com 87 ocorrências (51,79%). *Client*, utilizado mais para quem recebe serviços profissionais (ex., serviços contábeis e de arquitetura), conta com 13 ocorrências (7,74%). Ressalta-se que a definição encontrada na IFRS e no CPC não faz distinção entre serviços profissionais ou não, de forma que *customer* seria a forma considerada *proximate*. Os Entrevistados 01 e 06 indicam que pode haver alguma dúvida no uso de um ou de outro termo, o que pode ser corroborado nas demonstrações financeiras em inglês.

Observou-se um caso em que o próprio título da IFRS 15 (*Revenue from Contracts with Customers*) foi traduzido com *client* (IFRS 15 - *Contract revenue with client*). Isso é indicativo que não se utilizou a norma como fonte de pesquisa terminológica conforme sugerido por González (2019) e Nobes e Stadler (2018). Outro exemplo indicativo e também com o título da norma é *Customer Contract Revenue*. Além disso, verificaram-se nas demonstrações casos de falta de consistência terminológica, com o uso muito próximo de *customer* e *client* no mesmo contexto. Exemplos são *receivables from customers* e *receivables from clients*, em uma demonstração, e *number of customers* e *number of clients* em outra. Neste último caso, uma tradução foi utilizada logo em seguida à outra, o que, além da inconsistência, pode indicar a ausência de revisão por parte do tradutor, algo necessário segundo a Entrevistada 03.

Outras traduções encontradas faziam parte de uma expressão, não sendo considerado apenas o termo isolado. Para “prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes”, observou-se o uso da modulação na versão à língua inglesa, *days sales outstanding* (DSO), que não traz o termo “cliente”, mas indica o prazo médio em dias que as vendas ficam em aberto, ou seja, a receber. “Contas a receber de clientes” apresentou duas variações: *trade receivables* (28,57%) e *trade accounts receivable* (9,52%). Percebe-se que, em ambos os casos, “cliente” desaparece, mas inclui-se *trade*, que indica que o contas a receber (*accounts receivable*) está relacionado a uma atividade de venda de produtos/mercadorias ou serviços. Apesar de não contarem com definição encontrada no glossário disponibilizado pela Fundação, *trade receivables* consta na IFRS 9 (2014) como termo correspondente a “contas a receber” no Pronunciamento Técnico CPC 48 (2014).

Houve dois casos em que se utilizou a modalidade implicitação (indicado como vazio na tabela), não havendo correspondente direto para “cliente” no texto em inglês. No primeiro, faz-se menção apenas a valores em atraso e em aberto; no segundo, valores a receber de partes relacionadas. No português, explicita-se que em ambos os casos há uma relação com clientes.

4.3.2 Colheita

O termo “colheita” apresentou três ocorrências, mas nas demonstrações de apenas uma empresa. Nos três casos, foi traduzido como *harvest*, termo com definição encontrada na IAS 41 (2001), motivo pelo qual são considerados *proximate*.

4.3.3 Coligada

Para “coligada”, encontraram-se 97 traduções:

Tabela 12

Traduções encontradas para “coligada”

Traduções encontradas	Total	%
Coligada> <i>associate</i>	73	75,26%
Coligada> <i>affiliated company</i>	3	3,09%
Coligada> <i>associated company</i>	9	9,28%
Coligada> <i>affiliate</i>	9	9,28%
Coligada> <i>affiliated project</i>	1	1,03%
Coligada>vazio	2	2,06%
Total	97	100%

Consideram-se *proximate* as 73 ocorrências (75,26%) que incluíram o termo *associate*, definido na IAS 28 (2014). Observa-se o uso da modulação em quase todas as traduções encontradas, exceto para os dois casos em que as demonstrações financeiras em inglês de uma mesma empresa não trouxeram o termo. Nesses dois casos, verifica-se o uso da modalidade omissão, já que não há um significante nas tabelas encontradas nas demonstrações em inglês que permita recuperar o significado de “coligada”. Em português, mencionam-se “controladas, controladas em conjunto e coligadas”; em inglês, simplesmente *subsidiaries* e *jointly-controlled*. Em *affiliated company*, *associated company* e *affiliated project*, além da modulação, observa-se o uso da transposição, já que uma palavra foi desdobrada em duas.

Percebe-se que a variação de termos está relacionada ao que trazem os Entrevistados 02 e 05. Segundo eles, antes de 2010, isto é, antes da obrigatoriedade das IFRS no Brasil, utilizavam *affiliate* para “coligada”. A fala de ambos indica o uso das normas como fonte de pesquisa, em acordo com González (2019) e Nobes e Stadler (2018): “*coligada, uh... A gente costumava usar affiliate e aí, eu acho que foi a IFRS, né, que trouxe associate, ou foi o [modelo da empresa]?*” (Entrevistada 02) e “*Coligada também dá problema e eu coloquei aqui: as IFRS trazem associate. Termo,*

conceito, conceitualmente consagrado como coligada desde aproximadamente 2010, mas muitos usuários ignoram esse fato.” (Entrevistado 05).

4.3.4 Desreconhecimento

O termo “desreconhecimento”, cuja definição se encontra nos Pronunciamentos Técnicos CPC 48 (2016) e CPC 00 (R2) (2019), não é um termo que faz parte do vocabulário da língua portuguesa. Considera-se um decalque do termo em inglês, *derecognition*, definido na IFRS 9 (2014) e no *Conceptual Framework* (2018). Nas demonstrações financeiras analisadas, ampliou-se a busca: além de “desreconhecimento” e suas variações (ex., desreconhecer), considerou-se “baixa”, conforme sugerido pela Entrevistada 04. As traduções coletadas encontram-se na Tabela 13 a seguir:

Tabela 13

Traduções encontradas para “desreconhecimento”

Traduções encontradas	Total	%
Desreconhecimento> <i>derecognition</i>	42	19,09%
Baixa> <i>derecognition</i>	9	4,09%
Baixa> <i>write-off</i>	149	67,73%
Baixa> <i>write-down</i>	1	0,45%
Baixa> <i>disposal</i>	18	8,18%
Vazio> <i>derecognition</i>	1	0,45%
Total	220	100%

Observa-se que 67,73% das traduções encontradas correspondem ao par baixa>*write-off*, isto é, traduções *non-proximate*. Segundo o Entrevistado 01, parece não haver clareza na distinção entre *derecognition* e *write-off*, podendo ser utilizados de forma intercambiável:

*Eu também acho... que causa um pouco de dúvida, porque a gente tem *derecognition*, tem o *write-off*. Eu não tenho... tanta clareza qual a diferença ali, porque muitas vezes elas aparecem de forma, né, é se diz em inglês *interchangeable*, né? Tipo, você pode usar um ou outro. (Entrevistado 01)*

A ocorrência baixa>*disposal* também foi mencionada como possibilidade pela Entrevistada 04. É uma forma de explicitar o fato de que o desreconhecimento se dá por alienação. Em 4,09% das traduções encontradas, utilizou-se uma tradução *proximate* para “baixa”, o que pode ser indicativo de uso das normas como fonte de pesquisa.

O último item da tabela, vazio>*derecognition*, consiste em sentença inteira em inglês que não consta nas demonstrações em português. Isso pode indicar a que a tradução não foi revisada nem pelo tradutor, nem pelo cliente final. Isso corrobora as ideias apresentadas pelas Entrevistadas 02, segundo quem o profissional contábil que solicita a tradução deveria conhecer um pouco mais da língua inglesa para revisar o trabalho, e 03, segundo quem a revisão do trabalho pronto é fundamental.

4.3.5 Perda de crédito esperada

Para “perda de crédito esperada”, encontraram-se 110 traduções, conforme a Tabela 14 a seguir:

Tabela 14

Traduções encontradas para “perda de crédito esperada”

Traduções encontradas	Total	%
Perda de crédito esperada> <i>expected credit loss</i>	61	55,45%
Perda de crédito esperada> <i>expected loan losses</i>	8	7,27%
Perda de crédito esperada> <i>loan losses</i>	2	1,82%
Perdas estimadas com crédito> <i>provision for ECL</i>	6	5,45%
Perda de crédito esperada> <i>expected receivable loss</i>	1	0,91%
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa> <i>expected loss</i>	1	0,91%
Perda esperada> <i>expected loss</i>	12	10,91%
Perda de crédito esperada> <i>estimated credit loss</i>	1	0,91%
Insuficiência de perdas esperadas sobre créditos> <i>impairment losses on trade receivables</i>	1	0,91%
Perda estimada> <i>expected loss</i>	1	0,91%
Perdas estimadas com crédito> <i>allowance for ECL</i>	1	0,91%
Perdas de crédito esperadas> <i>impairment loss on trade and other receivables</i>	15	13,64%
Total	110	100%

Em mais da metade dos casos (55,45%), observou-se o uso de traduções *proximate*, conforme os termos encontrados na IFRS 9 (2014) (*expected credit losses* - ECL) e no Pronunciamento Técnico CPC 48 (2016) (*perda de crédito esperada*). Nesse caso, o uso da transposição parece ser o caminho mais simples, ainda que não se consultem as normas como fonte de pesquisa. Apesar disso, encontram-se outras traduções, como *expected loan losses*, *loan losses*, *expected receivable loss* e *estimated credit loss*. No caso de perdas esperadas em relação a empréstimos, a IFRS 9 traz *expected credit losses on loan commitments*. No caso das traduções

encontradas, houve uma implicitação e, por esse motivo, não são consideradas *proximate*.

Apesar de não serem consideradas *proximate*, as outras traduções encontradas tendem a indicar uma forma de estimativa ou cálculo realizado a fim de determinar se pode haver redução no valor dos ativos. É o caso do uso de *allowance*, *estimated*, *impairment* ou até mesmo *provision*. *Allowance* e *provision for expected credit losses* foram utilizados pela mesma empresa em contextos semelhantes, o que pode também indicar a falta de consistência terminológica e de revisão.

4.3.6 Evento subsequente

Houve poucas ocorrências de “evento subsequente”. Nas traduções, apareceram de duas formas: cinco ocorrências de *subsequent events* (62,50%) e três de *events after the reporting period* (37,50%). A IAS 10 (2003) traz esta última como termo definido, sendo, portanto, a tradução considerada *proximate*. Em português, a norma traduzida traz “eventos após o período de relatório”, enquanto o Pronunciamento Técnico CPC 24 (2009) traz “evento subsequente”. Observa-se que a maior parte das traduções encontradas nas demonstrações em inglês utilizam uma transposição para o termo e não o que se encontra na norma internacional.

O Entrevistado 01 menciona que costuma encontrar as duas traduções em inglês, mas que o modelo por ele seguido traz o termo tal qual a IAS. A Entrevistada 06 também indica o uso do termo encontrado na IAS em inglês: “antigamente, na firma, usávamos *subsequent events* o ou *event*, mas nós mudamos, se não me engano, é o que está na IFRS, *events after the reporting period*”. Isso indica, mais uma vez, o uso das normas como fonte de pesquisa (González, 2019; Nobes & Stadler, 2018).

4.3.7 Data de início do arrendamento

“Data de início do arrendamento” foi indicado pelos Entrevistados 01 e 02. Segundo eles, existem algumas possibilidades, todas encontradas nas demonstrações financeiras analisadas:

Tabela 15

Traduções encontradas para “data de início do arrendamento”

Traduções encontradas	Total	%
Início do arrendamento> <i>lease begins</i>	1	4,35%
Início do contrato> <i>beginning of the contract</i>	2	8,70%
Data de início do contrato> <i>commencement date</i>	13	56,52%
Início de um contrato> <i>beginning of an agreement</i>	1	4,35%
Celebração do contrato> <i>entering into a contract</i>	1	4,35%
Início de um contrato> <i>contract inception</i>	2	8,70%
Data de início do arrendamento> <i>lease start date</i>	2	8,70%
Data de início de um arrendamento> <i>Initial date of the lease</i>	1	4,35%
Total	23	100%

A IFRS 16 (2016) traz o termo *commencement date of the lease* em inglês e “data de início do arrendamento” em português, tradução adotada também no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) (2017). Os termos *lease begins* (transposição com verbo), *beginning of the contract*, *lease start date* e *initial date of the lease* foram usados no mesmo contexto de *commencement*, isto é, quando o ativo subjacente está disponível para uso pelo arrendatário. O Entrevistado 01 indica que escolhas terminológicas como essas encontradas fazem sentido, mas não são adequadas. Segundo ele, é necessário refletir sobre a adequação e usar as normas como apoio. Observa-se nas traduções encontradas que a terminologia técnica existente deixa de ser usada, sendo substituída por palavras da língua do dia a dia, como *start* ou *beginning*, o que pode levar problemas de comunicação. A terminologia técnica, apesar de ter origem em palavras do dia a dia, conta com definição específica (Nobes & Stadler, 2018), como no caso do *commencement date*.

A Entrevistada 02 menciona que há uma certa confusão entre *inception date* e *commencement date*, o que se verifica nas demonstrações financeiras analisadas. *Inception date of the lease* (data de celebração do arrendamento no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) (2017)), entretanto, tem relação com o contrato em si, isto é, data do contrato ou a data em que arrendador e arrendatário confirmam o compromisso com os principais termos e condições do arrendamento. Com a ideia de *inception*, encontraram-se *beginning of an agreement* e *contract inception* (início de um contrato) e *entering into a contract* (celebração do contrato). Mais uma vez, verifica-se o uso não técnico da terminologia, como em *beginning of* (início) e *entering into* (celebrar).

4.3.8 Participação de não controladores

Para “participação de não controladores”, o cenário encontrado foi de 24,24% com traduções *non-proximate (minority shareholders e non-controlling shareholders)*, conforme a Tabela 16 a seguir:

Tabela 16

Traduções encontradas para “participação de não controladores”

Traduções encontradas	Total	%
Acionistas minoritários> <i>minority shareholders</i>	2	6,06%
Participação de acionistas não controladores> <i>non-controlling interests</i>	11	33,33%
Acionistas não controladores> <i>non-controlling shareholders</i>	6	18,18%
Não controladores> <i>non-controlling interests</i>	4	12,12%
Participação não controlador> <i>non-controlling interest</i>	3	9,09%
Acionistas não controladores> <i>non-controlling interests</i>	7	21,21%
Total	33	100%

As IFRS 3 (2008) e IFRS 10 (2011) trazem *non-controlling interests* para o que os Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) (2011) e CPC 36 (R3) (2012) trazem como “participação de não controladores” e “participação de não controlador”, respectivamente. O Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1) (2011) menciona, nas definições, que o termo anteriormente utilizado era “minoritários”. Observa-se que, neste item, a variação maior ocorre na língua portuguesa, com formas diversas de informar um mesmo conceito. Isto está de acordo com a fala da Entrevistada 06, que sugeriu que os preparadores das demonstrações financeiras voltassem às normas com o objetivo de padronizar a escrita, evitando rompimentos na comunicação (Nobes & Stadler, 2018).

4.3.9 Provisão

O termo “provisão” foi mencionado por quatro dos seis entrevistados como possivelmente problemático. As traduções encontradas nas demonstrações financeiras foram classificadas conforme a Tabela 17 a seguir:

Tabela 17
Traduções encontradas para “provisão”

Traduções encontradas	Total	%
Provisão> <i>provision</i> (CPC 25)	270	55,90%
Provisão> <i>provision</i> (diversos)	166	34,37%
Provisão> <i>allowance</i> (CPC 48)	21	4,35%
Perdas estimadas> <i>provision</i>	4	0,83%
Provisão>vazio	22	4,55%
Total	483	100%

Dois grupos macro foram identificados com o termo: “provisão” (Pronunciamento Técnico CPC 25, 2009) e “provisão para perda” (Pronunciamento Técnico CPC 48, 2016), correspondentes a *provision* (IAS 37, 1998) e *loss allowance* (IFRS 9, 2014), respectivamente. Para o primeiro caso, 55,90% das traduções encontradas são consideradas *proximate*. Para o segundo, 4,35% apenas. Em 34,37% dos casos, identificou-se o uso de *provision* para outros conceitos que não o definido no Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009). Dentre eles, a própria ideia de provisão para perda. Segundo a Entrevistada 03, isso pode resultar de uma tradução literal não informada, isto é, sem que se faça a pesquisa para embasamento.

Allowance eu aprendi que você vai usar ali nas contas de ativo, né? Porque é, é um valor que você vai deduzir... O provision é o montante incerto que você não tem... e fica lá nas contas de passivo. Então isso é uma informação técnica pra mim, isso é uma informação que eu não como tradutora, eu tenho que buscar, né? Então aí um tradutor pega lá... provisão para perdas. ‘Ah, eu vou usar provision for loss’. Não tem não, não tem noção daquele impacto da diferença. Então a gente tem que buscar um pouquinho, saber da área, o que que funciona, né? (Entrevistada 03).

Outro uso do termo “provisão” encontrado nas demonstrações financeiras em português e vertido como *provision* nas demonstrações em inglês foi o que o item 11 do Pronunciamento Técnico CPC 25 (2009) chama de “passivos derivados de apropriação por competência” (em inglês, *accruals*), como provisão para férias e provisão de juros sobre empréstimos. Nesses casos, não há a incerteza do prazo ou valor de desembolso, que fazem parte do conceito de *provision*.

Em 4,55% dos casos, não se encontrou tradução direta de “provisão” nas demonstrações em inglês. Como exemplo, tem-se o uso de *impairment* para se referir ao cálculo de uma estimativa de redução ao valor recuperável, para o qual a tradução optou por não utilizar o termo *allowance* (IFRS 9, 2014).

Observa-se, neste item, que a pesquisa terminológica não se faz necessária somente para a versão das demonstrações ao inglês, mas também para sua preparação em língua portuguesa, conforme indica a Entrevistada 06. No inglês, a adequação do termo utilizado faz-se necessária para que não se utilize uma conta apresentada no passivo (*provision*) como redutora de ativo (*allowance*) e para que não se coloque incerteza quanto ao valor ou prazo de desembolso de passivos cuja apropriação se dá por competência (*accruals*).

4.3.10 Remuneração

Remuneração consiste em todo o pacote de benefícios a empregados ou administradores pagos em contrapartida ao trabalho exercido (Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), 2010), incluindo, por exemplo, pagamento baseado em ações, benefícios rescisórios e pós-emprego. Com esse sentido, encontraram-se *compensation* (42,34%) e *remuneration* (44,53%) nas demonstrações financeiras em língua inglesa, conforme a Tabela 18 a seguir:

Tabela 18

Traduções encontradas para “remuneração”

Traduções encontradas	Total	%
Remuneração> <i>compensation</i>	58	42,34%
Remuneração> <i>remuneration</i>	61	44,53%
Remuneração> <i>wage</i>	3	2,19%
Remuneração> <i>salary</i>	9	6,57%
Remuneração baseada em ações> <i>share-based payment</i>	4	2,92%
Remuneração variável> <i>performance award</i>	2	1,46%
Total	137	100%

Tanto uma tradução quanto a outra refere-se a esses benefícios. Entretanto, o termo definido na IAS 24 (2009) é *compensation*, de forma que se consideram traduções proximate 58 casos (42,34%). *Wage* (2,19%) e *salary* (6,57%) (ordenado e salário, respectivamente) fazem parte da remuneração, mas não abarcam todos os elementos que formam seu significado conforme o CPC 05 (R1) (2010).

4.3.11 Resultado contábil

Resultado contábil consiste no lucro ou prejuízo antes dos tributos sobre o lucro (Pronunciamento Técnico CPC 32, 2009). Na IAS 12 (1996), o termo correspondente é *accounting profit*, isto é, lucro contábil, apesar de a definição incluir lucro ou prejuízo.

Tanto em inglês quanto em português, observa-se o uso do adjetivo “contábil”, por meio do qual se estabelece uma distinção com o lucro tributável ou prejuízo fiscal. Assim, a busca nas demonstrações financeiras incluiu apenas lucro, prejuízo ou resultado contábil (com o adjetivo), motivo pelo qual se entende haver poucas ocorrências.

Tabela 19

Traduções encontradas para “resultado contábil”

Traduções encontradas	Total	%
Lucro/prejuízo contábil> <i>Profit (loss)</i>	1	33,33%
Resultado contábil> <i>accounting result</i>	1	33,33%
Lucro contábil> <i>accounting income</i>	1	33,33%
Total	3	100%

Observa-se que nenhuma das traduções pode ser considerada *proximate*. As escolhas consistem em transposições com palavras traduzidas literalmente. Isso pode indicar a falta de conhecimento da terminologia técnica pelo tradutor ou do pouco conhecimento de língua inglesa do profissional contábil responsável pelas demonstrações financeiras (Archer & McLeay, 1991). Em outros casos encontrados, percebeu-se que é possível depreender o significado do termo pelo contexto. Em geral, aparece em tabelas pouco antes da dedução dos tributos sobre o lucro.

4.3.12 Valor residual

Encontraram-se duas traduções para “valor residual” com 31 ocorrências no total: 23 como *residual value* (74,19%), consideradas *proximate*, e oito como *net book value* (25,81%). Os Entrevistados 01 e 06 indicaram que costumavam usar *net book value*, mas passaram a adotar o *residual value*, que é o termo encontrado na IAS 16 (2003) e na IAS 38 (2004). No Brasil, o termo encontra-se nos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (2009) e CPC 04 (R1) (2010). Consiste em uma estimativa de valor que a empresa espera obter com a venda de itens do imobilizado ou intangível, após a dedução das despesas estimadas para a venda.

4.3.13 Vencido

“Vencido” é um termo definido no Pronunciamento técnico CPC 48 (2016) e está relacionado ao não pagamento de um ativo financeiro na data estabelecida em contrato. Em inglês, o termo *proximate (past due)* encontra-se na IFRS 9 (2014). Nas

demonstrações estudadas, observou-se o uso do termo principalmente nas notas explicativas que versam sobre contas a receber, indicando títulos vencidos e a vencer. As traduções encontradas estão na Tabela 20 a seguir:

Tabela 20
Traduções encontradas para “vencido”

Traduções encontradas	Total	%
Vencido> <i>overdue</i>	14	35,00%
Vencido> <i>past due</i>	12	30,00%
A vencer> <i>due</i>	2	5,00%
A vencer> <i>not overdue</i>	2	5,00%
A vencer> <i>falling due</i>	3	7,50%
A vencer> <i>not yet due</i>	3	7,50%
A vencer> <i>current</i>	3	7,50%
A vencer> <i>to become due</i>	1	2,50%
Total	40	100%

Observa-se que o termo considerado *proximate* é encontrado em 30% dos casos. Segundo a Entrevistada 02, existe uma diferença sutil entre *overdue* e *past due*. Percebe-se que *overdue* (35%) também traz a ideia de que algo não foi pago quando deveria. Entretanto, como termo definido pela Fundação e mais específico, *past due* inclui em seu conceito que o atraso está relacionado a um ativo financeiro da empresa. No caso de “a vencer”, observam-se variações nas demonstrações em inglês, quase todas incluindo *due*, que está relacionado a algo que se deve.

4.3.14 Termos proximate e non-proximate

No total, das 1.356 traduções extraídas, constataram-se 710 (52,36%) traduções *proximate* e 646 (47,64%) *non-proximate*, conforme as Tabelas 21 e 22.

Tabela 21

Termos proximate e non-proximate

Termo	Proximate		Non-proximate		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Cliente	87	51,79%	81	48,21%	168	100%
Colheita	3	100,00%	-	0,00%	3	100%
Coligada	73	75,26%	24	24,74%	97	100%
Data de início do arrendamento	13	56,52%	10	43,48%	23	100%
Desreconhecimento	52	23,64%	168	76,36%	220	100%
Evento subsequente	3	37,50%	5	62,50%	8	100%
Participação de não controladores	25	75,76%	8	24,24%	33	100%
Perda de crédito esperada	68	61,82%	42	38,18%	110	100%
Provisão	291	60,25%	192	39,75%	483	100%
Remuneração	58	42,34%	79	57,66%	137	100%
Resultado contábil	-	0,00%	3	100,00%	3	100%
Valor residual	23	74,19%	8	25,81%	31	100%
Vencido	14	35,00%	26	65,00%	40	100%
Total	710	52,36%	646	47,64%	1.356	100%

Excetuando-se “colheita”, que teve apenas três ocorrências, observa-se que “participação de não controladores” (75,76%), “coligada” (75,26%) e “valor residual” (74,19%) são os termos com mais traduções *proximate*. Segundo os entrevistados, estas duas últimas tiveram sua versão ao inglês alteradas após a adoção das IFRS. A primeira encontra grande variação nos termos utilizados em língua portuguesa, mas, mesmo assim, obtém versão ao inglês de acordo com as normas internacionais. Uma possível explicação seria seu distanciamento da língua do dia a dia, com uma aparência maior de termo técnico. É possível que os tradutores, ao depararem com isso, busquem a terminologia em glossários especializados ou na literatura técnica.

Por outro lado, “desreconhecimento” é o termo com mais traduções *non-proximate* (excetuando-se “resultado contábil”, com três ocorrências), o que pode estar relacionado à não aceitação do decalque pelos profissionais da língua, chamado pela Entrevistada 04 de “tradução ruim”. “Vencido”, “evento subsequente” e “remuneração” também contam com mais traduções consideradas *non-proximate*. São termos com menos aparência técnica, mais próximas da língua do dia a dia, o que pode levar os tradutores a adotarem modalidades de tradução como a transposição (*subsequent event*) ou a tradução literal (*remuneration*) sem que se busque o termo em literatura técnica.

A Tabela 22 traz os termos *proximate* e *non-proximate* por empresa estudada:

Tabela 22

Termos proximate e non-proximate por empresa

Empresa		Proximate		Non-proximate		Total	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
BBSeguridade	B3	36	44,44%	45	55,56%	81	100%
BRF	B3 e NYSE	46	46,94%	52	53,06%	98	100%
CCR	B3	60	41,96%	83	58,04%	143	100%
Hapvida	B3	66	49,25%	68	50,75%	134	100%
Localiza	B3	41	45,56%	49	54,44%	90	100%
Locaweb	B3	52	62,65%	31	37,35%	83	100%
Magazine Luiza	B3	56	57,14%	42	42,86%	98	100%
Petrobras	B3, BMV, BYMA e NYSE	95	61,69%	59	38,31%	154	100%
RaiaDrogasil	B3	63	68,48%	29	31,52%	92	100%
Sendas	B3, BMV e NYSE	60	60,00%	40	40,00%	100	100%
TOTVS	B3	57	41,61%	80	58,39%	137	100%
Usiminas	B3	78	53,42%	68	46,58%	146	100%
Total		710	52,36%	646	47,64%	1.356	100%

Nota. B3 – Brasil, Bolsa, Balcão; BMV - Bolsa Mexicana de Valores; BYMA – Bolsa y Mercados Argentinos; NYSE – New York Stock Exchange

Seis das 12 empresas cujas demonstrações financeiras fizeram parte deste estudo contam com mais termos de acordo com as normas internacionais. Das três empresas que negociam títulos na NYSE, duas apresentaram mais termos *proximate* (61,69% e 60,00%). Ressalta-se que esse resultado tem como base apenas os termos escolhidos pelos tradutores entrevistados e que poderia ser diferente caso outros termos fossem investigados.

4.4 Discussão dos resultados

Esta pesquisa indica a maior incidência de traduções *proximate* para os termos estudados, o que mostra discernimento por parte dos tradutores com relação à pesquisa terminológica ao verter as demonstrações financeiras à língua inglesa. Isso parece ocorrer mais com termos que aparentem ser técnicos. Nesse caso, é possível que os tradutores sintam a necessidade de buscar tal terminologia em glossários, literatura técnica ou até modelos de demonstrações financeiras, em acordo com González (2019) e Nobes e Stadler (2018) e com os participantes das entrevistas.

Termos com menos aparência de técnicos e mais próximos da língua do dia a dia parecem resultar em traduções *non-proximate*. É importante ressaltar que não se pode afirmar que tais escolhas tradutorias sejam erradas, mas sim menos adequadas no contexto de demonstrações em IFRS. Há de se lembrar que o uso das normas

internacionais visa à padronização da apresentação das demonstrações de forma a permitir que elas sejam comparáveis em nível mundial. Caso não haja padronização na tradução e na terminologia, dita comparabilidade pode ser comprometida (Hellmann, Patel, & Tsunogaya, 2021; Hellmann & Patel, 2021; Nobes & Stadler, 2018; Zeff, 2007).

A reflexão sobre o processo e as escolhas tradutórias em contabilidade, atualmente um tanto quanto negligenciada pelos profissionais e acadêmicos da área, faz-se necessária exatamente por essa ser uma ciência social e não natural (Evans, 2004, 2018; Laaksonen, 2021; Parker, 1994). Buscar equivalências terminológicas pode ser uma tarefa árdua, visto que as línguas possuem recortes de mundo diferentes, podendo uma palavra em uma língua ter um significado mais amplo ou reduzido em outra (Alexander et al., 2018; Aubert, 1998; Evans, 2004; Huerta et al., 2013; Laaksonen, 2022; Nobes, 2021; Nobes & Stadler, 2018; Pan et al., 2015; Pym, 2007, 2017). No caso da contabilidade, dependendo do conhecimento de língua dos profissionais, ter acesso às normas em inglês ou à sua tradução pode levar a entendimentos diversos sobre os procedimentos a serem adotados e, como consequência, a variações na aplicação dos normativos contábeis (Hellmann, Patel, & Tsunogaya, 2021; Huerta et al., 2013; Lin et al., 2019; Pan et al., 2015).

No caminho inverso, das demonstrações financeiras em IFRS vertidas ao inglês, a possibilidade de haver ruído na comunicação contábil interligual pode ser mais acentuada, visto que tais demonstrações são elaboradas por contadores com base em seu entendimento das normas traduzidas (Bedford & Baladouni, 1962). A partir desse material preparado, aos profissionais da língua, isto é, os tradutores, que não necessariamente têm formação contábil ou conhecimento técnico, fica incumbida a tarefa de verter as demonstrações à língua inglesa (Archer & McLeay, 1991). Os participantes das entrevistas realizadas nesta pesquisa contam com anos de experiência, conhecimento aprofundado do par linguístico inglês/português e dedicação quase total a esse tipo de versão. Mesmo assim, enfrentam desafios, como a necessidade de entendimento de sutilezas terminológicas.

Com o intuito de transmitir um conteúdo de uma língua a outra, os entrevistados afirmaram que, por vezes, faz-se necessário buscar uma equivalência direcional, com o uso da modalidade de explicitação, ou uma equivalência dinâmica, com a modalidade adaptação. Como exemplo, mencionam a importância de explicar (explicitação) termos que sejam específicos do Brasil, como sistemas de tributação

(lucro real, lucro presumido, Simples Nacional) ou buscar órgãos com funções semelhantes em outros países (ex., CVM>*Brazilian SEC*) para facilitar o entendimento do leitor (adaptação). Em ambos os casos, percebe-se que traduzir consiste em muito mais do que uma simples busca de termos em dicionários: é necessário que o profissional da língua tenha algum conhecimento sobre o conteúdo traduzido.

Ainda no que diz respeito à versão das demonstrações ao inglês, além do desafio da busca de correspondência terminológica, os entrevistados mencionaram a dificuldade em entender os documentos redigidos em língua portuguesa pelos profissionais contábeis. De fato, há pesquisas que indicam a necessidade de melhoria da competência comunicativa, sobretudo a escrita, de contadores e estudantes de Ciências Contábeis (Dale-Jones et al., 2013; King et al., 2021; Rahman et al., 2019; Riley & Simons, 2016). Pensando-se em um modelo de comunicação entre preparador das demonstrações financeiras e tradutores (Bedford & Baladouni, 1962; Jakobson, 2001; Shannon, 1948), essa pode ser uma fonte de ruído.

Um outro ponto a ser observado é o fato de que, mesmo sendo os tradutores convededores da língua inglesa, esta não é única. Existem variações de país para país em que ela seja a língua oficial, como o chamado inglês americano e inglês britânico (Parker, 2000, 2001). Nas entrevistas, verificou-se que os participantes adotam a grafia americana como padrão (não necessariamente o vocabulário), em acordo com o observado por Parker (2001). Percebe-se, na fala dos entrevistados, uma preocupação em escrever “como eles escrevem lá fora” (Entrevistada 03), mas sem a especificação de onde é o “lá fora”. É possível que o fenômeno linguístico do *World English* seja o resultado mais provável nas versões, com elementos que caracterizam a língua inglesa, mas também com elementos advindos de outras línguas e culturas (Parker, 2001; Rajagopalan, 2012).

Isso pode causar alguma estranheza nos leitores cujo vernáculo seja o inglês, mas também pode ser algo enriquecedor do ponto de vista cultural e, de certa forma, de não submissão a uma imposição linguística de países dominantes (Laaksonen, 2022; Venuti, 2019, 2021). No Brasil, um exemplo disso é a não alteração do termo “balanço patrimonial” muito embora a tradução oficial das IFRS traga “demonstração da posição financeira”. Na volta ao inglês, isso se observa quando se usa *balance sheet* em vez de se submeter à alteração imposta pela norma, *statement of financial position*, ou até mesmo no uso de *provision* para casos de *accruals* ou *allowances*, mas nos quais há o costume de se utilizar “provisão” em português.

Na versão ao inglês, entende-se que o uso da terminologia tal qual definida nas IFRS facilita a comparação e a leitura das demonstrações financeiras por usuários de outros países, como investidores, além de permitir que os pesquisadores contem com informações mais confiáveis ao extraí-las de bases de dados (Jeanjean et al., 2015; Nobes & Stadler, 2018). Isso deve ser levado em consideração tanto pelos tradutores, que devem buscar termos adequados nas normas (chamadas de literatura técnica pelo Entrevistado 05), quanto pelas empresas que desejam publicar as demonstrações financeiras em inglês, ou têm a obrigação de fazê-lo, e contratam o trabalho de um tradutor. Isso porque, conforme mencionado pela Entrevistada 02, é necessário confiar que esse tradutor fará um trabalho competente. O uso da *machine translation*, conforme indicam os Entrevistados 04 e 05, além de representar um risco de imagem para a empresa caso erros crassos sejam cometidos e publicados ou, ainda, a terminologia seja ininteligível, pode representar um risco de vazamento de informações confidenciais.

Existe uma diferença de conhecimentos linguístico e técnico (Archer & McLeay, 1991) que, caso combinada por meio da discussão, da conversa entre os profissionais (como é possível de acordo com a *Skopos Theory*), pode ser frutífera e gerar resultados bastante positivos e enriquecedores, com a produção de demonstrações financeiras em inglês inteligíveis para usuários de diversos países e de acordo com as normas internacionais, conforme indicado nas próprias demonstrações.

5 Conclusão

O objetivo desta pesquisa foi investigar as escolhas tradutórias na versão ao inglês de demonstrações financeiras de empresas listadas no mercado de capitais brasileiro elaboradas de acordo com as IFRS. Para isso, elaborou-se um glossário bilingue com termos definidos nas IAS/IFRS em inglês, em sua tradução oficial ao português brasileiro e com os termos correspondentes encontrados nos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC. Além disso, a fim de investigar o processo tradutório e selecionar os termos que seriam verificados nas demonstrações, entrevistaram-se tradutores profissionais dedicados quase que exclusivamente a esse tipo de versão. Por fim, buscou-se a tradução dos termos selecionados nas notas explicativas de empresas brasileiras cujas demonstrações financeiras em IFRS tivessem sido vertidas ao inglês a fim de verificar sua adequação em relação à terminologia encontrada nas normas.

Os resultados indicam que 52,36% dos termos encontrados estão de acordo com a terminologia definida nas IFRS. Isso pode resultar de um discernimento por parte dos tradutores com relação à necessidade de pesquisa na literatura técnica, mas também uma falta de conhecimento sobre que termos são considerados técnicos. Nesta pesquisa, termos com aparência menos técnica se distanciaram mais da terminologia definida nas IFRS.

Com as entrevistas, corrobora-se o que se encontra na literatura pesquisada no sentido da importância de comunicação entre profissionais contábeis e tradutores a fim de que se discutam questões de ordem conceitual e linguística. Caso contrário, a versão final das demonstrações financeiras em inglês será redigida por profissionais com conhecimento da língua, mas não necessariamente com formação em contabilidade ou conhecimento técnico.

Outro ponto identificado é a sugestão de que os profissionais contábeis se dediquem ao aprimoramento de sua competência linguística em língua portuguesa. Isso, além de facilitar o processo de tradução, obtendo-se um resultado mais adequado, reduz o risco de imagem da empresa caso erros crassos de língua ou terminologia ininteligível sejam incluídos nas demonstrações financeiras por ela publicadas em português, seja para fins de *accountability*, relação com investidores, seja para fins regulatórios. Ainda com relação aos profissionais contábeis, observa-se que há oportunidade para padronização da terminologia adotada em língua

portuguesa, conforme se verifica nas entrevistas e nas variações encontradas nas notas explicativas para um mesmo termo.

Como limitações da pesquisa, tem-se que, dado o método adotado e seu caráter qualitativo, a generalização dos resultados não se faz possível. Além disso, não foi possível determinar se as demonstrações estudadas foram de fato vertidas ao inglês por tradutores profissionais, tradutores não profissionais, profissionais contábeis com algum conhecimento da língua ou por meio de *machine translation*. Saber dessa informação poderia, por exemplo, gerar novos *insights* sobre o nível de conhecimento de contabilidade e das línguas de partida e de chegada de quem realizou a tradução.

Este estudo trabalha com a interdisciplinaridade entre tradução e contabilidade. Avança nas pesquisas no Brasil sobretudo por trazer uma discussão sobre o processo tradutório das demonstrações financeiras com base na visão de tradutores profissionais. Contribui no sentido de permitir que contadores e tradutores tomem consciência da complexidade que envolve a comunicação interlingual na ciência social que é a contabilidade. Isso pode beneficiar, por exemplo, tanto o Comitê de Pronunciamentos Contábeis quanto o Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade no processo de estudo da tradução das normas internacionais para adequação e aplicação local. Além disso, na esfera educacional, entende-se que o estudo sobre tradução em relação à terminologia adotada nas normas internacionais pode ser útil para estudantes universitários do curso de Ciências Contábeis, dadas as possíveis diferenças de significado entre uma língua e outra. Propõe-se, ainda, que este estudo seja um ponto de partida para um diálogo entre os profissionais das duas áreas, com vistas à divulgação de demonstrações financeiras em inglês mais adequadas aos objetivos da normas internacionais.

Outra contribuição é o glossário elaborado. Espera-se, com ele, auxiliar tradutores e profissionais contábeis na busca de correspondentes terminológicos entre as normas internacionais e os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC. Tem-se também a metodologia adotada neste estudo, que pode ser adaptada para outras pesquisas que visem à investigação terminológica ou sintática nas normas internacionais, nos pronunciamentos contábeis, nas demonstrações financeiras em português ou em sua versão ao inglês.

Durante o processo de realização deste estudo, pensou-se em algumas sugestões de pesquisas futuras. A primeira seria verificar com usuários de

demonstrações financeiras em inglês possíveis dificuldades de entendimento nos relatórios vertidos. Outra sugestão é analisar a versão de trechos específicos de demonstrações financeiras realizada por tradutores a fim de verificar se a terminologia e a estrutura sintática utilizada estão de acordo com as normas internacionais. Além disso, com base nos comentários dos tradutores, mais duas sugestões são possíveis: comparar a tradução de demonstrações financeiras feitas por humanos e por meio de *machine translation*, e investigar a competência escrita em língua portuguesa dos profissionais de contabilidade.

Referências

- Al Obaidani, K. S. (2018). Translating Terminology in Business Annual Reports (English-Arabic). *HERMES - Journal of Language and Communication in Business*, 0(57), 161–173. <https://doi.org/10.7146/hjlc.v0i57.106204>
- Alexander, D., Brébisson, H. de, Circa, C., Eberhartinger, E., Fasiello, R., Grottke, M., & Krasodomyska, J. (2018). Philosophy of language and accounting. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 31(7), 1957–1980. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2017-2979>
- Alsharari, N. M., & Al-Shboul, M. (2019). Evaluating qualitative research in management accounting using the criteria of “convincingness.” *Pacific Accounting Review*, 31(1), 43–62. <https://doi.org/10.1108/PAR-03-2016-0031>
- Appelman, A., & Schmierbach, M. (2018). Make No Mistake? Exploring Cognitive and Perceptual Effects of Grammatical Errors in News Articles. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, 95(4), 930–947. <https://doi.org/10.1177/1077699017736040>
- Archer, S., & McLeay, S. (1991). Issues in transnational financial reporting: A linguistic analysis. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 12(5), 347–361. <https://doi.org/10.1080/01434632.1991.9994469>
- Aubert, F. H. (1998). Modalidades de tradução: Teoria e resultados. *TradTerm*, 5(1), 99–128.
- Bardin, L. (2021). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bassnett, S. (2016). The figure of the translator. *Journal of World Literature*, 1(3), 299–315. <https://doi.org/10.1163/24056480-00103002>
- Bedford, N. M., & Baladouni, V. (1962). A communication theory approach to accountancy. *Accounting Review*, 37(4), 650–659.
- Belkaoui, A. (1978). Linguistic relativity in accounting. *Accounting, Organizations and Society*, 3(2), 97–104. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(78\)90019-3](https://doi.org/10.1016/0361-3682(78)90019-3)
- Belkaoui, A. (1980). The Interprofessional Linguistic Communication of Accounting Concepts: An Experiment in Sociolinguistics. *Journal of Accounting Research*, 18(2), 362. <https://doi.org/10.2307/2490583>
- Berman, A. (2002). *A prova do estrangeiro*. Bauru: EDUSC.
- Bloomfield, R. J. (2008). Accounting as the Language of Business. *Accounting Horizons*, 22(4), 433–436. <https://doi.org/10.2308/acch.2008.22.4.433>
- Chidlow, A., Plakoyiannaki, E., & Welch, C. (2014). Translation in cross-language international business research: Beyond equivalence. *Journal of International Business Studies*, 45(5), 562–582. <https://doi.org/10.1057/jibs.2013.67>
- Cho, H., Muslu, V., & Koo, M. (2020). Lost in translation? Analysts' forecasts of cross-

- listed firms. *Journal of International Accounting Research*, 19(2), 41–64. <https://doi.org/10.2308/jiar-19-503>
- Conceptual Framework, March 2018.* Conceptual framework for financial reporting. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/conceptual-framework.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards/english/2023/issued/cf/>.
- Costa, C. E. P. (2020). Características da linguagem da tradução e o termo “segurança” na linguagem da aviação. *Tradterm*, 35, 49–76. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.v35i0p49-76>
- Costa, J. A., Theóphilo, C. R., & Yamamoto, M. M. (2012). A aderência dos pronunciamentos contábeis do CPC às normas internacionais de contabilidade. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 15(2), 110–126. <https://www.revistacgg.org/contabil/article/view/482>
- Crouch, M., & McKenzie, H. (2006). The logic of small samples in interview-based qualitative research. *Social Science Information*, 45(4), 483–499. <https://doi.org/10.1177/0539018406069584>
- Dahlgren, J., & Nilsson, S.-A. (2012). Can translations achieve comparability? The case of translating IFRSs into Swedish. *Accounting in Europe*, 9(1), 39–59. <https://doi.org/10.1080/17449480.2012.664391>
- Dale-Jones, G., Hancock, P., & Willey, K. (2013). Accounting students in an Australian University improve their writing: But how did it happen? *Accounting Education: An International Journal*, 22(6), 544–562. <https://doi.org/10.1080/09639284.2013.847321>
- Dias, J. M., F° (2000). A linguagem utilizada na evidenciação contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da teoria da comunicação. *Caderno de Estudos*, 24, 38–49. <https://doi.org/10.1590/S1413-92512000000200003>
- Dias, J. M., F°, & Nakagawa, M. (2001). Análise do processo da comunicação contábil: uma contribuição para a solução de problemas semânticos, utilizando conceitos da teoria da comunicação. *Revista Contabilidade & Finanças*, 12(26), 42–57. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772001000200003>
- Doupnik, T. S., & Richter, M. (2003). Interpretation of uncertainty expressions. *Accounting, Organizations and Society*, 28(1), 15–35. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(02\)00010-7](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(02)00010-7)
- Evans, L. (2004). Language, translation and the problem of international accounting communication. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 17(2), 210–248. <https://doi.org/10.1108/09513570410532438>
- Evans, L. (2018). Language, translation and accounting: towards a critical research agenda. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(7), 1844–1873. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-08-2017-3055>
- Evans, L., Baskerville, R., & Nara, K. (2015). Colliding worlds: Issues relating to

- language translation in accounting and some lessons from other disciplines. *Abacus*, 51(1), 1–36. <https://doi.org/10.1111/abac.12040>
- Evans, L., & Kamla, R. (2018). Language and translation in accounting: a scandal of silence and displacement? *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 31(7), 1834–1843. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-09-2018-020>
- Flores, E., Monsen, B., Shafron, E., & Yust, C. (2023). “No Comment”: Language barriers and the IASB’s comment letter process. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.4408178>
- Godoy, A. S. (2005). Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 3(2), 81–89.
- González, M. G. (2019). Dificultades, estrategias y recursos en la traducción de estados financieros: Fuentes normativas y textos paralelos. *Meta*, 64(2), 491–513. <https://doi.org/10.7202/1068204AR>
- Hellmann, A., & Patel, C. (2021). Translation of International Financial Reporting Standards and implications for judgments and decision-making. *Journal of Behavioral and Experimental Finance*, 30, 100479. <https://doi.org/10.1016/j.jbef.2021.100479>
- Hellmann, A., Patel, C., & Tsunogaya, N. (2021). Foreign-language effect and professionals’ judgments on fair value measurement: Evidence from Germany and the United Kingdom. *Journal of Behavioral and Experimental Finance*, 30, 100478. <https://doi.org/10.1016/j.jbef.2021.100478>
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1992). *Accounting theory* (5th ed.). McGraw-Hill.
- Hines, R. D. (1988). Financial accounting: In communicating reality, we construct reality. *Accounting, Organizations and Society*, 13(3), 251–261. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(88\)90003-7](https://doi.org/10.1016/0361-3682(88)90003-7)
- Huerta, E., Petrides, Y., & Braun, G. P. (2013). Translation of IFRS: Language as a barrier to comparability. *Research in Accounting Regulation*, 25(1), 1–12. <https://doi.org/10.1016/j.racreg.2012.11.007>
- IAS 1, September 2007*. Presentation of financial statements. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-1-presentation-of-financial-statements.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards/english/2023/issued/ias1/>.
- IAS 8, December 2003*. Accounting policies, changes in accounting estimates and errors. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-8-accounting-policies-changes-in-accounting-estimates-and-errors.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards/english/2023/issued/ias8/>.
- IAS 10, December 2003*. Events after the reporting period. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-10-events-after-the->

[reporting-period.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards/english/2023/issued/ias10/.](https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-10/)

IAS 12, October 1996. Income taxes. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-12-income-taxes.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards/english/2023/issued/ias12/>.

IAS 16, December 2003. Property, plant and equipment. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-16-property-plant-and-equipment.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards/english/2023/issued/ias16/>.

IAS 24, November 2009. Related party disclosures. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-24-related-party-disclosures.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards/english/2023/issued/ias24/>.

IAS 28, September 2014. Investments in associates and joint ventures. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-28-investments-in-associates-and-joint-ventures.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards/english/2023/issued/ias28/>.

IAS 37, September 1998. Provisions, contingent liabilities and contingent assets. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-37-provisions-contingent-liabilities-and-contingent-assets.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards/english/2023/issued/ias37/>.

IAS 38, March 2004. Intangible assets. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-38-intangible-assets.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards/english/2023/issued/ias38/>.

IAS 41, April 2001. Agriculture. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ias-41-agriculture.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards/english/2023/issued/ias41/>.

IFRS 1, November 2008. First-time adoption of international financial reporting standards. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ifrs-1-first-time-adoption-of-ifrs.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards/english/2023/issued/ifrs1/>

IFRS 3, January 2008. Business combinations. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ifrs-3-business-combinations.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards/english/2023/issued/ifrs3/>.

IFRS 9, July 2014. Financial instruments. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ifrs-9-financial-instruments.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards/english/2023/issued/ifrs9/>

[instruments.html/content/dam/ifrs/publications/html-standards/english/2023/issued/ifrs9/.](https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ifrs-9.html)

IFRS 10, May 2011. Consolidated financial statements. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ifrs-10-consolidated-financial-statements.html>

IFRS 15, May 2014. Revenue from contracts with customers. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ifrs-15-revenue-from-contracts-with-customers.html>

IFRS 16, January 2016. Leases. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/ifrs-16-leases.html>

IFRS, Foundation. (2018). Use of IFRS Standards around the world. In *IFRS.org*. <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/around-the-world/adoption/use-of-ifrs-around-the-world-overview-sept-2018.pdf>

IFRS, Foundation. (2020). *Licensing policy for translation and reproduction of IFRS standards for adoption*. <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/standards/translations/licensing-policy-ifrs-standards-2020.pdf>

Ijiri, Y. (1967). *The foundations of accounting measurement: A mathematical, economic and behavioral inquiry*. Eaglewood Cliffs: Prentice Hall.

Instrução CVM n. 457, de 13 de julho de 2007. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Recuperado de <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst457.html>.

Jakobson, R. (2001). *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix.

Jeanjean, T., Stolowy, H., Erkens, M., & Yohn, T. L. (2015). International evidence on the impact of adopting English as an external reporting language. *Journal of International Business Studies*, 46(2), 180–205. <https://doi.org/10.1057/jibs.2014.33>

Jreige, E. F. (1998). True and fair view: um entrave ou um impulso para a contabilidade? *Caderno de Estudos*, 17, 35–46. <https://doi.org/10.1590/S1413-92511998000100003>

Kamla, R., & Komori, N. (2018). Diagnosing the translation gap: The politics of translation and the hidden contradiction in interdisciplinary accounting research. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 31(7), 1874–1903. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-08-2017-3067>

Kettunen, J. (2017). Interlingual translation of the International Financial Reporting Standards as institutional work. *Accounting, Organizations and Society*, 56, 38–

54. <https://doi.org/10.1016/j-aos.2016.10.001>
- King, R., Blayney, P., & Sweller, J. (2021). How language background impacts learners studying International Financial Reporting Standards: a cognitive load theory perspective. *Accounting Education*, 30(5), 439–450. <https://doi.org/10.1080/09639284.2021.1930562>
- Laaksonen, J. (2021). International comparability and translation: how is the concept of equivalence used and understood in accounting research? *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 34(1), 137–163. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2019-3997>
- Laaksonen, J. (2022). Translation, hegemony and accounting: A critical research framework with an illustration from the IFRS context. *Critical Perspectives on Accounting*, 89, 102352. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2021.102352>
- Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007.* Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2011.638&text=LEI%20N%C2%BA%2011.638%2C%20DE%2028%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202007.&text=Altera%20e%20revoga%20dispositivos%20da,e%20divulga%C3%A7%C3%B5es%20financeiras.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2011.638&text=LEI%20N%C2%BA%2011.638%2C%20DE%2028%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202007.&text=Altera%20e%20revoga%20dispositivos%20da,e%20divulga%C3%A7%C3%A3o%20de%20demonstra%C3%A7%C3%B5es%20financeiras.)
- Lin, H.-L., Yeh, S.-L., & Yen, A.-R. (2019). Effects of Translation on Probability Judgments: Evidence from the IFRS in Taiwan. *Journal of International Accounting Research*, 18(1), 127–141. <https://doi.org/10.2308/jiar-52289>
- Merkel-Davies, D. M., & Brennan, N. M. (2017). A theoretical framework of external accounting communication. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 30(2), 433–469. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2015-2039>
- Minayo, M. C. de S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: Consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(7), 1–12.
- Mozzato, A. R., Grzybowski, D., & Teixeira, A. N. (2017). Análises qualitativas nos estudos organizacionais: As vantagens no uso do software NVivo®. *Revista Alcance*, 23(4(Out-Dez)), 578. [https://doi.org/10.14210/alcance.v23n4\(Out-Dez\).p578-587](https://doi.org/10.14210/alcance.v23n4(Out-Dez).p578-587)
- Nida, E. A. (1977). The Nature of Dynamic Equivalence in Translating. *Babel*, 23(3), 99–103. <https://doi.org/10.1075/babel.23.3.01nid>
- Nida, E. A., & Taber, C. R. (1982). *The Theory and Practice of Translation* (2nd reprod.). Leiden: Brill.
- Nobes, C. (2021). On translating goodwill. *Accounting in Europe*, 0(0), 1–12. <https://doi.org/10.1080/17449480.2021.1952284>
- Nobes, C., & Stadler, C. (2018). Impaired translations: IFRS from English and annual

- reports into English. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(7), 1981–2005. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2017-2978>
- Nobes, C., & Zeff, S. A. (2016). Have Canada, Japan and Switzerland adopted IFRS? *Australian Accounting Review*, 26(3), 284–290. <https://doi.org/10.1111/auar.12131>
- Oliveira, V. A., & Lemes, S. (2011). Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(56), 155–173. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772011000200003>
- Pagura, R. J. (2012). A Teoria Interpretativa da Tradução (Théorie du Sens) revisitada: um novo olhar sobre a desverbalização. *Tradterm*, 19, 92–108. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2012.47347>
- Pan, P., & Patel, C. (2018). The influence of native versus foreign language on Chinese subjects' aggressive financial reporting judgments. *Journal of Business Ethics*, 150(3), 863–878. <https://doi.org/10.1007/s10551-016-3165-z>
- Pan, P., Patel, C., & Mala, R. (2015). Questioning the uncritical application of translation and back-translation methodology in accounting: Evidence from China. *Corporate Ownership and Control*, 12(4), 480–492. <https://doi.org/10.22495/cocv12i4c4p6>
- Parker, R. H. (1994). Finding English Words to Talk about Accounting Concepts. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 7(2), 70–85. <https://doi.org/10.1108/09513579410058193>
- Parker, R. H. (2000). English and other languages of account. *English Today*, 16(2), 43–56. <https://doi.org/10.1017/S0266078400011639>
- Parker, R. H. (2001). European languages of account. *European Accounting Review*, 10(1), 133–147. <https://doi.org/10.1080/09638180122495>
- Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2), de 01 de novembro de 2019.* Estrutura conceitual para relatório financeiro. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>.
- Pronunciamento técnico CPC 05 (R1), de 03 de setembro de 2010.* Divulgação sobre Partes Relacionadas. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=36>.
- Pronunciamento técnico CPC 04 (R1), de 05 de novembro de 2010.* Ativo intangível. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35>.
- Pronunciamento técnico CPC 06 (R2), de 06 de outubro de 2017.* Arrendamentos. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=37>.

Pronunciamento técnico CPC 15 (R1), de 06 de junho de 2011. Combinação de negócios. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=46>.

Pronunciamento técnico CPC 18 (R2), de 07 de dezembro de 2012. Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=49>.

Pronunciamento técnico CPC 24, de 17 de julho de 2009. Evento subsequente. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=55>.

Pronunciamento técnico CPC 25, de 26 de junho de 2009. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=56>.

Pronunciamento técnico CPC 26 (R1), de 02 de dezembro de 2011. Apresentação das Demonstrações Contábeis. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>.

Pronunciamento técnico CPC 27, de 26 de junho de 2009. Ativo immobilizado. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58>.

Pronunciamento técnico CPC 29, de 07 de agosto de 2009. Ativo biológico e produto agrícola. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60>.

Pronunciamento técnico CPC 32, de 17 de julho de 2009. Tributos sobre o lucro. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=63>.

Pronunciamento técnico CPC 36 (R3), de 07 de dezembro de 2012. Demonstrações consolidadas. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=67>.

Pronunciamento técnico CPC 37 (R1), de 11 de novembro de 2010. Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=68>.

Pronunciamento técnico CPC 47, de 04 de novembro 2016. Receita de contrato com cliente. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=105>.

Pronunciamento técnico CPC 48, de 04 de novembro de 2016. Instrumentos financeiros. Recuperado de <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=106>.

- Pym, A. (2007). Natural and directional equivalence in theories of translation. *Target*, 19(2), 271–294. <https://doi.org/10.1075/target.19.2.07pym>
- Pym, A. (2017). *Explorando as teorias da tradução* (R. B. Faveri & C. B. Faveri, Trad.). São Paulo: Perspectiva.
- Qu, S. Q., & Dumay, J. (2011). The qualitative research interview. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 8(3), 238–264. <https://doi.org/10.1108/11766091111162070>
- Rahman, F. A., Mohamed, A. H., Saidin, K., & Nasir, N. S. A. (2019). Exploring perceptions of employers on communication skills among fresh graduates. *Practitioner Research*, 1, 69–85. <http://ejournal.uum.edu.my/index.php/pr/article/view/8192>
- Rajagopalan, K. (2012). ‘World English’ or ‘World English es’? Does it make any difference? *International Journal of Applied Linguistics*, 22(3), 374–391. <https://doi.org/10.1111/j.1473-4192.2012.00316.x>
- Resolução CFC n. 1.055, de 07 de outubro de 2005.* Cria o COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – (CPC), e dá outras providências. Recuperado de https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055&arquivo=Res_1055.doc.
- Resolução CFC n. 1.567, de 16 de maio de 2019.* Altera a Resolução CFC nº 1.055/2005, que cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Recuperado de https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2019/001567&arquivo=Res_1567.doc.
- Riahi-Belkaoui, A. (1995). *The linguistic shaping of accounting*. Westport: Quorum Books.
- Riley, T. J., & Simons, K. A. (2016). The written communication skills that matter most for accountants. *Accounting Education*, 25(3), 239–255. <https://doi.org/10.1080/09639284.2016.1164066>
- Saussure, F. de. (2001). *Curso de lingüística geral* (A. Bally & A. Sechehaye (eds.); 23 ed.). São Paulo: Cultrix.
- Shannon, C. E. (1948). A Mathematical theory of communication. *Bell System Technical Journal*, 27(3), 379–423. <https://doi.org/10.1002/j.1538-7305.1948.tb01338.x>
- Silva, E. D. da, F°, Brugni, T. V., Nossa, S. N., & Beiruth, A. X. (2020). A adoção das normas internacionais de contabilidade e os investimentos estrangeiros no mercado brasileiro. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(44), 142–153. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n44p142>
- Sousa, J. P. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media* (2 ed. rev.). Porto: Porto.

- Venuti, L. (2019). *Escândalos da tradução: por uma ética da diferença* (L. Pelegrin, L. M. Villela, M. D. Esqueda & V. Biondo, Trad.). São Paulo: Editora Unesp.
- Venuti, L. (2021). *A invisibilidade do tradutor* (L. Pellegrin, L. M. Villela, M. D. Esqueda & V. Biondo, Trad.). São Paulo: Editora Unesp.
- Vermeer, H. J. (2004). Skopos and commission in translational action. In L. Venuti (Ed.), *The translation studies reader* (4th ed., pp. 221–232). New York: Routledge.
- Vinay, J.-P., & Dalbernet, J. (1995). *Comparative stylistics of French and English: A methodology for translation*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Zeff, S. A. (2007). Some obstacles to global financial reporting comparability and convergence at a high level of quality. *British Accounting Review*, 39(4), 290–302. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2007.08.001>
- Zeff, S. A. (2012). The Evolution of the IASC into the IASB, and the Challenges it Faces. *The Accounting Review*, 87(3), 120202131311000. <https://doi.org/10.2308/accr-10246>

Apêndice A - Termo de consentimento livre e esclarecido



FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO – FECAP
Programa de Mestrado em Ciências Contábeis

ESCLARECIMENTO AO COLABORADOR DA PESQUISA

Prezado(a) colaborador(a),

Eu, Èric Yamagute Pereira, sou aluno regularmente matriculado no programa de mestrado em Ciências Contábeis da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP) e, sob orientação da Profa. Dra. Elionor Farah Jreige Weffort, estou realizando uma pesquisa cujo objetivo é investigar possíveis ruídos na versão, ao inglês, de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Sua participação é voluntária, mas de extrema importância para a realização deste estudo.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, {{NOME COMPLETO}}, estou ciente de que minha participação na pesquisa anteriormente referida é voluntária e de que tenho liberdade para me recusar, a qualquer momento, a continuar participando dela. Tenho ciência, ainda, de que a entrevista será gravada para facilitar a transcrição e a análise dos dados e que meu nome será mantido em absoluto sigilo, sendo conhecido apenas pelo pesquisador e sua orientadora. Tanto a descrição quanto a análise da entrevista serão codificadas, de forma que não seja possível fazer conexões entre falas, pessoas e organizações participantes. Quaisquer dados pessoais ou dados pessoais sensíveis serão tratados de acordo com a Lei 13.709/2018 (LGPD). Estou ciente de que não existem riscos potenciais conhecidos ou desconfortos relacionados às perguntas da pesquisa.

Fui informado(a) que não terei qualquer tipo de despesa e que não receberei pagamento ou gratificação alguma por minha participação nessa pesquisa. Diante do exposto, {{SIM/NÃO}}, voluntariamente em participar do referido estudo.

São Paulo, {{DATA}}

{{NOME COMPLETO}}
Entrevistado(a)

Agradeço sua atenção e participação. Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários no e-mail eric.yamagute@edu.fecap.br.

Èric Yamagute Pereira
Mestrando/Pesquisador

Profa. Dra. Elionor Farah Jreige Weffort
Orientadora

Apêndice B - Glossário bilíngue com termos definidos nas IAS/IFRS e nos pronunciamentos contábeis do CPC

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IFRS 9.A	12-month expected credit losses	Perdas de crédito esperadas para 12 meses	CPC 48	Perda de crédito esperada para 12 meses
IAS 8.5	Accounting policies	Políticas contábeis	CPC 23	Políticas contábeis
IAS 12.5	Accounting profit	Lucro contábil	CPC 32	Resultado contábil
IFRS 3.A	Acquiree	Adquirida	CPC 15 (R1)	Adquirida
IFRS 3.A	Acquirer	Adquirente	CPC 15 (R1)	Adquirente
IFRS 3.A	Acquisition date	Data de aquisição	CPC 15 (R1)	Data da aquisição
IFRS 13.A	Active market	Mercado ativo	CPC 46	Mercado ativo
IAS 19.8	Actuarial gains and losses	Ganhos e perdas atuariais	CPC 33 (R1)	Ganhos e perdas atuariais
IAS 26.8	Actuarial present value of promised retirement benefits	Valor presente atuarial de benefícios de aposentadoria prometidos	CPC 49	Valor presente atuarial do benefício de aposentadoria prometido
CF.7.20	Aggregation	Agregação	CPC 00 (R2)	Agregação
IAS 41.5	Agricultural activity	Atividade agrícola	CPC 29	Atividade agrícola
IAS 41.5	Agricultural produce	Produto agrícola	CPC 29	Produção agrícola
IAS 38.8	Amortization	Amortização	CPC 04 (R1)	Amortização
IAS 36.6	Depreciation	Depreciação	CPC 01 (R1)	Depreciação, amortização e exaustão
IFRS 9.A	Amortised cost of a financial asset or financial liability	Custo amortizado de um ativo financeiro ou passivo financeiro	CPC 48	Custo amortizado de ativo financeiro ou passivo financeiro
IAS 33.5	Antidilution	Antidiluição	CPC 41	Antidiluição
IAS 38.8	Asset	Ativo	CPC 04 (R1)	Ativo
CF.4.3	Asset	Ativo	CPC 00 (R2)	Ativo
IAS 19.8	Asset ceiling	Teto de ativo	CPC 33 (R1)	Teto de ativo (<i>asset ceiling</i>)
IAS 19.8	Assets held by a long-term employee benefit fund	Ativos mantidos por um fundo de benefício de longo prazo aos empregados	CPC 33 (R1)	Ativos mantidos por fundo de benefícios de longo prazo aos empregados
IAS 28.3	Associate	Coligada	CPC 18 (R2)	Coligada
IAS 16.6	Bearer plant	Planta de produção	CPC 27	Planta portadora
IAS 41.5	Bearer plant	Planta de produção	CPC 29	Planta portadora
IAS 41.5	Biological asset	Ativo biológico	CPC 29	Ativo biológico
IAS 41.5	Biological transformation	Transformação biológica	CPC 29	Transformação biológica

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IAS 23.5	Borrowing costs	Custos de empréstimos	CPC 20 (R1)	Custos de empréstimos
IFRS 3.A	Business	Negócio	CPC 15 (R1)	Negócio
IFRS 3.A	Business combination	Combinação de negócios	CPC 15 (R1)	Combinação de negócios
IAS 16.6	Carrying amount	Valor contábil	CPC 27	Valor contábil
IAS 36.6	Carrying amount	Valor contábil	CPC 01 (R1)	Valor contábil
IAS 38.8	Carrying amount	Valor contábil	CPC 04 (R1)	Valor contábil
IAS 40.5	Carrying amount	Valor contábil	CPC 28	Valor contábil
IAS 41.8	Carrying amount	Valor contábil	CPC 29	Valor contábil
CF.5.1	Carrying amount	Valor contábil	CPC 00 (R2)	Valor contábil
IAS 7.6	Cash	Caixa	CPC 03 (R2)	Caixa
IAS 7.6	Cash equivalents	Equivalentes de caixa	CPC 03 (R2)	Equivalentes de caixa
IAS 7.6	Cash flows	Fluxos de caixa	CPC 03 (R2)	Fluxos de caixa
IAS 36.6	Cash-generating unit	Unidade geradora de caixa	CPC 01 (R1)	Unidade geradora de caixa
IFRS 5.A	Cash-generating unit	Unidade geradora de caixa	CPC 31	Unidade geradora de caixa
IFRS 2.A	Cash-settled share-based payment transaction	Transação de pagamento baseada em ações liquidada à vista	CPC 10 (R1)	Transação com pagamento baseado em ações liquidada em caixa
IAS 8.5	Accounting estimates	Mudança na estimativa contábil (2021)	CPC 23	Estimativas contábeis
CF.7.7	Classification	Classificação	CPC 00 (R2)	Classificação
IAS 24.9	Close members of the family of a person	Membros próximos da família de uma pessoa	CPC 05 (R1)	Membros próximos da família de uma pessoa
IAS 21.8	Closing rate	Taxa de fechamento	CPC 02 (R2)	Taxa de fechamento
CF.3.12	Combined financial statements	Demonstrações financeiras combinadas	CPC 00 (R2)	Demonstrações contábeis combinadas
IFRS 16.A	Commencement date of the lease (commencement date)	Data de início do arrendamento (data de início)	CPC 06 (R2)	Data de início do arrendamento
IAS 24.9	Compensation	Remuneração	CPC 05 (R1)	Remuneração
IFRS 5.A	Component of an entity	Componente de uma entidade	CPC 31	Componente de uma entidade
IAS 27.4	Consolidated financial statements	Demonstrações financeiras consolidadas	CPC 35 (R2)	Demonstrações consolidadas
IAS 28.3	Consolidated financial statements	Demonstrações financeiras consolidadas	CPC 18 (R2)	Demonstrações consolidadas

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IFRS 10.A	Consolidated financial statements	Demonstrações financeiras consolidadas	CPC 36 (R3)	Demonstrações consolidadas
CF.3.11	Consolidated financial statements	Demonstrações financeiras consolidadas	CPC 00 (R2)	Demonstrações contábeis consolidadas
IAS 37.10	Constructive obligation	Obrigação presumida	CPC 25	Obrigação não formalizada
IAS 37.10	Contingent asset	Ativo contingente	CPC 25	Ativo contingente
IFRS 3.A	Contingent consideration	Contrapartida/contraprestação contingente	CPC 15 (R1)	Contraprestação contingente
IAS 37.10	Contingent liability	Passivo contingente	CPC 25	Passivo contingente
IAS 33.5	Contingent share agreement	Acordo de ações contingente	CPC 41	Contrato de emissão contingente de ações (ou acordo de ações contingentes)
IAS 33.5	Contingently issuable ordinary shares	Ações ordinárias de emissão contingente	CPC 41	Ações emissíveis sob condição (ou ações de emissão contingente)
IFRS 15.A	Contract	Contrato	CPC 47	Contrato
IFRS 16.A	Contract	Contrato	CPC 06 (R2)	Contrato
IFRS 15.A	Contract asset	Ativo contratual	CPC 47	Ativo de contrato
IFRS 9.A	Contract asset	Ativo contratual	CPC 48	Ativo contratual
IFRS 15.A	Contract liability	Passivo contratual	CPC 47	Passivo de contrato
IFRS 17.A	Contractual service margin	Margem de serviço contratual	CPC 50	Margem contratual de seguro
CF.4.20	Control of an economic resource	Controle de um recurso econômico	CPC 00 (R2)	Controle de recurso econômico
IFRS 10.A	Control of an investee	Controle de uma investida	CPC 36 (R3)	Controle de investida
IAS 36.6	Corporate assets	Ativos corporativos	CPC 01 (R1)	Ativos corporativos
IAS 16.6	Cost	Custo	CPC 27	Custo
IAS 38.8	Cost	Custo	CPC 04 (R1)	Custo
IAS 40.5	Cost	Custo	CPC 28	Custo
IFRS 13.A	Cost approach	Abordagem de custo	CPC 46	Abordagem de custo
IAS 36.6	Costs of disposal	Custos de alienação	CPC 01 (R1)	Despesas de venda ou de baixa
IFRS 5.A	Costs to sell	Custos para vender	CPC 31	Despesa de venda
IAS 41.5	Costs to sell	Custos para vender	CPC 29	Despesa de venda
IFRS 17.A	Coverage period	Período de cobertura	CPC 50	Período de cobertura
IFRS 9.A	Credit-adjusted effective interest rate	Taxa de juros efetiva ajustada ao crédito	CPC 48	Taxa de juros efetiva ajustada ao crédito

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IFRS 9.A	Credit-impaired financial asset	Ativo financeiro com problemas de recuperação de crédito	CPC 48	Ativo financeiro com problema de recuperação de crédito
IFRS 9.A	Credit loss	Perda de crédito	CPC 48	Perda de crédito
IFRS 7.A	Credit risk	Risco de crédito	CPC 40 (R1)	Risco de crédito
IFRS 7.A	Credit risk rating grades	Graus de classificação de risco	CPC 40 (R1)	Grau de classificação de risco
IFRS 7.A	Currency risk	Risco de moeda	CPC 40 (R1)	Risco de moeda
IAS 1.66	Current asset	Ativo circulante	CPC 26 (R1)	Ativo circulante
IFRS 5.A	Current asset	Ativo circulante	CPC 31	Ativo circulante
IAS 19.8	Current service cost	Custo do serviço corrente	CPC 33 (R1)	Custo do serviço corrente
IAS 12.5	Current tax	Imposto corrente	CPC 32	Tributo corrente
IFRS 15.A	Customer	Cliente	CPC 47	Cliente
IFRS 1.A	Date of transition to IFRSs	Data de transição para as IFRS	CPC 37 (R1)	Data de transição para as IFRSs
IFRS 10.A	Decision maker	Tomador de decisões	CPC 36 (R3)	Tomador de decisões
IAS 12.5	Deductible temporary differences	Diferenças temporárias dedutíveis	CPC 32	Diferença temporária dedutível
IFRS 1.A	Deemed cost	Custo atribuído	CPC 37 (R1)	Custo atribuído
IAS 12.5	Deferred tax assets	Impostos diferidos ativos	CPC 32	Ativo fiscal diferido
IAS 12.5	Deferred tax liabilities	Impostos diferidos passivos	CPC 32	Passivo fiscal diferido
IAS 19.8	Deficit or surplus (of defined benefit liability (asset))	<i>Deficit ou superavit</i> (de passivo (ativo) de benefício definido)	CPC 33 (R1)	Déficit ou superávit
IAS 19.8	Defined benefit plans	Planos de benefício definido	CPC 33 (R1)	Planos de benefício definido
IAS 26.8	Defined benefit plans	Planos de benefício definido	CPC 49	Plano de benefício definido
IAS 19.8	Defined contribution plans	Planos de contribuição definida	CPC 33 (R1)	Planos de contribuição definida
IAS 26.8	Defined contribution plans	Planos de contribuição definida	CPC 49	Plano de contribuição definida
IAS 16.6	Depreciable amount	Valor depreciável	CPC 27	Valor depreciável
IAS 36.6	Depreciable amount	Valor depreciável	CPC 01 (R1)	Valor depreciável, amortizável e exaurível
IAS 38.8	Depreciable amount	Valor depreciável	CPC 04 (R1)	Valor amortizável
IFRS 9.A	Derecognition	Desreconhecimento	CPC 48	Desreconhecimento
CF.5.26	Derecognition	Desreconhecimento	CPC 00 (R2)	Desreconhecimento
IFRS 9.A	Derivative	Derivativo	CPC 48	Derivativo
IAS 38.8	Development	Desenvolvimento	CPC 04 (R1)	Desenvolvimento
IAS 33.5	Dilution	Diluição	CPC 41	Diluição

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IFRS 5.A	Discontinued operation	Operação descontinuada	CPC 31	Operação descontinuada
IFRS 5.A	Disposal group	Grupo de alienação	CPC 31	Grupo de ativos mantido para venda
IFRS 9.A	Dividends	Dividendos	CPC 48	Dividendo
IFRS 16.A	Economic life	Vida econômica	CPC 06 (R2)	Vida econômica
CF.4.4	Economic resource	Recurso econômico	CPC 00 (R2)	Recurso econômico
IFRS 16.A	Effective date of the modification	Data de vigência da modificação	CPC 06 (R2)	Data de vigência da modificação
IFRS 9.A	Effective interest method	Método de juros efetivos	CPC 48	Método de juros efetivos
IFRS 9.A	Effective interest rate	Taxa de juros efetiva	CPC 48	Taxa de juros efetiva
IAS 19.8	Employee benefits	Benefícios aos empregados	CPC 33 (R1)	Benefícios a empregados
IFRS 2.A	Employees and others providing similar services	Empregados e outros que prestam serviços similares	CPC 10 (R1)	Empregados e outros provedores de serviços similares
CF.2.4	Enhancing qualitative characteristic	Característica qualitativa de melhoria	CPC 00 (R2)	Característica qualitativa de melhoria
CF.2.23	Enhancing qualitative characteristic	Característica qualitativa de melhoria	CPC 00 (R2)	Característica qualitativa de melhoria
IAS 16.6	Entity-specific value	Valor específico da entidade	CPC 27	Valor específico para a entidade
IAS 38.8	Entity-specific value	Valor específico da entidade	CPC 04 (R1)	Valor específico para a entidade
IFRS 13.A	Entry price	Preço de entrada	CPC 46	Preço de entrada
CF.4.63	Equity	Patrimônio líquido	CPC 00 (R2)	Patrimônio líquido
CF.4.64	Equity claim	Direito sobre o patrimônio líquido	CPC 00 (R2)	Direito sobre o patrimônio líquido
IAS 32.11	Equity instrument	Instrumento de patrimônio	CPC 39	Instrumento patrimonial
IFRS 2.A	Equity instrument	Instrumento de patrimônio	CPC 10 (R1)	Instrumento patrimonial
IFRS 2.A	Equity instrument granted	Instrumento de patrimônio concedido	CPC 10 (R1)	Instrumento patrimonial outorgado
IFRS 3.A	Equity interests	Participações patrimoniais	CPC 15 (R1)	Participação societária
IAS 28.3	Equity method	Método de equivalência patrimonial	CPC 18 (R2)	Método da equivalência patrimonial
IFRS 2.A	Equity-settled share-based payment transaction	Transação de pagamento baseada em ações liquidada em instrumento de patrimônio	CPC 10 (R1)	Transação de pagamento baseado em ações liquidada com instrumentos patrimoniais
IAS 10.2	Events after the reporting period	Eventos após o período de relatório	CPC 24	Evento subsequente
IAS 21.8	Exchange difference	Diferença de câmbio	CPC 02 (R2)	Variação cambial
IAS 21.8	Exchange rate	Taxa de câmbio	CPC 02 (R2)	Taxa de câmbio
CF.4.56	Executory contract	Contrato executório	CPC 00 (R2)	Contrato executório
CF.4.13	Existence uncertainty	Incerteza de existência	CPC 00 (R2)	Incerteza de existência
CF.4.35	Existence uncertainty	Incerteza de existência	CPC 00 (R2)	Incerteza de existência

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IFRS 13.A	Exit price	Preço de saída	CPC 46	Preço de saída
IFRS 13.A	Expected cash flows	Fluxos de caixa esperados	CPC 46	Fluxo de caixa esperado
IFRS 9.A	Expected credit losses	Perdas de crédito esperadas	CPC 48	Perda de crédito esperada
CF.4.69	Expenses	Despesas	CPC 00 (R2)	Despesas
IFRS 17.A	Experience adjustment	Ajuste de experiência	CPC 50	Ajuste de experiência
IAS 19.8	Experience adjustments	Ajustes de experiência	CPC 33 (R1)	Ajustes de experiência
IFRS 6.A	Exploration and evaluation assets	Ativos de exploração e avaliação	CPC 34	NÃO EDITADO
IFRS 6.A	Exploration and evaluation expenditures	Gastos de exploração e avaliação	CPC 34	NÃO EDITADO
IFRS 6.A	Exploration for and evaluation of mineral resources	Exploração e avaliação de recursos minerais	CPC 34	NÃO EDITADO
IAS 2.6	Fair value	Valor justo	CPC 16 (R1)	Valor justo
IAS 16.6	Fair value	Valor justo	CPC 27	Valor justo
IAS 19.8	Fair value	Valor justo	CPC 33 (R1)	Valor justo
IAS 20.3	Fair value	Valor justo	CPC 07 (R1)	Valor justo
IAS 21.8	Fair value	Valor justo	CPC 02 (R2)	Valor justo
IAS 32.11	Fair value	Valor justo	CPC 39	Valor justo
IAS 36.6	Fair value	Valor justo	CPC 01 (R1)	Valor justo
IAS 38.8	Fair value	Valor justo	CPC 04 (R1)	Valor justo
IAS 40.5	Fair value	Valor justo	CPC 28	Valor justo
IAS 41.8	Fair value	Valor justo	CPC 29	Valor justo
IFRS 1.A	Fair value	Valor justo	CPC 37 (R1)	Valor justo
IFRS 3.A	Fair value	Valor justo	CPC 15 (R1)	Valor justo
IFRS 5.A	Fair value	Valor justo	CPC 31	Valor justo
IFRS 9.A	Fair value	Valor justo		NÃO LOCALIZADO
IFRS 13.A	Fair value	Valor justo	CPC 46	Valor justo
IFRS 2.A	Fair value	Valor justo	CPC 10 (R1)	Valor justo
IFRS 16.A	Fair value	Valor justo	CPC 06 (R2)	Valor justo
IFRS 16.A	Finance lease	Arrendamento financeiro	CPC 06 (R2)	Arrendamento financeiro
IAS 32.11	Financial asset	Ativo financeiro	CPC 39	Ativo financeiro
IFRS 9.A	Financial guarantee contract	Contrato de garantia financeira	CPC 48	Contrato de garantia financeira
IAS 32.11	Financial instrument	Instrumento financeiro	CPC 39	Instrumento financeiro

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IAS 32.11	Financial liability	Passivo financeiro	CPC 39	Passivo financeiro
IFRS 9.A	Financial liability at fair value through profit or loss	Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado	CPC 48	Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado
IFRS 17.A	Financial risk	Risco financeiro	CPC 50	Risco financeiro
IAS 7.6	Financing activities	Atividades de financiamento	CPC 03 (R2)	Atividades de financiamento
IAS 39.9	Firm commitment	Compromisso firme	CPC 38	Compromisso firme
IFRS 9.A	Firm commitment	Compromisso firme	CPC 48	Compromisso firme
IFRS 5.A	Firm purchase commitment	Compromisso firme de compra	CPC 31	Compromisso firme de compra
IFRS 1.A	First IFRS financial statements	Primeiras demonstrações financeiras de acordo com as <i>IFRS</i>	CPC 37 (R1)	Primeiras demonstrações contábeis em IFRSs
IFRS 14.A	First IFRS financial statements	Primeiras demonstrações financeiras de acordo com as IFRS		SEM CORRESPONDÊNCIA
IFRS 1.A	First IFRS reporting period	Primeiro período de relatório de acordo com as <i>IFRS</i>	CPC 37 (R1)	Primeiro período de divulgação em IFRSs
IFRS 1.A	First-time adopter	Adotante pela primeira vez	CPC 37 (R1)	Adotante pela primeira vez
IFRS 14.A	First-time adopter	Adotante pela primeira vez		SEM CORRESPONDÊNCIA
IFRS 16.A	Fixed payments	Pagamentos fixos	CPC 06 (R2)	Pagamento fixo
IFRS 9.A	Forecast transaction	Transação prevista	CPC 48	Transação prevista
IAS 39.9	Forecast transaction	Transação prevista	CPC 38.9	Transação prevista
IAS 21.8	Foreign currency	Moeda estrangeira	CPC 02 (R2)	Moeda estrangeira
IAS 21.20	Foreign currency transaction	Transação em moeda estrangeira	CPC 02 (R2)	Transação em moeda estrangeira
IAS 21.8	Foreign operation	Operação no exterior	CPC 02 (R2)	Entidade no exterior
IAS 20.3	Forgivable loans	Empréstimos perdoáveis	CPC 07 (R1)	Empréstimo subsidiado
IFRS 17.A	Fulfilment cash flows	Fluxos de caixa de cumprimento	CPC 50	Fluxo de caixa de cumprimento
IAS 21.8	Functional currency	Moeda funcional	CPC 02 (R2)	Moeda funcional
CF.2.4	Fundamental qualitative characteristic	Característica qualitativa fundamental	CPC 00 (R2)	Característica qualitativa
CF.2.5	Fundamental qualitative characteristic	Característica qualitativa fundamental	CPC 00 (R2)	Característica qualitativa
IAS 26.8	Funding (of retirement benefits)	Custeio (de benefícios de aposentadoria)	CPC 49	Custeio
CF.1.2	General purpose financial report	Relatório financeiro para fins gerais	CPC 00 (R2)	Relatório financeiro para fins gerais
CF.1.12	General purpose financial report	Relatório financeiro para fins gerais	CPC 00 (R2)	Relatório financeiro para fins gerais

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IAS 1.7	General purpose financial statements	Demonstrações financeiras para fins gerais	CPC 26 (R1)	Demonstrações contábeis de propósito geral
CF.3.2	General purpose financial statements	Demonstrações financeiras para fins gerais	CPC 00 (R2)	Demonstrações contábeis para fins gerais
IFRS 3.A	Goodwill	Ágio	CPC 15 (R1)	Ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>)
IAS 20.3	Government	Governamental	CPC 07 (R1)	Governo
IAS 24.9	Government	Governamental	CPC 05 (R1)	Estado
IAS 20.3	Government assistance	Assistência governamental	CPC 07 (R1)	Assistência governamental
IAS 20.3	Government grants	Subvenções governamentais	CPC 07 (R1)	Subvenção governamental
IAS 24.9	Government-related entity	Entidade relacionada a um governo	CPC 05 (R1)	Entidade relacionada com o Estado
IFRS 2.A	Grant date	Data da concessão	CPC 10 (R1)	Data da outorga
IAS 20.3	Grants related to assets	Subvenções relacionadas a ativos	CPC 07 (R1)	Subvenções relacionadas a ativos
IAS 20.3	Grants related to income	Subvenções relacionadas a receitas	CPC 07 (R1)	Subvenções relacionadas a resultado
IFRS 9.A	Gross carrying amount of a financial asset	Valor contábil bruto de um ativo financeiro	CPC 48	Valor contábil bruto de ativo financeiro
IFRS 16.A	Gross investment in the lease	Investimento bruto no arrendamento	CPC 06 (R2)	Investimento bruto no arrendamento
IFRS 10.A	Group	Grupo	CPC 36 (R3)	Grupo econômico
IAS 21.8	Group	Grupo	CPC 02 (R2)	Grupo econômico
IAS 41.5	Group of biological assets	Grupo de ativos biológicos	CPC 29	Grupo de ativos biológicos
IFRS 17.A	Group of insurance contracts	Grupo de contratos de seguro	CPC 50	Grupo de contratos de seguro
IAS 41.5	Harvest	Colheita	CPC 29	Colheita
IAS 39.9	Hedge effectiveness	Efetividade de <i>hedge</i>	CPC 38.9	Eficácia de hedge
IFRS 9.A	Hedge ratio	Coeficiente de <i>hedge</i>	CPC 48	Índice de hedge
IAS 39.9	Hedged item	Item protegido	CPC 38.9	Posição protegida
IAS 39.9	Hedging instrument	Instrumento de <i>hedge</i>	CPC 38.9	Instrumento de hedge
IFRS 9.A	Held for trading	Mantido para negociação	CPC 48	Mantido para negociação
IFRS 13.A	Highest and best use	Melhor uso	CPC 46	Melhor uso
IFRS 5.A	Highly probable	Altamente provável	CPC 31	Altamente provável
IAS 29.2-3	Hyperinflation	Hiperinflação	CPC 42	Hiperinflação
IFRS 3.A	Identifiable	Identificável	CPC 15 (R1)	Identificável
IFRS 9.A	Impairment gain or loss	Ganho ou perda na redução ao valor recuperável	CPC 48	Ganho ou perda por redução ao valor recuperável

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IAS 16.6	Impairment loss	Perda por redução ao valor recuperável	CPC 27	Perda por redução ao valor recuperável
IAS 36.6	Impairment loss	Perda por redução ao valor recuperável	CPC 01 (R1)	Perda por desvalorização
IAS 38.8	Impairment loss	Perda por redução ao valor recuperável	CPC 04 (R1)	Perda por desvalorização
IAS 1.7	Impracticable	Impraticável	CPC 26 (R1)	Aplicação impraticável
IAS 8.5	Impracticable	Impraticável	CPC 23	Aplicação impraticável
IFRS 16.A	Inception date of the lease (inception date)	Data de celebração do arrendamento (data de celebração do arrendamento)	CPC 06 (R2)	Data de celebração do arrendamento
IFRS 15.A	Income	Receita	CPC 47	Receita
CF.4.68	Income	Receita	CPC 00 (R2)	Receita
IFRS 13.A	Income approach	Abordagem de receita	CPC 46	Abordagem de receita
IFRS 12.A	Income from a structured entity	Receita de uma entidade estruturada	CPC 45	Resultado de entidade estruturada
IFRS 16.A	Initial direct costs	Custos diretos iniciais	CPC 06 (R2)	Custo direto inicial
IFRS 13.A	Inputs	Informações	CPC 46	Informações (<i>inputs</i>)
IFRS 17.A	Insurance acquisition cash flows	Fluxos de caixa de aquisições de seguro	CPC 50	Fluxo de caixa de aquisições de seguro
IFRS 17.A	Insurance contract	Contrato de seguro	CPC 50	Contrato de seguro
IFRS 17.A	Insurance contract services	Serviços de contrato de seguro	CPC 50	Cobertura de contrato de seguro
IFRS 17.A	Insurance contract with direct participation features	Contrato de seguro com características de participação direta	CPC 50	Contrato de seguro com características de participação direta
IFRS 17.A	Insurance contract without direct participation features	Contrato de seguro sem características de participação direta	CPC 50	Contrato de seguro sem características de participação direta
IFRS 17.A	Insurance risk	Risco de seguro	CPC 50	Risco de seguro
IFRS 17.A	Insured event	Evento segurado	CPC 50	Evento segurado
IAS 38.8	Intangible asset	Ativo intangível	CPC 04 (R1)	Ativo intangível
IFRS 3.A	Intangible asset	Ativo intangível	CPC 15 (R1)	Ativo intangível
IFRS 12.A	Interest in another entity	Participação em outra entidade	CPC 45	Participação em outra entidade
IFRS 16.A	Interest rate implicit in the lease	Taxa de juros implícita no arrendamento	CPC 06 (R2)	Taxa de juros implícita no arrendamento
IFRS 7.A	Interest rate risk	Risco de taxa de juros	CPC 40 (R1)	Risco de taxa de juros
IAS 34.4	Interim financial report	Relatório financeiro intermediário	CPC 21 (R1)	Demonstração contábil intermediária

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IAS 34.4	Interim period	Período intermediário	CPC 21 (R1)	Período intermediário
IAS 1.7	International Financial Reporting Standards (IFRS)	Normas Internacionais de Relatório Financeiro (<i>IFRS</i>)	CPC 26 (R1)	Práticas contábeis brasileiras
IAS 8.5	International Financial Reporting Standards (IFRS)	Normas Internacionais de Relatório Financeiro (<i>IFRS</i>)		NÃO LOCALIZADO
IFRS 1.A	International Financial Reporting Standards (IFRS)	Normas Internacionais de Relatório Financeiro (<i>IFRS</i>)	CPC 37 (R1)	Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)
IFRS 2.A	Intrinsic value	Valor intrínseco	CPC 10 (R1)	Valor intrínseco
IAS 2.6	Inventories	Estoques	CPC 16 (R1)	Estoques
IAS 2.8	Inventories	Estoques	CPC 16 (R1)	Estoques
IAS 7.6	Investing activities	Atividades de investimento	CPC 03 (R2)	Atividades de investimento
IFRS 17.A	Investment component	Componente de investimento	CPC 50	Componente de investimento
IFRS 17.A	Investment contract with discretionary participation features	Contrato de investimento com características de participação discricionária	CPC 50	Contrato de investimento com características de participação discricionária
IFRS 10.A	Investment entity	Entidade de investimento	CPC 36 (R3)	Entidade de investimento
IAS 40.5	Investment property	Propriedade para investimento	CPC 28	Propriedade para investimento
IAS 28.3	Joint arrangement	Negócio em conjunto	CPC 18 (R2)	Negócio em conjunto
IFRS 11.A	Joint arrangement	Negócio em conjunto	CPC 19 (R2)	Negócio em conjunto
IAS 28.3	Joint control	Controle conjunto	CPC 18 (R2)	Controle conjunto
IFRS 11.A	Joint control	Controle conjunto	CPC 19 (R2)	Controle conjunto
IFRS 11.A	Joint operation	Operação em conjunto	CPC 19 (R2)	Operação em conjunto (<i>joint operation</i>)
IFRS 11.A	Joint operator	Operador em conjunto	CPC 19 (R2)	Operador em conjunto (<i>joint operator</i>)
IAS 28.3	Joint venture	Empreendimento em conjunto (<i>joint venture</i>)	CPC 18 (R2)	Empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>)
IFRS 11.A	Joint venture	Empreendimento em conjunto (<i>joint venture</i>)	CPC 19 (R2)	Empreendimento controlado em conjunto (<i>joint venture</i>)
IAS 28.3	Joint venturer	Empreendedor em conjunto	CPC 18 (R2)	Investidor conjunto (<i>joint venturer</i>)
IFRS 11.A	Joint venturer	Empreendedor em conjunto	CPC 19 (R2)	Empreendedor em conjunto (<i>joint venturer</i>)
IAS 24.9	Key management personnel	Pessoal-chave da administração	CPC 05 (R1)	Pessoal chave da administração
IFRS 16.A	Lease	Arrendamento	CPC 06 (R2)	Arrendamento

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IFRS 16.A	Lease incentives	Incentivos de arrendamento	CPC 06 (R2)	Incentivos de arrendamento
IFRS 16.A	Lease modification	Modificação do arrendamento	CPC 06 (R2)	Modificação do arrendamento
IFRS 16.A	Lease payments	Pagamentos do arrendamento	CPC 06 (R2)	Pagamento do arrendamento
IFRS 16.A	Lease term	Prazo do arrendamento	CPC 06 (R2)	Prazo do arrendamento
IAS 37.10	Legal obligation	Obrigação legal	CPC 25	Obrigação legal
IFRS 16.A	Lessee	Arrendatário	CPC 06 (R2)	Arrendatário
IFRS 16.A	Lessee's incremental borrowing rate	Taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário	CPC 06 (R2)	Taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário
IFRS 16.A	Lessor	Arrendador	CPC 06 (R2)	Arrendador
IFRS 13.A	Level 1 inputs	Informações de Nível 1	CPC 46	Informações (<i>inputs</i>) de Nível 1
IFRS 13.A	Level 2 inputs	Informações de Nível 2	CPC 46	Informações (<i>inputs</i>) de Nível 2
IFRS 13.A	Level 3 inputs	Informações de Nível 3	CPC 46	Informações (<i>inputs</i>) de Nível 3
IAS 37.10	Liability	Passivo	CPC 25	Passivo
CF.4.26	Liability	Passivo	CPC 00 (R2)	Passivo
IFRS 17.A	Liability for incurred claims	Passivo por sinistros incorridos	CPC 50	Passivo para sinistro ocorrido
IFRS 17.A	Liability for remaining coverage	Passivo por cobertura remanescente	CPC 50	Passivo para cobertura remanescente
IFRS 9.A	Lifetime expected credit losses	Perdas permanentes de crédito esperadas	CPC 48	Perda permanente de crédito esperada
IFRS 7.A	Liquidity risk	Risco de liquidez	CPC 40 (R1)	Risco de liquidez
IFRS 7.A	Loans payable	Empréstimos a pagar	CPC 40 (R1)	Empréstimos a pagar
IFRS 9.A	Loss allowance	Provisão para perdas	CPC 48	Provisão para perda
IFRS 13.A	Market approach	Abordagem de mercado	CPC 46	Abordagem de mercado
IFRS 2.A	Market condition	Condição de mercado	CPC 10 (R1)	Condição de mercado
IFRS 13.A	Market-corroborated inputs	Informações corroboradas pelo mercado	CPC 46	Informações (<i>inputs</i>) corroboradas pelo mercado
IFRS 13.A	Market participant	Participante de mercado	CPC 46	Participantes do mercado
IFRS 7.A	Market risk	Risco de mercado	CPC 40 (R1)	Risco de mercado
IAS 1.7	Material	Material	CPC 26 (R1)	Material
IAS 8.5	Material	Material	CPC 23	Material
CF.2.11	Material information	Informações materiais	CPC 00 (R2)	Informação material
CF.6.1	Measure	Mensuração	CPC 00 (R2)	Mensuração
CF.6.1	Measurement basis	Base de mensuração	CPC 00 (R2)	Base de mensuração

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IFRS 2.A	Measurement date	Data de mensuração	CPC 10 (R1)	Data da mensuração
CF.2.19	Measurement uncertainty	Incerteza na mensuração	CPC 00 (R2)	Incerteza na mensuração
IFRS 9.A	Modification gain or loss	Ganho ou perda na modificação	CPC 48	Ganho ou perda na modificação
IAS 38.8	Monetary assets	Ativos monetários	CPC 04 (R1)	Ativo monetário
IAS 21.8	Monetary items	Itens monetários	CPC 02 (R2)	Itens monetários
IAS 29.12	Monetary items	Itens monetários	CPC 42	Itens monetários
IFRS 13.A	Most advantageous market	Mercado mais vantajoso	CPC 46	Mercado mais vantajoso
IAS 19.8	Multi-employer (benefit) plans	Planos (de benefícios) multipatrocinados	CPC 33 (R1)	Planos multiempregadores
IFRS 3.A	Mutual entity	Entidade mútua	CPC 15 (R1)	Entidade de mútuo
IAS 26.8	Net assets available for benefits	Ativos líquidos disponíveis para benefícios	CPC 49	Ativo líquido disponível para benefício
IAS 19.8	Net defined benefit liability (asset)	Passivo (ativo) de benefício definido líquido	CPC 33 (R1)	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido
IAS 19.8	Net interest on the net defined benefit liability (asset)	Juros líquidos sobre o passivo (ativo) de benefício definido líquido	CPC 33 (R1)	Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido
IAS 21.8	Net investment in a foreign operation	Investimento líquido em uma operação no exterior	CPC 02 (R2)	Investimento líquido em entidade no exterior
IFRS 16.A	Net investment in the lease	Investimento líquido no arrendamento	CPC 06 (R2)	Investimento líquido no arrendamento
IAS 2.6-7	Net realisable value	Valor líquido realizável	CPC 16 (R1)	Valor realizável líquido
IFRS 3.A	Non-controlling interest	Participação de não controladores	CPC 15 (R1)	Participação de não controladores
IFRS 10.A	Non-controlling interest	Participação de não controladores	CPC 36 (R3)	Participação de não controlador
IFRS 5.A	Non-current asset	Ativo não circulante	CPC 31	Ativo não circulante
IFRS 13.A	Non-performance risk	Risco de Inadimplência	CPC 46	Risco de descumprimento (<i>non-performance</i>)
IAS 1.7	Notes	Notas explicativas	CPC 26 (R1)	Notas explicativas
IAS 37.10	Obligating event	Fato gerador	CPC 25	Evento que cria obrigação
IFRS 13.A	Observable input	Dados observáveis	CPC 46	Dados (<i>inputs</i>) observáveis
CF.7.10	Offsetting	Compensação	CPC 00 (R2)	Compensação
IAS 37.10	Onerous contract	Contrato oneroso	CPC 25	Contrato oneroso
IFRS 1.A	Opening IFRS statement of financial position	Demonstração da posição financeira de abertura de acordo com as IFRS	CPC 37 (R1)	Balanço patrimonial de abertura em IFRSs
IAS 7.6	Operating activities	Atividades operacionais	CPC 03 (R2)	Atividades operacionais

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IFRS 16.A	Operating lease	Arrendamento operacional	CPC 06 (R2)	Arrendamento operacional
IFRS 16.A	Optional lease payments	Pagamentos de arrendamento opcionais	CPC 06 (R2)	Pagamento de arrendamento opcional
IFRS 8.A	Operating segment	Segmento operacional	CPC 22	Segmento operacional
IAS 33.5	Options, warrants and their equivalents	Opções, bônus de subscrição e itens equivalentes	CPC 41	Opção, bônus de subscrição e seus equivalentes
IFRS 13.A	Orderly transaction	Transação ordenada	CPC 46	Transação não forçada
IAS 33.5-7	Ordinary equity holders	Titulares de ações ordinárias	CPC 41	Titulares de ações ordinárias
IAS 33.5	Ordinary share	Ação ordinária	CPC 41	Ação ordinária
IAS 1.7	Other comprehensive income	Outros resultados abrangentes	CPC 26 (R1)	Outros resultados abrangentes
IAS 19.8	Other long-term employee benefits	Outros benefícios de longo prazo aos empregados	CPC 33 (R1)	Outros benefícios de longo prazo aos empregados
IFRS 7.A	Other price risk	Outros riscos de preços	CPC 40 (R1)	Outros riscos de preço
CF.6.61	Outcome uncertainty	Incerteza de resultado	CPC 00 (R2)	Incerteza de resultado
IAS 40.5	Owner-occupied property	Propriedade ocupada pelo proprietário	CPC 28	Propriedade ocupada pelo proprietário
IAS 1.7	Owners	Sócios	CPC 26 (R1)	Proprietário
IFRS 3.A	Owners	Sócios	CPC 15 (R1)	Proprietário
IFRS 10.A	Parent	Controladora	CPC 36 (R3)	Controladora
IAS 26.8	Participants	Participantes (em um plano de pensão)	CPC 49	Participantes
IFRS 11.A	Party to a joint arrangement	Parte de um negócio em conjunto	CPC 19 (R2)	Parte integrante de um negócio em conjunto
IFRS 9.A	Past due	Vencido	CPC 48	Vencido
IAS 19.8	Past service cost	Custo do serviço passado	CPC 33 (R1)	Custo do serviço passado
IFRS 2.A	Performance condition	Condição de desempenho	CPC 10 (R1)	Meta de desempenho
IFRS 15.A	Performance obligation	Obrigação de desempenho	CPC 47	Obrigação de <i>performance</i>
IFRS 16.A	Period of use	Período de uso	CPC 06 (R2)	Período de uso
IAS 19.8	Plan assets (of an employee benefit plan)	Ativos do plano (de um plano de benefícios aos empregados)	CPC 33 (R1)	Ativos do plano
IFRS 17.A	Policyholder	Titular da apólice	CPC 50	Titular da apólice
IFRS 17.A	Portfolio of insurance contracts	Carteira de contratos de seguro	CPC 50	Carteira de contratos de seguro
IAS 19.8	Post-employment benefits	Benefícios pós-emprego	CPC 33 (R1)	Benefícios pós-emprego

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IAS 19.8	Post-employment benefit plans	Planos de benefícios pós-emprego	CPC 33 (R1)	Planos de benefícios pós-emprego
IAS 33.5	Potential ordinary share	Ação ordinária potencial	CPC 41	Ação ordinária potencial
CF.4.14	Potential to produce economic benefits	Potencial de produzir benefícios econômicos	CPC 00 (R2)	Potencial de produzir benefícios econômicos
IFRS 10.A	Power	Poder	CPC 36 (R3)	Poder
IAS 21.8	Presentation currency	Moeda de apresentação	CPC 02 (R2)	Moeda de apresentação
IAS 19.8	Present value of a defined benefit obligation	Valor presente de uma obrigação de benefício definido	CPC 33 (R1)	Valor presente de obrigação de benefício definido
IFRS 1.A	Previous GAAP	PCGAs anteriores	CPC 37 (R1)	Critérios contábeis anteriores
IFRS 14.A	Previous GAAP	PCGAs anteriores		SEM CORRESPONDÊNCIA
CF.1.2	Primary users (of general purpose financial reports)	Principais usuários (de relatórios financeiros para fins gerais)	CPC 00 (R2)	Principais usuários (de relatórios financeiros para fins gerais)
IFRS 13.A	Principal market	Mercado principal	CPC 46	Mercado principal
IAS 8.5	Prior period errors	Erros de períodos anteriores	CPC 23	Erros de períodos anteriores
IFRS 5.A	Probable	Provável	CPC 31	Provável
IAS 37.23	Probable	Provável	CPC 25	Provável
IAS 1.7	Profit or loss	Lucro ou prejuízo	CPC 26 (R1)	Resultado do período
IAS 16.6	Property, plant and equipment	Imobilizado	CPC 27	Ativo imobilizado
IAS 8.5	Prospective application	Aplicação prospectiva	CPC 23	Aplicação prospectiva
IFRS 10.A	Protective rights	Direitos de proteção	CPC 36 (R3)	Direitos de proteção
IAS 37.10	Provision	Provisão	CPC 25	Provisão
CF.2.16	Prudence	Prudência	CPC 00 (R2)	Prudência
IFRS 9.A	Purchased or originated credit-impaired financial assets	Ativo financeiro comprado ou originado com problemas de recuperação de crédito	CPC 48	Ativo financeiro comprado ou concedido com problemas de recuperação de crédito
IAS 33.5	Put options (on ordinary shares)	Opções de venda (de ações ordinárias)	CPC 41	Opções <i>put</i> sobre ações ordinárias
IAS 32.11	Puttable instrument	Instrumento com opção de venda	CPC 39	Instrumento com opção de venda
IAS 23.5	Qualifying asset	Ativo qualificado	CPC 20 (R1)	Ativo qualificável
IAS 19.8	Qualifying insurance policy	Apólice de seguro qualificada	CPC 33 (R1)	Apólice de seguro elegível
IFRS 14.A	Rate-regulated activities	Atividades com tarifas reguladas		SEM CORRESPONDÊNCIA
IFRS 14.A	Rate regulation	Regulamentação de tarifas		SEM CORRESPONDÊNCIA
IFRS 14.A	Rate regulator	Regulador de tarifas		SEM CORRESPONDÊNCIA

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IAS 1.7	Reclassification adjustments	Ajustes de reclassificação	CPC 26 (R1)	Ajuste de reclassificação
IFRS 9.A	Reclassification date	Data de reclassificação	CPC 48	Data da reclassificação
IAS 16.6	Recoverable amount	Valor recuperável	CPC 27	Valor recuperável
IAS 36.6	Recoverable amount	Valor recuperável	CPC 01 (R1)	Valor recuperável
IFRS 5.A	Recoverable amount	Valor recuperável	CPC 31	Montante recuperável
CF.5.1	Recognition	Reconhecimento	CPC 00 (R2)	Reconhecimento
IFRS 9.A	Regular way purchase or sale	Compra ou venda de forma regular	CPC 48	Compra ou venda de forma regular
IFRS 14.A	Regulatory deferral account balance	Saldo de conta regulatória de diferimento		SEM CORRESPONDÊNCIA
IFRS 17.A	Reinsurance contract	Contrato de resseguro	CPC 50	Contrato de resseguro
IAS 24.9	Related party	Parte relacionada	CPC 05 (R1)	Parte relacionada
IAS 24.9	Related party transaction	Transação com partes relacionadas	CPC 05 (R1)	Transação com parte relacionada
IFRS 10.A	Relevant activities	Atividades relevantes	CPC 36 (R3)	Atividades relevantes
IFRS 2.A	Reload feature	Característica de concessão automática	CPC 10 (R1)	Característica de concessão automática
IFRS 2.A	Reload option	Opção de concessão automática	CPC 10 (R1)	Opção de concessão automática
IAS 19.8	Remeasurement of the net defined benefit liability (asset)	Remensuração do passivo (ativo) de benefício definido líquido	CPC 33 (R1)	Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido
IFRS 10.A	Removal rights	Direitos de destituição	CPC 36 (R3)	Direitos de destituição
IFRS 8.11	Reportable segment	Segmento reportável	CPC 22	Segmento divulgável
CF.3.10	Reporting entity	Entidade que reporta	CPC 00 (R2)	Entidade que reporta
IAS 38.8	Research	Pesquisa	CPC 04 (R1)	Pesquisa
IFRS 16.A	Residual value guarantee	Garantia de valor residual	CPC 06 (R2)	Garantia de valor residual
IAS 16.6	Residual value (of an asset)	Valor residual (de um ativo)	CPC 27	Valor residual de um ativo
IAS 38.8	Residual value (of an asset)	Valor residual (de um ativo)	CPC 04 (R1)	Valor residual
IAS 37.10	Restructuring	Reestruturação	CPC 25	Reestruturação
IAS 26.8	Retirement benefit plans	Planos de benefícios de aposentadoria	CPC 49	Plano de benefício de aposentadoria
IAS 8.5	Retrospective application	Aplicação retrospectiva	CPC 23	Aplicação retrospectiva
IAS 8.5	Retrospective restatement	Reapresentação retrospectiva	CPC 23	Reapresentação retrospectiva
IAS 19.8	Return on plan assets (of an employee benefit plan)	Retorno sobre os ativos do plano (de um plano de benefícios aos empregados)	CPC 33 (R1)	Retorno sobre os ativos do plano

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IFRS 15.A	Revenue	Receita	CPC 47	Receita
IFRS 16.A	Right-of-use asset	Direito de uso de ativo	CPC 06 (R2)	Ativo de direito de uso
IFRS 17.A	Risk adjustment for non-financial risk	Ajuste pelo risco não financeiro	CPC 50	Ajuste de risco pelo risco não financeiro
IFRS 13.A	Risk premium	Prêmio de risco	CPC 46	Prêmio de risco
IAS 27.4	Separate financial statements	Demonstrações financeiras separadas	CPC 35 (R2)	Demonstrações separadas
IFRS 11.A	Separate vehicle	Veículo separado	CPC 19 (R2)	Veículo separado
IFRS 2.A	Service condition	Condição de serviço	CPC 10 (R1)	Condição de serviço
IAS 19.8	Service cost	Custo de serviço	CPC 33 (R1)	Custo do serviço
IAS 19.8	Settlement (of employee benefit obligations)	Liquidação (de obrigações de benefícios aos empregados)	CPC 33 (R1)	Liquidação (<i>settlement</i>)
IFRS 2.A	Share-based payment arrangement	Acordo de pagamento baseado em ações	CPC 10 (R1)	Acordo com pagamento baseado em ações
IFRS 2.A	Share-based payment transaction	Transação de pagamento baseada em ações	CPC 10 (R1)	Transação com pagamento baseado em ações
IFRS 2.A	Share option	Opção de ações	CPC 10 (R1)	Opção de ações
IAS 19.8	Short-term employee benefits	Benefícios de curto prazo aos empregados	CPC 33 (R1)	Benefícios de curto prazo a empregados
IFRS 16.A	Short-term lease	Arrendamento de curto prazo	CPC 06 (R2)	Arrendamento de curto prazo
IAS 28.3	Significant influence	Influência significativa	CPC 18 (R2)	Influência significativa
IAS 21.8	Spot exchange rate	Taxa de câmbio à vista	CPC 02 (R2)	Taxa de câmbio à vista
IFRS 15.A	Stand-alone selling price (of a good or service)	Preço de venda individual (de um produto ou serviço)	CPC 47	Preço de venda individual (de bem ou serviço)
IFRS 12.A	Structured entity	Entidade estruturada	CPC 45	Entidade estruturada
IFRS 16.A	Sublease	Subarrendamento	CPC 06 (R2)	Subarrendamento
IFRS 10.A	Subsidiary	Subsidiária	CPC 36 (R3)	Controlada
IAS 12.5	Tax base of an asset or liability	Base fiscal de um ativo ou passivo	CPC 32	Base fiscal (de ativo ou passivo)
IAS 12.5	Tax expense (tax income)	Despesa (receita) de imposto	CPC 32	Despesa tributária (receita tributária)
IAS 12.6	Tax expense (tax income)	Despesa (receita) de imposto	CPC 32	Despesa tributária (receita tributária)
IAS 12.5	Taxable profit (tax loss)	Lucro tributável (prejuízo fiscal)	CPC 32	Lucro tributável (prejuízo fiscal)
IAS 12.5	Taxable temporary differences	Diferenças temporárias tributáveis	CPC 32	Diferença temporária tributável
IAS 12.5	Temporary differences	Diferenças temporárias	CPC 32	Diferença temporária

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IAS 19.8	Termination benefits	Benefícios rescisórios	CPC 33 (R1)	Benefícios rescisórios
IAS 1.7	Total comprehensive income	Resultado abrangente total	CPC 26 (R1)	Resultado abrangente
IFRS 13.A	Transaction costs	Custos de transação	CPC 46	Custo de transação
IFRS 9.A	Transaction costs (financial instruments)	Custos de transação (instrumentos financeiros)	CPC 48	Custos de transação
IFRS 15.A	Transaction price (for a contract with a customer)	Preço de transação (para um contrato com um cliente)	CPC 47	Preço da transação (para contrato com cliente)
IFRS 13.A	Transport costs	Custos de transporte	CPC 46	Custos de transporte
CF.3.11	Unconsolidated financial statements	Demonstrações financeiras não consolidadas	CPC 00 (R2)	Demonstrações contábeis não consolidadas
IFRS 16.A	Underlying asset	Ativo subjacente	CPC 06 (R2)	Ativo subjacente
IFRS 17.A	Underlying items	Itens subjacentes	CPC 50	Item subjacente
IFRS 16.A	Unearned finance income	Receita financeira não auferida	CPC 06 (R2)	Receita financeira não auferida
IFRS 16.A	Unguaranteed residual value	Valor residual não garantido	CPC 06 (R2)	Valor residual não garantido
IFRS 13.A	Unit of account	Unidade de conta	CPC 46	Unidade de contabilização
CF.4.48	Unit of account	Unidade de conta	CPC 00 (R2)	Unidade de conta
IFRS 13.A	Unobservable inputs	Dados não observáveis	CPC 46	Dados (<i>inputs</i>) não observáveis
CF.1.2	Useful financial information	Informações financeiras úteis	CPC 00 (R2)	Informações financeiras úteis
CF.2.4	Useful financial information	Informações financeiras úteis	CPC 00 (R2)	Informações financeiras úteis
IAS 16.6	Useful life	Vida útil	CPC 27	Vida útil
IAS 36.6	Useful life	Vida útil	CPC 01 (R1)	Vida útil
IAS 38.8	Useful life	Vida útil	CPC 04 (R1)	Vida útil
IFRS 16.A	Useful life	Vida útil	CPC 06 (R2)	Vida útil
IFRS 5.A	Value in use	Valor em uso	CPC 31	Valor em uso
IAS 36.6	Value in use	Valor em uso	CPC 01 (R1)	Valor em uso
IFRS 16.A	Variable lease payments	Pagamentos variáveis de arrendamento	CPC 06 (R2)	Pagamento variável de arrendamento
IFRS 2.A	Vest	Adquirir o direito	CPC 10 (R1)	Aquisição de direito
IAS 26.8	Vested benefits	Benefícios adquiridos	CPC 49	Benefício adquirido
IFRS 2.A	Vesting conditions	Condições de aquisição de direito	CPC 10 (R1)	Condições de aquisição de direito
IFRS 2.A	Vesting period	Período de aquisição de direito	CPC 10 (R1)	Período de aquisição

IAS/IFRS	TERMO_IAS/IFRS_INGLÊS	TERMO_IAS/IFRS_PORT	CPC	TERMO_CPC_PORTUGUÊS
IAS 33.20	Weighted average number of ordinary shares outstanding during the period	Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período	CPC 41	Número médio ponderado de ações ordinárias totais em poder dos acionistas durante o período (em circulação)

ⁱ Por registro profissional, entende-se o repertório ou conjunto terminológico característico de uma determinada profissão (Archer & McLeay, 1991).

ⁱⁱ Para Saussure (2001), a palavra escrita existe como uma representação da palavra falada, resultando em uma imagem acústica. Apesar de seu trabalho tratar da palavra falada, entende que a relação entre as duas é tão forte que a palavra escrita, imagem da falada, acaba ocupando papel de destaque.

ⁱⁱⁱ O sinal “>” indica a ordem da tradução. “*Equity* > patrimônio líquido”, por exemplo, deve ser entendido o termo “equity” que foi traduzido como “patrimônio líquido”

^{iv} O *download* de ambos os glossários foi realizado em 27 de outubro de 2022.

^v A Vale, por exemplo, conforme observação incluída nas demonstrações financeiras, emite-as primeiramente em inglês e, em seguida, as traduz ao português, quebrando, dessa forma, a trilha.

^{vi} Menção ao poema *Língua portuguesa*, de Olavo Bilac.